

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Paolla Rolon Rocha

**O ENSINO SECUNDÁRIO EM CAMPO GRANDE (1930 – 1961): Relação
público e privado**

Campo Grande, MS
2023

PAOLLA ROLON ROCHA

O ENSINO SECUNDÁRIO EM CAMPO GRANDE (1930 – 1961): Relação público e privado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Faculdade de Educação, como requisito para a obtenção do título de Doutora.

Área de concentração: Educação. Linha de Pesquisa: História, Políticas e Educação. Projetos de Pesquisa: Propostas políticas e pedagógicas para a educação dos intelectuais orgânicos liberais e críticos no Brasil (anos 1920 - anos 2000).

Orientadora: Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez.

Campo Grande, MS
2023

ROCHA, Paolla Rolon.

O ENSINO SECUNDÁRIO EM CAMPO GRANDE (1930 – 1961): Relação público e privado. / Paolla Rolon Rocha. – 2023.

Trabalho de Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Campo Grande, 2023.

Orientadora: Margarita Victoria Rodríguez

1. ensino secundário. 2. Público e privado. 3.história da educação. 4. Campo Grande. I. ROCHA, Paolla Rolon. II. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Campo Grande. III. O Ensino Secundário em Campo Grande (1930 – 1961): Relação público e privado.

Paolla Rolon Rocha

**O ENSINO SECUNDÁRIO EM CAMPO GRANDE (1930 – 1961): Relação
público e privado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Faculdade de Educação, como requisito para a obtenção do título de Doutora.

Área de concentração: Educação

Campo Grande, MS, 28 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez (Presidente)
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Alessandra Cristina Furtado (Membro titular)
Faculdade de Educação
Universidade Federal da Grande Dourados

Prof.^a Dr.^a Eurize Caldas Pessanha (Membro titular)
Faculdade de Educação
Universidade Federal da Grande Dourados

Prof.^a Dr.^a Fabiany de Cássia Tavares Silva (Membro titular)
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Silvia Helena de Andrade Brito (Membro titular)
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Solange Jarzem Fernandes (Membro suplente)
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Este trabalho é dedicado à minha querida mãe
Kenia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família, em especial minha mãe Kenia, que sempre esteve ao meu lado e torceu por mim. À minha irmã Paula, meu avô Sebastião (*in memoriam*), minhas tias e tios, meus sobrinhos e primos, agradeço pelo apoio e pelo carinho.

À minha orientadora Professora Doutora Margarita Victoria Rodríguez, pelos conselhos, pela paciência e pelo apoio. Obrigada por me orientar desde a graduação e estar presente em toda a minha trajetória acadêmica.

Às professoras da banca Alessandra Cristina Furtado, Eurize Caldas Pessanha, Fabiany de Cássia Tavares e Silvia Helena Andrade de Brito, pelas contribuições que foram valiosas para a tese.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS, pelos ensinamentos e disciplinas oferecidas. A Secretaria do PPGEduc por sempre estar disponível para ajudar em qualquer dúvida.

Ao Lucas, por estar ao meu lado nesse período e me apoiar sempre.

Às minhas amigas Anielise Guedes, Elaine Freitas, Hellen Monteiro, Ariadne Teixeira e Jéssica Urbietta, que, mesmo à distância, estiveram presentes. Vocês são amigas que a graduação e o mestrado me trouxeram e estão sempre me apoiando.

Às amigas que ganhei no mestrado e/ou doutorado, em especial a Abigail e Mauro. Gratidão pela contribuição na pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa para a realização da pesquisa.

RESUMO

A tese vincula-se à Linha de Pesquisa História, Políticas e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e faz parte da pesquisa intitulada “Por uma outra Historiografia do Ensino Secundário (1931-1961): Estudos Comparados como Ferramentas de Construção”, coordenada pela Profa. Dra. Fabiany de Cássia Tavares Silva, como também do projeto da Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez sob o título “Propostas políticas e pedagógicas para a educação dos intelectuais orgânicos liberais e críticos no Brasil (1920-2000)”. O objetivo é compreender a relação do ensino secundário público e privado no que diz respeito à sua expansão, bem como as tensões e interesses existentes para o fomento do ensino secundário privado no período de 1930 a 1961, no município de Campo Grande. Os procedimentos metodológicos da pesquisa consistiu na coleta e análise documental de normas legais na esfera nacional, estadual e municipal que regulavam o ensino secundário, como também de dados estatísticos populacionais e balanços financeiros, além de publicações científicas, tais como livros, teses e dissertações sobre o ensino secundário em Campo Grande. As categorias de análise são: relação público e privado; política educacional e Estado, as categorias de método: contradição; universal e singular. Os resultados mostram que, durante os anos de 1920 a 1961, foram instaladas as seguintes instituições privadas de ensino secundário na cidade de Campo Grande: Instituto Pestalozzi (1917), que depois se transformou no Colégio Dom Bosco (1930), Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1926), Instituto Osvaldo Cruz (1927) e Ginásio Barão do Rio Branco (1949), como também as escolas públicas Liceu Campo-Grandense (1939) e Escola Normal Joaquim Murtinho (1931). Ao longo do período estudado, percebeu-se que, no âmbito nacional e estadual, o Estado não tinha compromisso efetivo de promover o ensino secundário, visto que não havia demanda. Na cidade de Campo Grande, o início dessa etapa da educação contou com a contribuição da iniciativa privada. Observou-se também que para o poder público era oportuna essa situação, pois tirava sua incumbência e comprometimento com a materialização da escolarização secundária. Desse modo, fomentava-se a participação da iniciativa privada, em especial as instituições confessionais, em troca de bolsas de estudos concedidas a alunos oriundos da classe trabalhadora. Por conseguinte, o Estado, ao longo dos anos, contribuiu para perpetuar as diferenças sociais oriundas da sociedade capitalista.

Palavras-chave: ensino secundário; público e privado; história da educação; Campo Grande.

ABSTRACT

The thesis is linked to the History, Policies and Education Research Line of the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Mato Grosso do Sul and is part of the research entitled "Por uma outra Historiografia do Ensino Secundário (1931-1961): Comparative Studies as Construction Tools", coordinated by Prof. Dr. Fabiany de Cássia Tavares Silva, as well as Prof. Dr. Margarita Victoria Rodríguez's project under the title "Political and pedagogical proposals for the education of liberal and critical organic intellectuals in Brazil (1920-2000)". The aim is to understand the relationship between public and private secondary education in terms of its expansion, as well as the tensions and interests that existed in promoting private secondary education between 1930 and 1961 in the municipality of Campo Grande. The methodological procedures of the research consisted of the collection and documentary analysis of legal norms at national, state and municipal level that regulated secondary education, as well as population statistics and financial balances, in addition to scientific publications such as books, theses and dissertations on secondary education in Campo Grande. The categories of analysis are: public-private relationship; educational policy and the state; the categories of method: contradiction; universal and singular. The results show that, between 1920 and 1961, the following private secondary education institutions were set up in the city of Campo Grande: Instituto Pestalozzi (1917), which later became Colégio Dom Bosco (1930), Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1926), Instituto Osvaldo Cruz (1927) and Ginásio Barão do Rio Branco (1949), as well as the public schools Liceu Campo-Grandense (1939) and Escola Normal Joaquim Murtinho (1931). Throughout the period studied, it became clear that, at national and state level, the state had no effective commitment to promoting secondary education, since there was no demand for it. In the city of Campo Grande, private initiative contributed to the start of this stage of education. It was also observed that this situation was opportune for the government, as it removed its responsibility and commitment to the materialization of secondary education. In this way, the participation of the private sector was encouraged, especially confessional institutions, in exchange for scholarships granted to students from working class backgrounds. As a result, over the years, the state has contributed to perpetuating the social differences that stem from capitalist society.

Keywords: secondary education; public and private; history of education; Campo Grande.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARCA – Arquivo Histórico de Campo Grande.

BTDC – Banco de Teses e Dissertações da Capes.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MT - Mato Grosso.

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco.

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização de Campo Grande no estado de Mato Grosso (1958).....	123
Figura 2 - Estabelecimentos de ensino em Campo Grande (1933)	129
Figura 3 - Colégio Salesiano Dom Bosco	130
Figura 4 - Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.....	134
Figura 5 - Colégio Osvaldo Cruz.....	136
Figura 6 - Liceu Campograndense.....	140
Figura 7 - Ensino Secundário – Grave problema na cidade (1961).....	143
Figura 8 - Lei n. 1.487 de 14 de novembro de 1960.....	144
Figura 9 - Ginásio Barão do Rio Branco	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Coleta de dados e documentos selecionados para a pesquisa	23
Quadro 2 - Contadoria Central da República: Balanço Geral da União (1923-1961)....	25
Quadro 3 - Teses e Dissertações sobre o Ensino Secundário em Campo Grande	26
Quadro 4 - Teses e Dissertações sobre o Público e o Privado na Educação	29
Quadro 5 - Livros sobre o público e privado na educação	30
Quadro 6 - Livros sobre o Ensino Secundário em Campo Grande	31
Quadro 7 - As três fases da Era Vargas (1930-1945)	34
Quadro 8 - Legislações do Ensino Secundário 1930 -1934 – Governo Provisório	38
Quadro 9 - Legislações do Ensino Secundário 1934 -1937 – Governo Constitucional .	42
Quadro 10 - Principais Leis do período do Estado Novo (1937-1945)	44
Quadro 11 - Presidentes do Brasil no período Democrático (1946-1964)	58
Quadro 12 - Leis relacionadas com a economia e a questão social aprovadas no Governo de Juscelino Kubitschek	60
Quadro 13 - Ensino Secundário (1946-1961).....	62
Quadro 14 - Governadores de Mato Grosso (1930-1961).....	85
Quadro 15 - Partidos Políticos 1945.....	91
Quadro 16 - Deputados que elaboraram a Constituição Estadual de Mato Grosso de 1947	92
Quadro 17 - Cronologia do Processo Histórico de Divisão.....	94
Quadro 18 - Nome dos 38 municípios pertencentes a Mato Grosso após a divisão em 11 de outubro de 1977	95
Quadro 19 - Nome dos 56 municípios pertencentes a Mato Grosso do Sul após a divisão em 11 de outubro de 1977	96
Quadro 20 - Escolas municipais de ensino primário criadas em Campo Grande (1930 – 1961).....	127
Quadro 21 - Transferência de alunos para o Liceu Campograndense 1942.....	142
Quadro 22 - Sedes do Ginásio Barão do Rio Branco em Campo Grande (1949 – 1966)	146
Quadro 23 - Instituições secundárias em Campo Grande no período de 1920 a 1960.	146
Quadro 24 - Recursos Públicos Estaduais a instituições de ensino secundário.....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Despesa da União 1932: autorização e pagamento em ouro	50
Tabela 2 - Despesas da União 1932: autorização e pagamento em papel	50
Tabela 3 - Ensino Secundário em 1933	51
Tabela 4 - Matrículas no Ensino Secundário em 1933.....	52
Tabela 5 - Conclusão do Ensino Secundário 1933	53
Tabela 6 - Ensino Secundário (1932-1935).....	54
Tabela 7 - Despesas da União 1937.....	55
Tabela 8 - Ensino Secundário: (1936-1938).....	55
Tabela 9 - Ensino Secundário (1939-1941).....	56
Tabela 10 - Sinopse das Unidades Educacionais no Governo Vargas (1932-1945)	56
Tabela 11 - Despesas da União 1945.....	57
Tabela 12 - Despesas da União em 1946.....	67
Tabela 13 - Ensino secundário 1946 – 1948.....	68
Tabela 14 - Despesas da União em 1950 e 1951	69
Tabela 15 - Ensino Secundário: 1949-1952	70
Tabela 16 - Despesas da União 1954.....	71
Tabela 17 - Ensino Secundário: Unidades Escolares e Corpo Docente (1956-1958)	71
Tabela 18 - Ensino Secundário: Matrículas Efetivas e Conclusões de Curso (1956-1958)	72
Tabela 19 - Gastos da União, Estados e Municípios para a Educação 1959	74
Tabela 20 - Ensino Secundário 1959.....	75
Tabela 21 - Matrículas e Conclusões de curso de 1959	75
Tabela 22 - Municípios que possuíam ensino secundário no início do ano letivo de 1961	78
Tabela 23 - Distribuição dos estabelecimentos segundo a dependência administrativa e os ramos do ensino 1961	80
Tabela 24 - Ensino Secundário: Unidades escolares Ciclo Ginásial – 1961	81
Tabela 25 - Ensino Secundário: Unidades Escolares Ciclo Colegial Científico – 1961	82
Tabela 26 - Ensino Secundário: Unidades escolares do Ciclo Colegial Clássico 1961 .	83
Tabela 27 - Matrículas de Ensino Secundário em 1918	99
Tabela 28 - Ensino Secundário em Mato Grosso no ano de 1933.....	101
Tabela 29 - Recurso da União destinado aos Colégios Privados de Ensino Secundário em MT	102
Tabela 30 - Taxas de Curso Complementar do Liceu Cuiabano 1938.....	103
Tabela 31 - Produtos consumidos pela classe trabalhadora 1938	103
Tabela 32 - 1939 - Recursos da União Destinado aos Colégios de Ensino Secundário em MT	104
Tabela 33 - 1940 - Recursos da União Destinado aos Colégios de Ensino Secundário em MT	105
Tabela 34 - 1941 - Recursos da União Destinados aos Colégios de Ensino Secundário em MT	105
Tabela 35 - 1945 - Recursos da União Destinados aos Colégios de Ensino Secundário em MT	106
Tabela 36 - 1954 – Recursos da União Destinados aos Colégios de Ensino Secundário em MT	107

Tabela 37 - Despesa em Educação e Cultura do Mato Grosso - 1956	107
Tabela 38 - 1956 – 1957: Despesa orçamentárias de Mato Grosso com a manutenção dos Estabelecimentos Educacionais; Subvenções e Auxílio e Pessoal	107
Tabela 39 - Despesa orçamentária de Mato Grosso 1956 e 1957: Despesas Diversas	108
Tabela 40 - Despesa de Mato Grosso com a Educação (1959)	108
Tabela 41 - Despesas Federais para Mato Grosso com a Educação (1960).....	109
Tabela 42 - Escolas Secundárias em Mato Grosso em 1961	110
Tabela 43 - Adendos de 1950 a 1969	112
Tabela 44 - Produção Industrial de Mato Grosso de 1955	125
Tabela 45 - Exame de Admissão ao curso secundário do Ginásio Dom Bosco (1930 - 1943).....	133
Tabela 46 - Matrículas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no período de 1947 a 1950	136
Tabela 47 - Receita Orçamentária previstas para 1939: Instituto Osvaldo Cruz.....	138
Tabela 48 - Despesas Previstas para 1939 – Instituto Osvaldo Cruz	139
Tabela 49 - Recursos financeiros destinado ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora..	150
Tabela 50 - Recursos financeiros destinado ao Colégio Dom Bosco.....	151
Tabela 51 - Recursos do município de Campo Grande destinados às instituições de ensino secundário.....	152
Tabela 52 - Recursos da União destinados às instituições privadas de Campo Grande (Adendos de 1950 a 1969).....	153
Tabela 53 - Faixa etária populacional de Campo Grande de 10 a 19 anos em 1960...	154

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2- O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL: RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO (1930-1961).....	33
2.1 A ERA VARGAS (1930-1945).....	33
2.1.1 Políticas do ensino secundário na Era Vargas (1930 –1945)	38
2.1.2 Dados sobre o Ensino Secundário e o Financiamento Público (1930-1945)	47
2.2.2 Ensino Secundário e o Financiamento Público (1946-1961)	67
3 ENSINO SECUNDÁRIO EM MATO GROSSO (1930-1961)	85
3.1 HISTÓRIA DE MATO GROSSO (1930-1961).....	85
3.2 MATO GROSSO: DADOS DO FINANCIAMENTO PÚBLICO DO ENSINO SECUNDÁRIO	96
3.2.1 Histórico do ensino secundário em Mato Grosso	97
3.2.2 – Ensino Secundário e Financiamento Público em Mato Grosso (1930-1961)...	100
3.3 FINANCIAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO: PÚBLICO VERSUS PRIVADO	113
4 – ENSINO SECUNDÁRIO EM CAMPO GRANDE (1930 – 1961)	119
4.1 HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE	119
4.2 O ENSINO SECUNDÁRIO EM CAMPO GRANDE	126
4.3 DADOS SOBRE OS RECURSOS PÚBLICOS DESTINADOS AO ENSINO SECUNDÁRIO ...	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS.....	161

1 INTRODUÇÃO

Esta tese encontra-se inserida na linha de pesquisa “História, Políticas e Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O objetivo é compreender a relação do ensino secundário público e privado no que diz respeito à expansão do ensino secundário, bem como identificar as tensões e interesses existentes para o fomento do ensino secundário privado, no período de 1930 a 1961, no município de Campo Grande¹.

Para entender o que me motivou a empreender esta pesquisa de doutorado, é importante explicitar que no mestrado² analisei o ensino primário em Três Lagoas, no período de 1920 a 1971. Essa experiência me instigou a investigar o processo de instalação e expansão do ensino secundário em Campo Grande, por ser a cidade mais pujante de Mato Grosso e por perceber que o ensino secundário iniciou-se em estabelecimentos privados. Saliento também que não existiam pesquisas que focalizavam esse objeto na perspectiva do financiamento das instituições de ensino secundário no município na perspectiva histórica.

Muitas pesquisas³ a respeito do financiamento educacional vêm ocorrendo a partir do período da redemocratização do país, na década de 1980, passando pela Constituição de 1988, Lei de Diretrizes e Bases Educacionais de 1996 e o Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (2007). Desse modo, duas teorias privatistas emergiram, como afirma Peroni, Oliveira e Fernandes (2009):

¹ O Projeto está associado à pesquisa intitulada “Por uma outra Historiografia do Ensino Secundário (1931-1961): Estudos Comparados como Ferramentas de Construção”, da Professora Dra. Fabiany de Cássia Tavares Silva, como também ao projeto da Professora Dra. Margarita Victoria Rodríguez sob o título “Propostas políticas e pedagógicas para a educação dos intelectuais orgânicos liberais e críticos no Brasil (anos 1920 - anos 2000)”. (CRÍTICOS NO BRASIL ANOS 1920 – ANOS 2000).

² O Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul foi defendido em fevereiro de 2019, sob a orientação da Professora Dra. Margarita Victoria Rodríguez. A dissertação produzida teve como título “Criação e Expansão do Ensino Primário Público em Três Lagoas: Sul de Mato Grosso (1920-1971)”.

³ Existem diversos autores no Brasil que estudam financiamento, dentre eles: Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, Vera Maria Vidal Peroni, Thereza Maria de Freitas Adrião, que participaram da pesquisa “Parcerias Público e Privado na Educação: Implicações para a oferta e gestão educacional”, sob a coordenação de Regina Tereza Cestari de Oliveira, no período de 2008 a 2013. Além disso, essas autoras possuem trabalhos atuais sobre esse objeto de estudo. Peroni coordenou o projeto intitulado “Implicações da relação público-privada para a democratização da educação” entre 2014 a 2019 e, atualmente, coordena o projeto “A relação público-privado em países latino-americanos: sujeitos e conteúdo da proposta”. Adrião coordena o projeto “O ensino privado-mercantil no Brasil: caracterização e análise das estratégias de inserção do capital financeirizado para a oferta educacional”. Fernandes coordena o projeto “Os efeitos da Economia Política brasileira na composição da remuneração docente da educação básica”.

As teorias neoliberal e terceira via têm em comum o diagnóstico de que o culpado pela crise é o Estado, mas propõem estratégias diferentes de superação: o neoliberalismo defende o Estado mínimo e a privatização e a terceira via, a reforma do Estado e a parceria com o terceiro setor. Ocorre que, tendo o mesmo diagnóstico de que a crise está no Estado, nas duas teorias, este não é mais o responsável pela execução das políticas sociais: o primeiro a repassa para o mercado e o segundo, para a chamada sociedade civil sem fins lucrativos. Outra questão que se diferencia nas teorias é a concepção de democracia. Enquanto para o neoliberalismo a democracia atrapalha o livre andamento do mercado, pois deve atender a demanda dos eleitores para se legitimar, o que provoca o déficit fiscal, para a terceira via a democracia deve ser fortalecida. (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p. 763).

As duas teorias acreditam que a crise financeira do Brasil tem como principal culpado o Estado e, para isso, propõem repassar os recursos públicos para diversas esferas da sociedade, afirmando que o setor privado é “melhor gestor” dos serviços como, por exemplo, a educação. Esse debate é histórico no Brasil e, como veremos nesta tese, a pugna entre os privatistas e os publicistas (defensores da escola pública) a respeito do fomento do ensino secundário começou no início do século XX. Para compreender como é a dinâmica público *versus* privado, torna-se necessário captar esse movimento no devir histórico, mais especificamente na história da educação.

No Brasil, a etapa média de escolarização voltada à juventude, que permitia o acesso aos cursos superiores, recebeu várias denominações ao longo de sua história: instrução secundária, ensino secundário, educação secundária, curso ginásial, curso secundário fundamental. As instituições de ensino secundário receberam, em cada período, denominações diferentes: Liceu, Colégio e Ginásio. O nome utilizado para o ensino secundário pela Reforma Benjamin Constant, de 1890, foi curso médio; em 1901, a nova reforma educacional, Epitácio Pessoa, denominou ensino secundário; a reforma posterior, Rivadávia, de 1911, deu o nome de curso fundamental; pela Reforma Maximiliano, de 1915, o ensino secundário passou a chamar-se curso gymnasial; em 1925, com a Reforma Rocha Vaz, voltou o nome ensino secundário. (PESSANHA; ASSIS; SILVA, 2017, p. 312).

A escolarização em nível médio recebeu diversas denominações, mas, a partir da Reforma de Rocha Vaz (1925), a nomenclatura voltou a ser ensino secundário. A respeito dessa nomenclatura, Assis (2015, p. 23) esclarece que: “Por ensino secundário compreendemos a etapa escolar posterior ao primário, de caráter propedêutico ao ensino superior, que era seletivo ao ingresso de estudantes”. Portanto, o ensino secundário referia-se à continuação da etapa escolar para os alunos que finalizavam o ensino primário e para quem queria cursar o ensino superior. Entretanto, não era obrigatório e gratuito, assim sendo havia alto número de escolas privadas em comparação às públicas. As instituições privadas também recebiam recursos financeiros públicos em troca de bolsas de estudos, além de outras contribuições dos governantes, tornando-se mais barato ao

governo fornecer recursos às instituições privadas ao invés de criar e manter escolas públicas de ensino secundário.

Durante o período analisado, havia na cidade de Campo Grande as seguintes instituições privadas de ensino secundário: Colégio Dom Bosco (1930), Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1926), Instituto Osvaldo Cruz (1927) e Ginásio Barão do Rio Branco (1949). Em 1939, a única escola pública de ensino secundário na cidade era o Liceu Campograndense. Em 1930, houve a criação da Escola Normal Joaquim Murtinho (pública) e de duas outras escolas instaladas depois dessas: Ginásio do Instituto Coração Eucarístico, em 1956, e Ginásio Batista Mato-grossense, em 1961, sobre as quais não há muitos dados, principalmente aqueles relacionados à sua criação.

O problema central proposto pela investigação é compreender: Qual o interesse estatal no fomento de escolas privadas de ensino secundário no período de 1930-1961 em vez de se criarem mais escolas secundárias públicas? A pesquisa busca responder a essas questões, além de analisar as relações existentes na educação a esse respeito nas esferas pública e privada.

Portanto, o trabalho focaliza as instituições privadas Colégio Dom Bosco, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Instituto Osvaldo Cruz e Ginásio Barão do Rio Branco, sendo esse último uma instituição sem fins lucrativos, embora também haja registros de recursos públicos encaminhados a essas instituições.

A tese que se defende é que, apesar de haver recursos financeiros para criar novas escolas públicas de ensino secundário, isso não acontecia, pois, esse critério não era obrigatório, visto que a demanda existente era pouca, porque a produção na região sul de Mato Grosso era baseada principalmente na atividade pecuária extensiva, atividade extrativa e agricultura, uma parcela considerável de sua população habitava nas áreas rurais. Assim sendo, tornava-se desnecessária a força de trabalho⁴ qualificada, o que fazia com que os governantes objetivassem atender as demandas de ensino secundário dos filhos das camadas médias. Por causa disso, financiavam as escolas privadas e, complementarmente, eles concediam bolsas para um número mínimo de alunos da classe

⁴ “Força de trabalho é a capacidade de realizar um trabalho útil que aumenta o valor das mercadorias. É a sua força de trabalho que os operários vendem aos capitalistas em troca de um salário em dinheiro. A força de trabalho deve ser diferenciada do trabalho, que é o próprio exercício efetivo da capacidade produtiva humana de alterar o valor de uso das mercadorias e de acrescentar-lhes valor. Os produtos do trabalho podem ser comprados e vendidos como mercadorias. É impossível, porém, dar um sentido exato à ideia de compra e venda do próprio trabalho enquanto atividade produtiva. O produtor que não pode vender o seu produto de trabalho deve vender a sua capacidade de trabalhar, comprometendo-se a exercer o trabalho no interesse e sob a direção do comprador, em troca de uma soma de dinheiro, ou seja, do salário” (BOTTOMORE, 2001, p. 253).

trabalhadora⁵, ou seja, aqueles que conseguiam boas notas, tinham boas maneiras e poderiam ascender socialmente por meio dos estudos.

Os objetivos específicos da pesquisa são: a) analisar as relações da política educacional do ensino secundário no Brasil e em Campo Grande no período de 1930 a 1961; b) investigar e analisar a expansão do ensino secundário no estado de Mato Grosso e em Campo Grande; c) elucidar a questão público *versus* privado, focalizando os recursos financeiros para ampliação de escolas secundárias em Campo Grande.

Por conseguinte, visa-se compreender a sociedade capitalista em sua totalidade, para que depois se possa analisar a singularidade do objeto da pesquisa. “Se o singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, o universal não se institui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal é o fundamental da pesquisa” (SANFELICE, 2009, p. 198). O objeto, ou seja, o financiamento da expansão do ensino secundário em Campo Grande, é entendido como um fenômeno complexo que será abordado em relação à totalidade naquele momento histórico.

As principais categorias de análise⁶ referidas na tese são: público; privado; Estado; política educacional. Outrossim, as categorias do método que norteiam a do desenvolvimento a pesquisa foram: contradição; universal e singular.

O “Público” na perspectiva da educação, de acordo com Saviani (2005), refere-se ao Estado, que é o órgão estabelecido na sociedade para cuidar dos interesses da população.

[...] temos o entendimento referido ao conceito de estatal. Nesse caso, trata-se da escola organizada e mantida pelo Estado e abrangendo todos os graus e ramos de ensino. Ora, se trata de escolas organizadas e mantidas pelo Estado, isso significa que cabe ao Poder Público responsabilizar-se plenamente por elas, o que implica a garantia de suas condições materiais e pedagógicas. Tais condições incluem a construção ou a aquisição de prédios específicos para funcionar como escolas; a dotação e manutenção nesses prédios de toda a infraestrutura necessária para seu adequado funcionamento; a instituição de um corpo de agentes, com destaque para os professores, definindo-se as exigências de formação, os critérios de admissão e a especificação das funções a serem desempenhadas [...]. (SAVIANI, 2005, p. 03-04).

Esse tipo de escola estatal, pública e gratuita constituía-se no tipo de instituição de que os filhos dos trabalhadores poderiam usufruir. Entretanto, “[...] o Estado ou o que

⁵ De acordo com Miliband (1999), é a classe das pessoas cuja fonte de renda exclusiva é a venda da sua força de trabalho. Ou seja, para que a classe trabalhadora sobreviva na sociedade capitalista, é necessário vender sua força de trabalho.

⁶ De acordo com Marx (1983), as categorias podem expressar aspectos fundamentais das relações dos homens entre si e com a natureza e são construídas através do desenvolvimento do conhecimento e da prática social.

é estatal não é público ou do interesse público, mas tende ao favorecimento do interesse privado ou aos interesses do próprio Estado, com a sua autonomia Relativa”. (SANFELICE, 2005a, p. 91). Em conformidade com o autor, as escolas públicas seriam as iniciativas empreendidas por conta própria no âmbito dos movimentos sociais e que, à revelia do Estado, desenvolveram-se como escolas não previstas, não sendo planejadas pelos poderes constituintes, mas que respondiam às necessidades e aos interesses de parte da população.

No entanto, no momento histórico analisado, não existiam escolas públicas de ensino secundário como a definida pelo autor mencionado, uma vez que a educação pública era estatal (tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal), porém as normas legais vigentes no período analisado apenas previam a gratuidade do ensino primário. O ensino secundário era regulamentado pela esfera federal, mas o investimento estatal nessa etapa da educação era escasso, ficando a cargo das iniciativas privadas.

O “Privado” na perspectiva da educação, de acordo com Sanfelice (2005b), está relacionado a outras alternativas de escolarização ou educação da classe dirigente em decorrência de seus próprios recursos econômicos, os quais servem para manter as instituições privadas educacionais. Entretanto, essas instituições procuravam receber recursos públicos, ou seja: “[...] o suprimento de recursos técnicos e financeiros, a igualdade de condições das escolas oficiais e particulares e o veto ao monopólio do ensino estatal.” (ARANHA, 1989, p. 250). Tratava-se de escolas confessionais (filantrópicas e comunitárias) ou não, que visavam ao lucro. As referidas instituições se destinavam a um pequeno número de pessoas da classe dirigente que conseguiam usufruir dessa escolarização, havendo um número significativo de escolas privadas de ensino secundário.

No que diz respeito à categoria “Estado”, trata-se de uma instituição importante para a existência do sistema capitalista, perpetuando, desse modo, as desigualdades sociais. Para Mészáros (2015, p. 235), o Estado “[...] não foi apenas moldado pelas fundações econômicas da sociedade, como também moldou de forma bastante ativa a realidade multifacetada das manifestações reprodutivas do capital no decorrer de suas transformações históricas.” Segundo o autor, as formações estatais historicamente dadas do sistema do capital devem se afirmar como executoras eficazes para a manutenção e reprodução do capitalismo.

A idéia de que o Estado serve aos propósitos e interesses da classe ou classes dominantes: o que está em causa, com efeito, é uma associação entre os que controlam o Estado e os que possuem e controlam os meios da atividade

econômica. Mas não há uma fusão das instâncias política e econômica conservam suas respectivas identidades e pela qual o Estado pode agir com considerável independência para manter e defender a ordem social da qual a classe economicamente dominante é a principal beneficiária. (BOTTOMORE, 2001, p. 135).

Desse modo, ocorre uma associação dos interesses do Estado e da classe dominante. Conforme Sanfelice (2005b), o Estado não é neutro, ele sobrepõe-se à escola pública, convertendo estatal em público, dessa forma o que é estatal passa a ser chamado de público para dificultar o entendimento de que se preservam, com isso, os interesses privados.

[...] o Estado decretando (apenas de maneira formal) que todos são iguais perante ele, mas permitindo que a propriedade privada, a educação e a profissão “atue a sua maneira” e manifestando a “sua característica particular” não elimina as desigualdades (mas as pressupõe para a sua existência como Estado político e garante a perpetuação das desigualdades). E dessa forma não atua como universalidade. (VENTURINI, 2006, p. 256).

Depreende-se que o Estado visa reproduzir e conservar a sociedade capitalista, sendo, a educação um dos meios de perpetuação das diferenças.

Outra categoria a ser apreendida é a “Política Educacional”. Mas o que é Política Educacional? É fato que para discernir como se deu a expansão do ensino secundário é necessário entender a materialização das políticas educacionais.

De acordo com Saviani (2008, p. 07), “A política educacional diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação. Tratar, pois, dos limites e perspectivas da política educacional brasileira implica examinar o alcance das medidas educacionais tomadas pelo Estado brasileiro”. Naquele momento histórico, as políticas educacionais frisavam o ensino primário, visto que era o único gratuito e obrigatório.

[...] parece ser mais fecundo interpretar a política educacional estatal sob o ponto de vista estratégico de estabelecer um *máximo de opções de troca* para o capital e para a força de trabalho, de modo a maximizar a probabilidade de que membros de ambas as classes possam ingressar nas relações de produção capitalistas. (OFFE, 1984, p. 128)

Inicialmente, o ensino secundário tinha como objetivo atender e qualificar a classe dirigente, porém, à medida que a população urbana foi crescendo e se diversificou a economia do país, foi necessária a formação da força de trabalho para desempenhar diversas funções e atribuições em atividades produtivas e, para tanto, ocorreu um aumento de instituições de ensino secundárias e foram criadas políticas educacionais específicas.

Com relação à categoria analítica do método Contradição, foi selecionada especificamente nesta tese para analisar a sociedade capitalista, principalmente porque

permite apreender e discernir o papel e objetivo de o Estado fomentar a educação privada com recursos públicos.

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior. Cada coisa é uma totalidade de movimentos e de momentos e elementos provenientes de suas relações, de sua gênese e de sua abertura. (CURY, 1985, p.30).

Para que a classe trabalhadora tenha seus direitos atendidos, em especial a educação, torna-se necessário a formação mínima dos trabalhadores, porém, no momento histórico abordado, as contradições próprias da sociedade capitalista não eram possíveis de serem superadas, visto que as diferenças eram evidentes e a escolarização da classe dirigente era um fenômeno concreto. Assim, aos trabalhadores apenas era garantido o direito ao ensino primário gratuito.

Contradição: Embora o conceito possa ser usado como uma metáfora para qualquer espécie de dissonância, divergência, oposição ou tensão, ele assume um significado particular no caso da ação humana (ou, mais geralmente, de qualquer ação orientada para um objetivo), em que especifica qualquer situação que permita a satisfação de um fim unicamente às expensas de um outro. (BOTTOMORE, 2001, p. 134).

A contradição para a pesquisa está relacionada ao fato de o poder público financiar o ensino privado desmantelando a criação de instituições públicas, porém oferecendo opções para que alguns indivíduos oriundos da classe trabalhadora possam usufruir dessa etapa da educação como, por exemplo, as bolsas de estudos.

Por fim, ao se tratar da categoria “Universal”, é preciso entender que, ao se considerar a dinâmica “Singular”, é necessário analisar a materialidade na sua totalidade.

Sintetizando, no âmbito das ciências humanas, a investigação científica deve gerar conhecimentos que evidenciem: a) a unidade cultural predominantemente entre os povos que vive sob a égide do modo de produção capitalista, ele próprio a acabada expressão do universal, pois submeteu, sem exceção, as nações de todos os quadrantes do planeta; b) assim como as especificidades das diferentes nações e regiões. Essas especificidades, contudo, subordinam-se à unidade cultural, pois o singular é sempre uma forma de realização do universal. Logo, o singular refere-se, também à escala adotada pelo pesquisador para realizar a abordagem da realidade humana: uma cidade, uma região, um país, um continente etc. O singular é a manifestação, no espaço convencional, de como leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica. Universal e singular, nessa perspectiva, são indissociáveis. Por isso, enquanto categorias científicas, devem estar presentes em todos os trabalhos de investigação, sob pena de se negar teor de cientificidade a qualquer elaboração que omita uma ou outra e, principalmente, a relação entre ambas. Se o singular é a forma singular de realização do universal, só iluminado pelo universal e através dele pode conter elementos que contribuam para cimentar a identidade entre os povos. A investigação científica, conduzida nessa perspectiva, tende a desempenhar um papel

relevante não só no processo de integração latino-americana, mas da humanidade como um todo. (ALVES, 2003, p. 28).

Para que ocorra o discernimento a respeito da categoria singular, é necessário entender a dinâmica da sociedade capitalista, pois o universal e singular são indissociáveis. Dessa forma, ao longo da tese, inicialmente será abordada a sociedade brasileira no período de 1930-1961 verificando a relação existente entre público e privado no ensino secundário. Depois, será analisado o ensino secundário estadual em Mato Grosso nesse momento histórico. Por fim, a intenção é apreender como ocorreu a instalação e a expansão de instituições escolares na cidade de Campo Grande, buscando compreender qual é o vínculo existente entre o ensino secundário público e privado.

Para a elaboração da pesquisa, foi realizado o levantamento de fontes, visto que “O uso de fontes é fundamental para a produção e a sistematização do conhecimento histórico, pois testemunham, fundamentam e embasam a pesquisa histórica”. (PESSANHA; ASSIS; SILVA, 2017, p. 312). O período de realização da coleta de dados e documentos aconteceu durante a Pandemia da Covid-19 (2020-2021), desse modo ocorreram alguns entraves como, por exemplo, a dificuldade de acesso aos arquivos físicos e manuseio dos documentos, pois era necessário pedir ao bibliotecário informação a respeito de dados relacionados ao objeto de pesquisa, sendo necessário que eles fossem buscá-los. Além disso, ocorreu o fato de não existirem mais os arquivos ou os funcionários não encontrarem o material solicitado.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram os seguintes: Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico⁷ a partir de livros, teses e dissertações que abordam a história do ensino secundário no Brasil, com o intuito de entender as condições materiais que permitiram a implantação e a expansão do ensino secundário e seu desenvolvimento nos estados da federação. Posteriormente procedeu-se à pesquisa documental, quando foram coletados os dados e documentos⁸, como apresenta a tabela a seguir:

⁷ Os dados encontrados com relação à pesquisa bibliográfica se encontram nos quadros 1, 2 e 3.

⁸ Os dados encontrados com relação aos documentos se encontram nos capítulos da tese.

Quadro 1 - Coleta de dados e documentos selecionados para a pesquisa

Instituição	Documentos	Localização
Arquivo Público De Mato Grosso	Atas Diários Oficiais Normas Legais	Cuiabá – Mato Grosso
Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto da Memória	Normas Legais e Diários Oficiais.	Cuiabá – Mato Grosso
Arquivo Público de Mato Grosso do Sul	Arquivos a respeito da história do Estado de Mato Grosso e do Município de Campo Grande	Campo Grande – Mato Grosso do Sul
Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA)	Dados sobre a história de Campo Grande e de Instituições de ensino secundário. Jornal Revista	Campo Grande – Mato Grosso do Sul
Câmara Municipal de Campo Grande	Legislações a respeito de recursos públicos fomentando o ensino secundário	Campo Grande – Mato Grosso do Sul
Repertório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)	Legislações do ensino secundário do Brasil	DVD organizado por Pessanha e Assis (2015).

Fonte: dados coletados pela autora.

No Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá-MT), foram encontradas atas contendo um resumo de leis e, a partir desse material, foram escolhidas informações do ensino secundário, com ênfase em Campo Grande. Foram coletados e analisados os Diários Oficiais que contêm as normas legais do período de 1930-1961, enfatizando o fomento do financiamento público para as instituições de ensino secundário, bem como documentos da história do estado. Também foram selecionadas as Constituições Estaduais de Mato Grosso (1935 e 1947).

Na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, especificamente no Instituto da Memória (Cuiabá-MT), foram consultadas legislações, Diários Oficiais e um ementário com leis das cidades, por meio do qual foram selecionadas as legislações de fomento para as escolas secundárias de Campo Grande⁹.

No Arquivo Público de Mato Grosso do Sul (Campo Grande-MS), obtiveram-se dados a respeito da história do estado de Mato Grosso e do município de Campo Grande.

Também foi visitado o Arquivo das Escolas Recolhidas (Campo Grande-MS). Inicialmente foi realizado o pedido para efetuar a pesquisa na Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Quando a autorização foi concedida, ocorreu a visita ao Arquivo, no entanto, não havia dados que se enquadrassem dentro do período delimitado.

⁹ O quadro encontra-se no capítulo 3.

No Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA), foram encontrados dados sobre a história de Campo Grande e de instituições de ensino secundário, além dos Jornais do Comércio e Revistas da Folha da Serra, bem como a pasta 9.0 com informações sobre o colégio Osvaldo Cruz.

Foram localizadas na Câmara Municipal de Campo Grande¹⁰ as legislações (leis, resoluções e decretos) referentes a recursos públicos fomentando o ensino secundário.

No Repertório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971), organizado pelas professoras doutoras Eurize Caldas Pessanha e Wanderlice da Silva Assis (2015), foram selecionadas as normas legais que regulamentaram essa etapa de ensino no período de 1930 a 1961.

Quanto à coleta e análise dos dados online do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anuários estatísticos do Brasil do período de 1935 a 1961, foram examinados: os números de instituições de ensino secundário, o número de matrículas e o corpo docente, dados que serão destacados no primeiro capítulo da tese.

Além disso, foi consultado no site da biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro o Balanço Geral da União da Contadoria Central da República, como expõe o quadro a seguir:

¹⁰ Houve dificuldade na pesquisa, visto que a coleta de dados foi realizada durante a pandemia e, depois, ao retornar não foram encontrados alguns cadernos com as normas legais, visto que não foi possível entrar onde esses documentos eram guardados.

Quadro 2 - Contadoria Central da República: Balanço Geral da União (1923-1961)

Documento	Ano da Publicação	Documento	Ano da Publicação
Balanço e Relatório – Exercício de 1923	1924	Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1949	1950
Balanço e Relatório – Exercício de 1924	1925	Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1950	1951
Balanço do Activo e Passivo – Exercício de 1929	1930	Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1951	1952
Contas da Gestão Financeira – 1932	1933	Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1952	1953
Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1934	1935	Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1953	1954
Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1935	1936	Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1954	1955
Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1936	1937	Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1955	1956
Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1937	1938	Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1956	1957
Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1939	1940	Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1957	1958
Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1940	1941	Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1958	1959
Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1941	1942	Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1959	1960
Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1945	1946	Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1960	1961
Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1946	1947	Boletim de Estatística e Informações	1959
Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1947	1948	Boletim de Estatística e Informações	1961
Contadoria Central da República: Balanço Geral da União – 1948	1949	Finanças do Brasil – 1941 – 1950	1952

Fonte: Memória Estatística do Brasil: Biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro. Quadro elaborado pela autora.

Os recursos públicos do Brasil e do ensino secundário apresentados na tese foram localizados no site da Biblioteca do Ministério da Fazenda e os documentos selecionados pertencem à Contadoria Central da República: Balanço Geral da União (1923-1960¹¹), Contas da Gestão Financeira (1932), Boletim de Estatística e Informações (1959 e 1961) e Finanças do Brasil (1941-1950).

A pesquisa bibliográfica foi realizada no Banco de Teses e Dissertações da Capes (BTDC), e nos bancos de tese e dissertação dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Universidade Católica Dom Bosco. Observou-se a existência de trabalhos que tratam do ensino secundário na cidade de Campo Grande, porém eles não abordam as categorias público e privado, como

¹¹ Não foram encontrados nos documentos da Contadoria Central da República – Balanço Geral da União os anos de 1925 a 1928, 1930, 1931, 1933, 1938, 1942 a 1944, 1961.

é a proposta dessa pesquisa. Os descritores da busca foram: ensino secundário; público e privado. Efetuados os devidos refinamentos para a realização desta investigação, o quadro a seguir apresenta os trabalhos que foram consultados. Em relação ao ensino secundário, foram encontradas as seguintes teses e dissertações:

Quadro 3 - Teses e Dissertações sobre o Ensino Secundário em Campo Grande

Título	Autor (a)	Universidade	Ano
O Ensino Secundário no Sul do Estado de Mato Grosso no Contexto das Reformas Educacionais: o Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949) Dissertação	Marcelo Pereira Rocha	Universidade Católica Dom Bosco	2010
O Exame de Admissão e a Seletividade na Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado (1942-1971) Dissertação	Patrícia Menegheti Aguiar	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2013
Habitus Estudantil e Distinção no Colégio Maria Constança Barros Machado (1950-1970) Dissertação	Solange de Andrade Ribeiro	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2013
Implantação e Organização do Curso Ginásial no Sul de Mato Grosso: Expressões de um Projeto de Modernização (1917-1942) Tese	Stella Sanches de Oliveira	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2014
A representação da Educação Secundária em Campo Grande nas Fontes da Historiografia Regional e Memorialística (1920-1960) Dissertação	Adriana Espindola Britez	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2014
Maria Constança Barros Machado: um estudo das representações sociais sobre a professora e diretora do primeiro ginásio público Campo-Grandense Dissertação	Daniela Felisberto da Silva	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2015
Inovações Incorporadas ou “Modernidades Abandonas”? Uma investigação sobre os materiais didáticos para as aulas de línguas vivas em dois ginásios de Campo Grande, Sul do Estado de Mato Grosso (1931-1961) Tese	Marta Banducci Rahe	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2015
Agentes e Ações Curriculares na História da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (1941-1966): A construção da representação de “exemplaridade” Dissertação	Maria Cecília Serafim Silva	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2016
Ensino Secundário e Agentes Intelectuais no Sul de Mato Grosso (1931-1961) Dissertação	Heloise Vargas de Andrade	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2017
Das Análises em Dissertações e Teses (2004-2015) à História Comparada sobre a Constituição do Ensino Secundário (Belo Horizonte e Campo Grande) Tese	Fernando Vendrame Menezes	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2018
Campanha Nacional de Educandários Gratuitos: Em Perspectiva o Ensino Secundário no Sul de Mato Grosso (1949-1963) Dissertação	Abigail Ferreira Alves Astofe	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2019

Fonte: Organizado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e dos Programas de Pós-Graduação em Educação da UCDB e UFMS.

Rocha (2010) apresenta em sua dissertação a análise do ensino secundário no Ginásio Osvaldo Cruz no período de 1927 a 1949. Sua pesquisa de cunho historiográfico

apresenta as fontes documentais constituídas por leis, regulamentos, decretos mensagens presidenciais, entre outros documentos. A dissertação é fundamental para quem pesquisa sobre o ensino secundário em Campo Grande e indica que o Ginásio Osvaldo Cruz é uma instituição com poucas pesquisas realizadas.

Aguiar (2013), em sua dissertação, analisou os dados relativos ao exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (1942- 1971), apontando a seletividade em relação ao ensino secundário. O trabalho histórico contempla fontes primárias da escola, além de dados dos Censos Demográficos Nacionais e Regionais. Os dados resgatados nessa dissertação são pertinentes para futuros pesquisadores sobre a história da instituição.

A dissertação de Ribeiro (2013) apresentou o objetivo de compreender o significado da educação secundária da escola na produção de saberes discentes, de normas, comportamentos e condutas incorporadas e fomentadoras de disposições duráveis que compõem o *habitus* no Colégio Maria Constança Barros Machado. Pierre Bourdieu foi o aporte teórico utilizado na pesquisa.

Oliveira (2014), em sua tese, explanou sobre o curso ginásial, que era o primeiro ciclo dos estudos secundários nas cidades de Corumbá e Campo Grande. Mostrou que o curso ginásial preparou os jovens para serem profissionais para atuar nos setores políticos e públicos e nas profissões liberais. A instrumentalização simbólica dos elementos nacionalistas e patrióticos qualificou a cultura escolar do curso ginásial.

Britez (2014), na dissertação sobre a representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialista, aponta que utilizou-se de fontes memorialistas. A perspectiva teórica que fundamenta a pesquisa baseia-se em autores como Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Justino Magalhães, entre outros. A autora concluiu que as instituições secundárias possibilitaram o acesso das classes intermediárias e trabalhadoras à escolarização secundária, além da preparação dos jovens para a sociedade. Apesar da perspectiva teórica ser diferente da utilizada nesta tese, a dissertação traz um levantamento historiográfico proveitoso para a história regional educacional.

Na dissertação de Silva (2015), a autora pesquisou sobre a representação social de Maria Constança Barros Machado, que foi professora e diretora da primeira instituição de ensino público secundário da cidade de Campo Grande. O aporte teórico utilizado foi de Bourdieu. A dissertação é significativa para futuros pesquisadores que querem

compreender quem foram os agentes históricos importantes para a educação em Campo Grande.

Rahe (2015), em sua tese, teve como objetivo analisar, em dois ginásios da cidade de Campo Grande – o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e a Escola Estadual Maria Constança Barros Machado – os materiais didáticos que integraram a lista de objetos para o ensino das línguas vivas, ou seja, o inglês e o francês. A pesquisa historiográfica foi desenvolvida por meio dos depósitos, secretarias, bibliotecas e arquivos das escolas. Nas análises realizadas, observou-se que os ginásios cumpriam as exigências dos programas governamentais para o ensino secundário. A pesquisa traz duas instituições de ensino secundário de Campo Grande, uma privada e outra pública, com um rico conteúdo historiográfico.

Em sua dissertação, Silva (2016) pesquisou os agentes e as ações curriculares na Escola estadual Maria Constança Barros Machado e, além disso, buscou compreender como a política influenciou a ação dos agentes educativos. O aporte teórico utilizado pela autora foi baseado em Bourdieu e seus interlocutores. O trabalho oferece elementos fundamentais para quem trabalha com a história e a política educacional do ensino secundário, enfatizando a instituição escolar Maria Constança Barros Machado.

Andrade (2017), em sua dissertação, pesquisou como os agentes intelectuais no sul de Mato Grosso representaram em suas memórias a formação no ensino secundário. As fontes que a autora utilizou na pesquisa foram obras memorialísticas, entrevistas e documentos das instituições escolares de ensino secundário. O referencial teórico utilizado pela autora foi Bourdieu. A pesquisa histórica da autora traz as pessoas que tiveram uma participação importante na educação da população do sul do estado.

A tese de Menezes (2018) trabalhou com a história comparada das cidades de Belo Horizonte e Campo Grande. Suas fontes foram teses e dissertações produzidas pelos programas das Universidades Federais de Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais. O autor utilizou os conceitos de figuração de Norbert Elias e as táticas e estratégias de Michel de Certeau. A pesquisa historiográfica é importante para os pesquisadores que visam investigar as duas cidades.

Astofe (2019), em sua dissertação, pesquisou a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, tendo como perspectiva o ensino secundário no sul de Mato Grosso, dando ênfase ao Ginásio Barão do Rio Branco, na cidade de Campo Grande. As principais fontes da autora foram livros de memória, biografias e autobiografias, como também legislações. Suas análises derivaram de estudos em âmbito sociológico e

historiográfico e o principal autor foi Bourdieu. Apesar de a presente pesquisa utilizar base teórica diferente, a dissertação da autora é importante para a historicidade do Ginásio Barão do Rio Branco, trazendo o levantamento histórico e os dados da instituição.

A principal referência teórica das pesquisas selecionadas foi o autor Pierre Bourdieu, o qual, em seu estruturalismo, nega o determinismo, como também a estabilidade das estruturas, ou seja, para esse referencial não há linearidade. O autor mostra que, além do capital econômico, existem outros modelos de capitais que podem influenciar a vida em sociedade como, por exemplo, o capital cultural. “Na teoria de Pierre Bourdieu, a noção de campo, juntamente aos conceitos de habitus e capital, são fundamentais para a compreensão da prática social”. (STREMEL, 2016, p. 29). Dessa forma, os autores das teses e dissertações pesquisadas que o utilizam como referencial teórico, mostraram as múltiplas determinações que influenciam a sociedade e, dessa forma, a educação.

Em relação à questão público e privado na educação, foram encontradas no Banco de Teses e Dissertações da Capes duas pesquisas: uma dissertação e uma tese referentes ao ano pesquisado (1930-1960).

Quadro 4 - Teses e Dissertações sobre o Público e o Privado na Educação

Título	Autor	Universidade	Ano
Política e Educação de 1930-1961: a concepção do Público no Manifesto dos Educadores de 1959. Dissertação	Darciel Passinato	Universidade de Passo Fundo	2014
Do Confessionário ao Laico, do Privado ao Público: Escola Estadual Nossa Senhora das Graças, Campina Verde, MG – 1950-80 Tese	Cleide Aparecida Nunes da Silva Franco	Universidade Federal de Uberlândia	2015
A Gênese da Escola Rotary: Interloquções entre o público e o privado – 1956/1971 Dissertação	Joseane Aparecida Marçal	Universidade Federal de Uberlândia	2017

Fonte: Organizado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Passinato (2014), em sua pesquisa, aponta a importância do Manifesto dos Educadores para a educação brasileira em defesa de uma escola pública obrigatória e gratuita, diferente do que os privatistas (em especial a Igreja Católica) queriam. Aborda também o embate que se deu entre os dois lados a respeito do financiamento público. A pesquisa é bibliográfica-documental.

Em seu trabalho, Franco (2015) teve como objeto de estudo a Escola Nossa Senhora das Graças, com o recorte temporal de 1950 a 1980. A autora mostrou em sua pesquisa os embates que existem entre os poderes públicos municipal e estadual e o setor

privado quanto aos recursos para a educação. O objetivo principal da pesquisa foi caracterizar a passagem dessa escola confessional para o setor público (primeiro para o município e depois para o estado). As fontes utilizadas foram entrevistas, documentos da escola e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A pesquisa de Marçal (2017) teve como objetivo abordar as relações entre o público e o privado na Escola Estadual Rotary. A autora fez uma análise das diretrizes educacionais governamentais presentes no período de 1956 a 1971, além de investigar os documentos da escola.

Muito dos embates entre os defensores das escolas públicas e os das escolas privadas dizem respeito ao financiamento público, uma vez que, para os privatistas, os recursos também tinham que ser repassados para a escola privada. Entretanto, os que defendiam a escola laica, gratuita e obrigatória eram contra esse argumento, defendendo que os recursos públicos deveriam ficar nas instituições públicas. O período sinalizado mostra os embates entre esses dois grupos desde a Era Vargas (1930 -1945) até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961.

A pesquisa em livros foi feita em relação ao público e ao privado na educação e o ensino secundário em Campo Grande. Foram selecionadas as seguintes obras:

Quadro 5 - Livros sobre o público e privado na educação

Título da Obra	Autor e/ou Organizador	Ano
O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas	Orgs. José Claudinei Lombardi, Mara Regina M. Jacomeli e Tânia Mara T. da Silva .	2005
História das Ideias Pedagógicas no Brasil	Dermeval Saviani	2013
A Escola Pública no Brasil: História e Historiografia	Orgs. José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani e Maria Isabel Moura Nascimento	2005
Ideologias em Conflito: Escola Pública e Escola Privada	Ester Buffa	1979
Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais	Carlos Roberto Jamil Cury	1985

Fonte: Organizado pela autora.

O livro “O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas”, organizado por José Claudinei Lombardi, Mara Regina M. Jacomeli e Tânia Mara T. da Silva (2005), faz um balanço geral dos trabalhos apresentados no IV Seminário Nacional do HISTEDBR, de 1997. Os autores dos capítulos abordaram o objeto sobre diferentes pontos de vista, mostrando que a escola pública ainda atende a burguesia para perpetuar a sua hegemonia em relação à classe trabalhadora.

O livro “História das Ideias Pedagógicas no Brasil”, de Dermeval Saviani (2013), disserta sobre história da educação desde a chegada dos jesuítas até o ano de 2001. Divide as ideias pedagógicas em quatro períodos, que são: 1º - As ideias pedagógicas no Brasil

entre 1549 e 1759 (monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional); 2º- As ideias pedagógicas no Brasil entre 1759 e 1932 (coexistência entre vertentes religiosas e leiga da pedagogia tradicional); 3º - As ideias pedagógicas no Brasil entre 1932 e 1969 (predomínio da pedagogia nova); 4º - As ideias pedagógicas no Brasil entre 1969 a 2001 (configuração da concepção pedagógica construtivista). Em relação aos embates entre o público e o privado, o autor discorre acerca da época do manifesto dos pioneiros até a construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961.

O livro “A Escola Pública no Brasil: História e Historiografia”, organizado por José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani e Maria Isabel Moura Nascimento (2005) apresenta, em sua introdução escrita por Saviani, o conceito de escola pública ao longo dos anos. O livro encontra-se dividido em três partes: a primeira aborda a historiografia da escola pública no Brasil; a segunda discute a história comparada da escola pública; e a terceira parte explana sobre a escola pública brasileira na atualidade.

O livro “Ideologias em Conflito: Escola Pública e Escola Privada”, de Ester Buffa, salienta o conflito que ocorreu entre os defensores das escolas privadas e os da escola pública durante o processo de promulgação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961.

No livro “Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e liberais”, de Carlos Roberto Jamil Cury (1985), o autor explana sobre os debates que ocorreram sobre a educação no período de 1930 a 1934 no Brasil, para compreender os entraves existentes entre os católicos e os liberais para a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. Cury analisa as diferentes concepções ideológicas, tanto da igreja católica quanto dos liberais e do Estado.

Observa-se que as obras sinalizam os entraves que aconteceram entre a Igreja Católica e os privatistas contra os defensores da escola pública quanto aos recursos financeiros públicos destinados à educação.

Em relação ao ensino secundário em Campo Grande, foram encontrados os seguintes livros:

Quadro 6 - Livros sobre o Ensino Secundário em Campo Grande

Título da Obra	Autor e/ou Organizador
Auxiliadora 70 anos	Yara Penteado
Meu Colégio Dom Bosco	Pierre Adri
Memórias do Ensino Secundário no Sul de Mato Grosso no Século XX	Orgs. Jacira Helena do Valle Pereira Assis e Alice Felisberto da Silva
Implantação e Expansão Regional do Ensino Secundário Brasileiro	Orgs. Eurize Caldas Pessanha e Fabiany de Cássia Tavares Silva.

Fonte: Organizado pela autora.

O livro “Auxiliadora 70 anos”, de Yara Penteado, refere-se à história do Colégio nos seus setenta anos. O Livro “Meu Colégio Dom Bosco”, de Pierre Adri, discorre sobre suas memórias como ex-aluno da instituição. Já o livro “Memórias do Ensino Secundário no Sul de Mato Grosso no Século XX”, organizado por Jacira Helena do Valle Pereira Assis e Alice Felisberto da Silva, informa sobre as escolas do ensino secundário na cidade de Campo Grande, tanto as públicas quanto as privadas. O aporte teórico utilizado foi Pierre Bourdieu e suas fontes são memorialistas. O livro “Implantação e Expansão Regional do Ensino Secundário Brasileiro”, organizado por Eurize Caldas Pessanha e Fabiany de Cássia Tavares Silvia, tem um capítulo escrito por Silvia Helena de Andrade de Brito e Stella Sanches de Oliveira Silva intitulado “Percursos e Singularidades da Expansão do Ensino Secundário em Mato Grosso (1942-1961). Esse capítulo é dedicado ao ensino secundário em Mato Grosso, com ênfase em Campo Grande.

Esta tese encontra-se organizada em três capítulos. O primeiro denomina-se “O Ensino Secundário no Brasil: Relação entre Público e Privado (1930-1961)”. Esse capítulo está dividido em dois tópicos: o primeiro explana sobre a Era Vargas (1930-1945), focaliza as políticas e financiamento educacional e debate acerca do público *versus* privado. O objetivo é explicitar a organização da sociedade brasileira no momento histórico em questão, bem como identificar e analisar as políticas a partir dos dados estatísticos referentes ao ensino secundário. O segundo tópico aborda a história do Período Democrático (1945-1961), as legislações e financiamento do ensino secundário de 1946-1961.

O segundo capítulo intitulado “O Ensino secundário em Mato Grosso (1920-1961)” está dividido em três tópicos. O primeiro apresenta a história de Mato Grosso e seu desenvolvimento tanto no âmbito político quanto econômico. O segundo versa sobre a educação em Mato Grosso e discute as características educacionais naquele período. O terceiro explana sobre o financiamento do ensino secundário: Público *versus* Privado, no qual será verificado de que modo aconteceu o fomento.

O terceiro capítulo denominado “O Ensino Secundário em Campo Grande (1930-1961), encontra-se dividido em três tópicos: o primeiro alude à história de Campo Grande em seus diversos aspectos; o segundo discute a educação em Campo Grande, com ênfase no ensino secundário e o terceiro aponta os dados sobre os recursos públicos destinados ao ensino secundário no município.

2- O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL: RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO (1930-1961)

O capítulo tem como objetivo caracterizar o ensino secundário brasileiro no período de 1930-1961, bem como destacar a relação entre o público e o privado. Portanto, foi organizado em dois tópicos: o primeiro explana sobre a Era Vargas (1930-1945), focalizando as políticas e o financiamento educacional, como também o debate a respeito da relação público *versus* privado nesse momento histórico. O segundo tópico aborda o cenário democrático experimentado pelo país; além das normas jurídicas que regularam o ensino secundário e o financiamento público de 1946-1961.

2.1 A Era Vargas (1930-1945)

Getúlio Vargas chegou ao poder com o golpe de 1930, dessa forma, de maneira não democrática, assumiu a Presidência. Em virtude de o país estar passando por dificuldades econômicas, bem como político-sociais, ocorreu o golpe em 1930. Conforme Pomar (2006), o propósito preliminar dos que assumiram o poder em 1930 era de erradicar o monopólio do poder das antigas frações da classe dominante. Dessa forma, os militares não deixaram Washington Luís assumir a presidência, conforme atesta o registro de Carone (1976, p. 65-66):

[...] convergência de tropas revolucionárias sobre o Rio de Janeiro, depois do dia 3, leva os generais legalistas a conspirar para realização de um golpe contra as duas forças em confronto: seu pensamento é que, em vista de que as duas facções se dizem vitoriosas no pleito para a candidatura presidencial, eles, derrubando Washington Luiz e obrigando Getúlio Vargas a aceitar a nova situação de fato, poderiam “cartesianamente” afastar os contestadores e marcar novas eleições. [...] Washington Luiz reluta para entregar o governo, mas seu esforço é inútil. [...] Diante da força militar, os generais cedem, e Getúlio é empossado no Governo Provisório.

Washington Luís foi obrigado a deixar o poder e, assim, Getúlio Vargas se tornou o presidente do país, fase que se denominou como a Era Vargas (1930-1945).

Seu governo foi classificado em três fases: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). Observa-se que o período foi marcado por uma política e uma economia liberal interventora e o presidente ficou 15 anos no poder, sem votação direta da população, houve, no entanto, a governança constitucional, entre 1934 a 1937, como mostra o quadro 7. O quadro a seguir aponta as principais características e políticas de cada fase:

Quadro 7 - As três fases da Era Vargas (1930-1945)

Governo Provisório (1930-1934)	- Dissolução das assembleias estaduais e das câmaras municipais por meio do Decreto de 12/11/1930. - Substituição de governadores para interventores. - Proibição de os Estados fazerem empréstimos com outros países sem a autorização do governo federal. - Controle do Câmbio. - Criação do Ministério da Educação e da Saúde. - Criação do Ministério do Trabalho. - Direito ao voto pelas mulheres. - Criação do Tribunal Eleitoral. - Revolução Constitucionalista de 1932. - Voto Secreto.
Governo Constitucional (1934-1937)	- Com a Criação da Constituição de 1934: - Justiça do Trabalho; - Jornada de trabalho de oito horas; - Previdência Social; - Direito às férias. - Centralização do poder. - Voz do Brasil. - Plano Cohen.
Estado Novo (1937-1945)	- Início do período de ditadura do governo Vargas. - Perseguição Política (sindicatos). - Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). - Constituição de 1937. - Campanha Siderúrgica Nacional. - Criação do salário mínimo. - Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942).

Fonte: Elaborado pela autora.

A organização do Governo Provisório (1930-1934) se caracterizou pela centralização do poder e, nesse período, foram dissolvidas as assembleias estaduais e as câmaras municipais, bem como foi reduzida a autonomia do poder judiciário. De acordo com Levine (2001), Vargas nomeou, em sua maioria, tenentes jovens e inexperientes para serem interventores nos estados.

Em 1931, o Brasil estava sofrendo uma crise econômica e, por esse motivo, Vargas convidou Otto Niemeyer¹² para aconselhá-lo. Niemeyer apontou que o motivo da crise estaria na dependência do país em virtude de poucos produtos agrícolas exportáveis, além disso foi sugerido o endurecimento da política financeira para poder pagar as dívidas. Porém, de acordo com Pomar (2006), Vargas manteve os créditos e as despesas públicas, decretou a suspensão temporária dos débitos externos e renegociou a dívida, obtendo novos empréstimos para o desenvolvimento da indústria.

Em 1932 ocorreu a Revolução Constitucionalista e os rebeldes eram em sua maioria do estado de São Paulo, que contava que a elite mineira e gaúcha aderirem ao movimento, o que não aconteceu, como afirma Cavalcante (2013, p. 98-99).

¹² Otto Niemeyer (1883-1971) nasceu na Inglaterra, foi banqueiro e funcionário público.

Os rebeldes paulistas desejavam na verdade recuperar o poder perdido com a “Revolução de 1930”, embora afirmassem à população paulista que o movimento era necessário, pois Vargas governava o país inconstitucionalmente. Assim, a bandeira levantada pela classe dominante paulista para conseguir a adesão dos setores populares era que a revolução tinha como objetivo dar ao Brasil uma constituição. São Paulo rompeu o movimento esperando adesão das elites mineiras e gaúchas, mas estas acabaram se reconciliando com o presidente. Na realidade, São Paulo somente contou com a participação de um pequeno destacamento proveniente do Sul de Mato Grosso e comandado pelo general Bertoldo Klinger” (CAVALCANTE, 2013, p. 98-99).

O desejo dos paulistas era a recuperação do domínio que perderam, para atrair a população, usou a estratégia de levantar a bandeira que o presidente Getúlio Vargas governava o país na inconstitucionalidade e que era necessária uma nova constituição, porém apenas a região sul de Mato Grosso se juntou à São Paulo, com o objetivo que o estado se dividisse, entretanto, em três meses os rebeldes perderam a revolução.

Com a implantação do voto secreto, a política dos coronéis¹³ em relação ao voto de cabresto foi extinta, permitindo que o eleitor pudesse votar no candidato desejado. A Constituição de 1934, em seu artigo 38, dispunha: “O voto será secreto nas eleições e nas deliberações sobre vetos e contas do Presidente da República” (BRASIL, 1934). Além disso, ocorreu um avanço para a classe trabalhadora com a criação do Ministério do Trabalho.

Outrossim, a Constituição de 1934 concedeu aos trabalhadores direitos tais como: jornada de trabalho de oito horas, férias e pluralidade sindical. Porém, negou o direito ao voto para os analfabetos e soldados, bem como centralizou o poder no governo:

1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador:

- a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;
- b) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador;
- c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei;
- d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres;
- e) repouso hebdomadário, de preferência aos domingos;
- f) férias anuais remuneradas;
- g) indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa; [...]

(BRASIL, 1934).

Esses direitos trabalhistas foram muito importantes, pois existiam diferenças salariais entre homens e mulheres no mesmo cargo e função, além disso o trabalho diário era exercido com uma carga superior a oito horas, havendo também a presença do trabalho

¹³ O voto do Cabresto consistia em que os Coronéis, que eram líderes regionais, conseguiam eleger a pessoa que queriam por meio de violência ou troca de favores.

infantil. Outra questão importante foi a indenização dos trabalhadores dispensados sem justa causa, pois eles teriam condições de se manter por um determinado período até conseguirem um novo emprego.

Em 1937, aconteceu a farsa do Plano Cohen¹⁴, cujo objetivo era a permanência de Getúlio Vargas no poder. Para tanto se afirmava que o Partido Comunista Brasileiro e as organizações comunistas internacionais se organizavam para derrubar o presidente. Segundo esse Plano, aconteceria uma invasão comunista que causaria diversos transtornos, como saques e depredações, além de eliminação de autoridades militares e civis. Assim sendo, no dia 10 de novembro, tropas militares fecharam o congresso e Getúlio Vargas anunciou a instalação do Estado Novo. Assim, instaurou-se o golpe.

Attendendo ás legítimas aspirações do povo brasileiro á paz politica e social, profundamente perturbada por conhecidos factores de desordem, resultantes da crescente aggravação dos dissídios partidarios, que uma notoria propaganda demagogica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflictos ideologicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violencia, collocando a Nação sob a funesta imminencia da guerra civil;

Attendendo ao estado de apreensão creado no paiz pela infiltração communista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remedios, de caracter radical e permanente;

Attendendo a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normaes de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem estar do povo;

Com o apoio das forças armadas e cedendo ás inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas deante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas;

Resolve assegurar á Nação a sua unidade, o respeito á sua honra e á sua independencia, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz politica e social, as condições necessarias á sua segurança, ao seu bem estar e á sua prosperidade; [...](BRASIL, 1937).

A Constituição de 1937 inaugurou o Estado Novo, período de ditadura em que ocorreram perseguições políticas, os estados voltaram a ser governados por interventores e as Assembleias estaduais não funcionaram. A Constituição deu poderes excepcionais a Vargas, mas manteve alguns direitos da Constituição de 1934 como, por exemplo, o ensino primário obrigatório e gratuito.

Dessa forma, indaga-se: As políticas de intervenção social e as políticas públicas para a classe trabalhadora poderiam ser consideradas um Estado de Bem-Estar? Não existe consenso entre os estudiosos sobre o seu significado, porém, de acordo com Lessa

¹⁴ “Ao aproximar-se a eleição de 1938, Vargas tramava a sua continuidade e as Forças Armadas conspiravam por uma ditadura. No final de 1937, foi encontrado o pretexto para o golpe: um suposto Plano Cohen, pelo qual os comunistas pretenderiam subverter o país. Na verdade, tal plano não existia; foi preparado pelo capitão Mourão Filho, do grupo integralista do Exército, que o entregou a Góis Monteiro, chefe do Estado Maior. Este Transformou a falsificação em versão oficial”. (POMAR, 2006, p. 19).

(2013), não defendê-lo como uma vitória da classe trabalhadora é estar equivocado, pois trata-se de um meio instrumentalizado pela sociedade capitalista para se perpetuar em um momento em que não havia crise econômica. Assim sendo, os direitos introduzidos no governo Vargas (1930-1945) podem até ser considerados um Estado de Bem-Estar, caso se leve em consideração o pressuposto que visa à mais-valia¹⁵ e à perpetuação da sociedade capitalista.

Durante os quinze anos que Getúlio Vargas ficou no poder, houve a demonstração de seu lado autoritário, mas também foram instituídas políticas que atenderam os interesses da classe trabalhadora, sendo, portanto, seu governo caracterizado como contraditório, visto que, quando o Brasil entrou na Segunda Grande Guerra, em 1942, esteve aliado aos Estados Unidos, país democrático, contra a Alemanha, de regime autoritário.

Vale ainda ressaltar que, embora o poder de Vargas estivesse enfraquecido, antes de deixar a presidência, em 1945, ele criou dois partidos:

No apagar das luzes do Estado Novo, Getúlio criou duas siglas partidárias básicas para o funcionamento do novo regime político: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundados respectivamente nos dias 8 e 15 de maio. O primeiro baseava-se integralmente na máquina burocrática do governo, mobilizando as oligarquias regionais e integrando os grandes proprietários rurais; o outro, organizado por funcionários do Ministério do Trabalho, possuía enorme implantação nas lideranças sindicais estado-novistas e deveria representar a esperança dos trabalhadores. No PSD, Getúlio Vargas era formalmente o presidente de honra, e no PTB ele era o líder de fato. Uma singularíssima mistura de Pai da Pátria e Pai dos Pobres. (BARROS, 1991, p. 19).

Getúlio Vargas retornou à presidência de maneira democrática em 1951, o que evidencia que as políticas destinadas à classe trabalhadora foram importantes para sua retomada ao poder, tendo a criação dos dois partidos (PSD e PTB) contribuído para esse feito, pois em um partido era presidente de honra e no outro era o líder.

¹⁵ “Mais-Valia: A extração de mais-valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o capitalismo, a *differentias pecifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assumem quando empregados pelo capital. Mas o lucro e o salário são, ambos, DINHEIRO e, portanto, uma forma objetificada do trabalho que só se torna possível em função de um conjunto de mediações historicamente específicas em que o conceito de mais-valia é crucial”. (BOTTOMORE, 2001, p. 361).

2.1.1 Políticas do ensino secundário na Era Vargas (1930 –1945)

Durante a Era Vargas, o governo federal iniciou suas políticas em torno da educação básica. Porém, o ensino secundário continuou não sendo obrigatório, assim as instituições privadas foram as que mais contribuíram para a expansão desse grau de ensino nesse momento histórico. O quadro a seguir registra as legislações de 1930 a 1934 sobre o ensino secundário.

Quadro 8 - Legislações do Ensino Secundário 1930 -1934 – Governo Provisório

Espécie	Assunto
Decreto n. 19.402 – de 14 de novembro de 1930	Cria a secretaria do Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.
Decreto n. 19. 404 – de 14 de novembro de 1930	Dispõe sobre a promoção escolar nos institutos subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
Decreto n. 19.426 – de 24 de novembro de 1930	Dispõe sobre a habilitação dos alunos sujeitos ao regime de exames preparatórios.
Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931	Cria o Conselho Nacional de Educação.
Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931	Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário. (Reforma do Ensino Secundário, conhecida como Reforma de Francisco Campos).
Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931	Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal.
Decreto n. 20.108, de 15 de junho de 1931	Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino.
Decreto n. 20.833, de 21 de dezembro de 1931	Extingue cargos de professores no Colégio Pedro II e dispõe sobre o ensino de línguas vivas estrangeiras no mesmo colégio.
Decreto n. 20.836, de 21 de dezembro de 1931	Extingue um cargo de inspetor de alunos do externato do Colégio Pedro II e cria o de auxiliar do Gabinete de Educação no mesmo Externato.
Circular n. 3.589, de 21 de setembro de 1932	Aos inspetores de ensino secundário.
Decreto n. 22.784, de 30 de maio de 1933	Reduz as taxas de emolumentos nos estabelecimentos federais de ensino secundário e superior e dá outras providências.
Decreto n. 24.439, de 21 de junho de 1934	Extingue a atual Diretoria Geral de Educação e incorpora os seus serviços à Secretaria do Estado de Educação e Saúde Pública; organiza, nessa secretaria, a Diretoria Nacional de Educação, dispõe sobre os serviços de fiscalização dos institutos de ensino superior e dos estabelecimentos de ensino comercial e secundário, e dá outras providências.

Fonte: PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971). Quadro organizado pela autora.

Mediante o Decreto n. 19.402, de 1930, criou-se o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública. O ministro escolhido para chefiá-lo foi Francisco Campos, de Minas Gerais. Vargas escolheu alguém de Minas em virtude do apoio do estado que

contribuiu para o golpe que o colocou no poder¹⁶. Francisco Campos foi o autor da Reforma do Ensino secundário em 1931, a qual será abordada mais à frente.

O Decreto n. 19.404, de 1930, que dispunha sobre a promoção escolar, considerava habilitados os alunos matriculados no último ano de cada instituto: “2º Serão considerados habilitados, para os efeitos das Conclusão do curso, os alunos matriculados no ultimo anno de cada instituto, que satisfizerem a condição de frequencia exigida”. (BRASIL, 1930). Dessa forma, o aluno seria promovido ao ano superior imediato se estivesse matriculado no Colégio Pedro II, nos institutos equiparados ou em uma inspeção preliminar, além disso também os alunos dos cursos seriados ou de preparatórios de instituições privadas de ensino secundário, tendo requerido nomeação de juntas examinadoras.

O Decreto n. 19.426, de 1930, em seu primeiro artigo, apontou que eram considerados aprovados nas matérias os alunos que requeressem os certificados de habilitação e os que fossem sujeitos aos exames preparatórios.

O Decreto n. 19.850, de 1931, criou o Conselho Nacional de Educação, sendo um órgão consultivo do Ministério da Educação e da Saúde Pública em relação ao ensino. Em seu artigo 2º, determina: “O Conselho Nacional de Educação destina-se a colaborar com o Ministro nos altos propósitos de elevar o nível da cultura brasileira [...]”. (BRASIL, 1931). Os membros do Conselho do ensino secundário eram um representante do ensino secundário federal, um do ensino secundário estadual equiparado e um do particular também equiparado.

Francisco Campos expôs os motivos da Reforma do ensino secundário no Diário Oficial de maio de 1931, explanando que a finalidade do ensino secundário era mais ampla do que se costumava atribuir e que, via de regra, essa etapa havia sido considerada como um simples instrumento de preparação para candidatos ao ensino superior, desprezando a sua função eminentemente educativa, que consistia no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo e de critério, essenciais a todos os ramos da

¹⁶ De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC (2020), o primeiro ministro da Educação, Francisco Campos, era do estado de Minas Gerais. Sua nomeação foi uma compensação do governo federal a Minas pela participação na Revolução de 1930, mas resultou também da pressão de setores conservadores da Igreja Católica, liderados por Alceu Amoroso Lima. Francisco Campos já tinha uma experiência de reformador da educação em Minas Gerais na década de 1920. A reforma que fez no ensino primário e normal do estado foi pioneira no país. Seguiu os postulados da Escola Nova, que haviam chegado ao Brasil pelas mãos de educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, após a Primeira Guerra Mundial.

atividade humana. Assim, tornava-se necessário uma reforma para contribuir com o desenvolvimento dessa etapa da educação.

A Reforma de Francisco Campos ocorreu em 1931, tornando o ensino secundário dividido em secundário fundamental, com duração de cinco anos, e complementar, com dois anos. Nessa reforma, introduziu-se o exame de admissão, uma prova que as crianças faziam para verificar se estavam aptas ao ingresso no ensino secundário; assim sendo, a entrada de crianças oriundas da classe trabalhadora ficou mais difícil.

O exame de admissão foi obrigatório de 1931 a 1971 e o acesso para a educação superior se dava apenas para aqueles que concluíssem o ensino secundário. De acordo com Romanelli (1986), os objetivos da reforma para o ensino secundário eram organizá-lo, estabelecer um currículo seriado e com frequência obrigatória – com dois ciclos, um fundamental e outro complementar –, além de exigir a habilitação nesses ciclos para o ingresso nas universidades. Também foram equiparados todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II.

Para efetuar a matrícula, deveriam ser entregues os seguintes documentos:

O requerimento de matrícula vira instruído com os seguintes documentos:

- a) Certificado de habilitação no exame de admissão, para a matrícula no 1º ano, ou certificado de habilitação nas matérias da série anterior, para os demais anos.
- b) Atestado de sanidade;
- c) Recibo de pagamento da taxa de matrícula. (BRASIL, 1931).

Observa-se que, para frequentar o ensino secundário, além de pagar a taxa de matrícula, era necessário entregar um atestado de sanidade, pois essa etapa de ensino não era para todos, uma vez que alunos deficientes não poderiam frequentá-la e, além disso, provavelmente muitos estudantes oriundos da classe trabalhadora não conseguiam pagar a taxa.

A mensagem presidencial de Vargas, em 1933, sobre a Reforma da educação evidencia que ele estava ciente das falhas do ensino secundário.

O ensino secundário, [...] falhava pelo caráter de exclusiva preparação para o ensino superior. A função de natureza educativa, que lhe é essencial e consiste em preparar a inteligência e o espírito crítico para o estudo e solução dos problemas impostos pela vida, foi sempre relegada a segundo plano.

Tendo em vista corrigir essa deficiência, o Governo Provisório elaborou a reforma que se acha em vigor e que tem por fim integrar o ensino secundário na sua verdadeira finalidade, isto é, na função de formar a mocidade para agir, com eficiência, no meio em que tiver de aplicar a sua atividade. (MENSAGEM PRESIDENCIAL, BRASIL, 1933).

Vargas apontou que a função do ensino secundário era formar os jovens para agir com eficiência no meio social em que estivessem inseridos. De acordo com Dallabrida

(2009), as medidas da Reforma procuraram produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade capitalista que se consolidava no país nos anos de 1930.

Para Pasinato (2014), o ensino secundário era a prioridade de Francisco Campos, pois a ideologia dominante do período indicava que o Brasil precisava formar uma classe dirigente para governar o país, e isso somente aconteceria nos níveis secundário e superior. Dessa forma, os discentes estavam se desenvolvendo para se tornarem essa elite intelectual, sendo assim a classe trabalhadora ficaria apenas com o ensino primário.

O Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, em seu artigo 1º, estabelecia: “Ficá facultado, nos estabelecimentos de instrução primaria, secundaria e normal, o ensino da religião”. (BRASIL, 1931). Dessa forma, o ensino religioso era facultativo e, caso fosse oferecido nos estabelecimentos de ensino, teria que ter no mínimo 20 alunos interessados.

O Decreto n. 20.108, de 15 de junho de 1931, instituía no artigo 1º que: “Fica admitida nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino a orthographia aprovada pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia de Sciencias do Lisboa”. (BRASIL, 1931). O decreto instituiu a ortografia simplificada do idioma nacional e admitiu nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino a ortografia aprovada pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia de Ciências de Lisboa.

O Decreto n. 20.833, de 21 de dezembro de 1931, em seu artigo 1º determinava: “Ficam extintos os cargos de professores catedráticos de francês, inglês, alemão, no Externato e no Internato do Colégio Pedro II.” (BRASIL, 1931). Desse modo, o ensino de línguas vivas seria orientado e fiscalizado por professores contratados pelo ministro.

A Circular n. 3.580, de 21 de setembro de 1932, incluía diversos pontos a serem destacados, como, por exemplo: o cinema educativo, as provas parciais, a comunicação aos diretores e as taxas que deveriam ser pagas pelos alunos à instituição. O excerto a seguir, aponta a determinação dessas taxas:

- a) quota de inspeção semestral aprovada pelo Departamento Nacional do Ensino para o ano letivo de 1932, de acordo com o decreto n. 21.241 Rs por aluno;
 - b) taxa de revisão de provas parciais (no 'corrente ano letivo só foi cobrada a taxa da 1ª prova parcial a qual se acha depositada no Departamento até ulteriores deliberações) Ra. 1\$000 por prova;
 - c) taxa de certificação (a ser cobrada sómente aos alunos aprovados na série, e após a terminação dos exames) Rs.. 20\$ por série;
 - d) taxa de guia de transferencia (cobrada pelo estabelecimento aos alunos que requererem transferencia) Rs. 50\$ por guia.
- Caso não tenha sido ainda submetida a este Departamento a taxa constante da alinea a), deverá esta ser imediatamente proposta para sua aprovação. (BRASIL, 1932).

Observa-se que, além da matrícula e das mensalidades, era necessário pagar a inspeção semestral, a taxa de revisão de provas parciais, a taxa de certificação e a taxa de guia de transferência, ou seja, alunos oriundos da classe trabalhadora não tinham condições de frequentar essa etapa de ensino, a qual demonstrava claramente ser para a classe dominante.

O Decreto n. 22.784, de 30 de maio de 1933, reduziu “[...] as taxas de emolumentos nos estabelecimentos federais de ensino secundário e superior.” (BRASIL, 1933). Além disso, considerou que era dever do Estado incentivar, disseminar e proteger o ensino, em benefício da cultura nacional. Dessa forma, apontava o documento não serem justas as pesadas contribuições, que faziam com que os ricos se privilegiassem em detrimento das classes menos favorecidas, porém observava que, com a redução das taxas, iria ocorrer a deficiência de recursos em diversos estabelecimentos de ensino. Mesmo com a diminuição das taxas, a medida não foi suficiente para o amplo acesso da classe trabalhadora ao ensino secundário, visto que não era obrigatório e gratuito.

O Decreto n. 24.439, de 21 de junho de 1934, “[...] extingue a Diretoria Geral de Educação e incorpora os seus serviços à Secretaria do Estado de Educação e Saúde Pública”. (BRASIL, 1934), sendo organizada nessa secretaria a Diretoria Nacional de Educação. Durante o Governo Constitucional de Vargas, como mostra o quadro a seguir, as mudanças na organização do ensino foram as seguintes:

Quadro 9 - Legislações do Ensino Secundário 1934 -1937 – Governo Constitucional

Espécie	Assunto
Lei n. 11, de 12 de dezembro de 1934	Modifica a legislação do ensino.
Portaria 18, de julho de 1935	Diretoria Nacional de Educação – registro de professores
Lei n. 174 de 6 de janeiro de 1936	Organiza o Conselho Nacional de Educação.
Portaria 07, de janeiro de 1936	Relativa as condições de instalação material e didática dos estabelecimentos que se proponham a manter cursos secundários complementares, bem como a respectiva verificação previa.
Lei n. 259, de 01 de outubro de 1936	Torna-se obrigatório em todo o país nos estabelecimentos de ensino e associações de fins educativos o canto do Hino Nacional.
Lei n. 342, de 12 de dezembro de 1936	Institui o escotismo nas escolas primárias e secundárias do país.
Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937	Dá nova organização ao Ministério da Educação e da Saúde
Portaria n. 15, de 20 de março de 1937	Aprova o regimento interno do conselho Nacional de Educação.

Fonte: PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971). Quadro organizado pela autora.

A Lei n. 11, de 12 de dezembro de 1934, modificou a legislação do ensino e, dessa forma, o aluno de qualquer curso que não comparecesse a uma ou outra prova parcial, por motivo de doença, poderia requerer ao diretor, nas instituições oficiais de ensino, e ao inspetor, nos estabelecimentos de inspeção preliminar ou permanente, a segunda chamada, desde que constasse no requerimento o atestado médico. Além disso, seriam promovidos à série seguinte os alunos de curso secundário com nota superior a 30 em cada disciplina e a média igual ou superior a 40 em aritmética. Segundo o artigo 2º dessa lei: “A nota final de cada disciplina será a média ponderada de duas outras finais de trabalhos escolares e provas parciais.” (BRASIL 1934). Assim, as notas teriam pesos de números um e oito.

A Portaria de 18 de julho de 1935 explanou sobre os registros de professores destinados à inscrição dos candidatos em exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino secundário e de ensino comercial. De acordo com essa portaria, para a inscrição dos docentes em ambas as categorias, os candidatos deveriam apresentar os seguintes documentos: prova de identidade, prova de idoneidade moral, certidão de idade, certidão de aprovação em estabelecimento de ensino secundário nas disciplinas em que desejassem a inscrição, qualquer título ou diploma que possuísem e prova do exercício regular no magistério de, pelo menos, dois anos.

A Lei n. 174, de 6 de janeiro de 1936, organizou o Conselho Nacional de Educação e, segundo seu artigo 1º: “[...] o Conselho Nacional de Educação Instituído pela Constituição da República, é órgão colaborador do Poder Executivo no preparo de anteprojeto de lei e na aplicação das leis referentes ao ensino”. (BRASIL, 1936). Assim sendo, algumas de suas atribuições nessa lei foram: elaborar o plano nacional de educação, sugerir ao governo medidas necessárias para melhor solução dos problemas educativos e estimular iniciativas privadas em benefício da cultura em qualquer domínio da educação.

A Portaria do dia 7 de janeiro de 1936 estabeleceu, em seu artigo 1º, que: “O estabelecimento de ensino secundário, em inspeção permanente, para manter curso complementar, deverá requerer ao ministro da Educação e Saúde Pública”. (BRASIL, 1936). Além disso, visou estabelecer as condições de instalação material e didática das instituições de ensino secundário complementares.

A Lei n. 342, de 12 de dezembro de 1936, no artigo 1º, “Institui o escotismo nas escolas primárias, secundárias, profissionais e normais do país [...]”. (BRASIL, 1936). Dessa forma, fixou a orientação dos respectivos programas.

A Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, deu nova organização ao Ministério da Educação e da Saúde. Além disso, no artigo 102, determinou: “[...] no Collegio Pedro II passarão a ter a denominação de professores constituindo uma só classe [...]” (BRASIL, 1937). Dessa forma, os professores adjuntos, os preparadores, os que foram nomeados docentes em dez anos e os catedráticos durante mais de cinco anos estariam na mesma classe. O documento apontou que os serviços relativos à educação seriam regulados por leis especiais, porém elucidou, em relação ao ensino secundário, que o Colégio Pedro II era mantido como estabelecimento padrão dessa etapa, sendo fundamental e complementar.

A portaria n. 14, de 20 de março de 1937, aprovou o Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação, explanando que o Conselho era um órgão colaborador do poder executivo, no preparo de anteprojeto de lei e na aplicação de leis referentes ao ensino.

O quadro a seguir relaciona as principais normas legais do período do Estado Novo (1937-1945) na Era Vargas.

Quadro 10 - Principais Leis do período do Estado Novo (1937-1945)

Espécie	Assunto
Portaria n. 13, de 16 de fevereiro de 1938	Resolve aprovar as instruções anexas, elaboradas pelo Departamento Nacional de Educação e Assinadas pelo seu diretor, para serem observadas nos serviços de inspeção dos estabelecimentos de ensino secundário a partir de 15 de março do ano corrente.
Decreto – Lei n. 292, de 23 de fevereiro de 1938	Regula o uso da ortografia nacional.
Decreto-Lei n. 1.006, de 30 de dezembro de 1938	Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.
Decreto-Lei n. 1.750, de 06 de novembro de 1939	Modifica a legislação do ensino secundário.
Decreto-Lei n. 2.028, de 22 de fevereiro de 1940	Institui o Registro Profissional dos Professores e Auxiliares da Administração Escolar, dispõe sobre as condições de trabalho dos empregados em estabelecimentos particulares de ensino e dá outras providências.
Decreto-Lei n. 3.193, de 14 de abril de 1941	Altera a redação do artigo 4º do Decreto-Lei n. 2.028, de 22 de fevereiro de 1940.
Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942	Lei Orgânica do Ensino Industrial
Decreto-Lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942	Lei Orgânica do ensino Secundário
Decreto Lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943	Lei Orgânica do Ensino Comercial
Portaria Ministerial n. 276, de 06 de junho de 1944	Dispõe sobre os preços dos estabelecimentos de ensino.

Fonte: PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971). Quadro organizado pela autora.

A Portaria n. 13, de 16 de fevereiro de 1938, explanou sobre os livros didáticos que professores de qualquer disciplina poderiam indicar para seus alunos e, sobre o exame de admissão, apontou as duas épocas em que poderia ser feito, isto é, dezembro e fevereiro. Segundo o documento: “7. A época de fevereiro (segunda quinzena), [...] destina-se a candidatos estranhos ao estabelecimento”. (BRASIL, 1938). Porém, os alunos do próprio estabelecimento que, por algum motivo, não tivessem prestado o referido exame na época de dezembro poderiam realizá-lo.

O Decreto-Lei n. 292, de 23 de fevereiro de 1938, regulou o uso da ortografia nacional entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. Assim sendo, regulava em todos os estabelecimentos de ensino, a partir do dia 1º de junho de 1939, que não seriam admitidos livros didáticos escritos em ortografia diferente.

O Decreto-Lei n. 1006, de 30 de dezembro de 1938, estabeleceu condições de produção e importação e utilização do livro didático. Seu artigo 1º determinava: “É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos”. (BRASIL, 1938). Os livros didáticos considerados pela lei eram os compêndios e os livros de leitura de classe.

O Decreto-Lei n. 1750, de 06 de novembro de 1939, modificou a legislação do ensino secundário. Conforme seu artigo 1º: “As provas orais, nos estabelecimentos de ensino secundário, realizar-se-ão imediatamente após a terminação dos trabalhos da quarta prova parcial”. (BRASIL, 1939). Além disso, os alunos que, por justa causa, não comparecessem à última prova parcial, poderiam fazê-la na segunda quinzena de fevereiro, sendo que o peso 7 seria distribuído pelas quatro provas parciais na seguinte ordem: 1, 1, 2 e 3.

O Decreto-Lei n. 2.028, de 22 de fevereiro de 1940, instituiu o registro profissional de professores e auxiliares da administração escolar empregados em estabelecimentos particulares. De acordo com o artigo 1º, “O exercício remunerado do magistério em estabelecimentos particulares de ensino exigirá, além das condições estabelecidas pela competente legislação, o registro na repartição própria do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”. (BRASIL, 1940). Assim, para os professores e auxiliares administrativos serem registrados no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, era necessária apresentação dos seguintes documentos: certificado de habilitação para o exercício do magistério (para os docentes), carteira de identidade, folha corrida, atestado de que o docente não respondeu a processo e nem sofreu condenação por crime de natureza infamante, além do atestado de que não sofria de doença

contagiosa. Os professores não poderiam dar mais de seis aulas diárias e a remuneração seria fixada pelo número de aulas semanais.

O Decreto-Lei n. 3.193, de 14 de abril de 1941, alterou a redação do artigo 4º do Decreto-Lei n. 2.028, de 22 de fevereiro de 1940: “Num mesmo estabelecimento de ensino, não poderá o professor dar, por dia, mais de quatro aulas consecutivas, nem mais de seis, intercaladas”. (BRASIL, 1941). Isso foi importante para que os professores pudessem descansar, pois trabalhavam várias horas sem parar.

O Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial. No artigo 1º ficou definido que: “Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais [...]”. (BRASIL, 1942). O documento apontou que deveria atender aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana, além disso deveria atender aos interesses das empresas e aos interesses da nação. Dessa forma, seria dividido em dois ciclos: o primeiro seguindo as seguintes ordens: ensino industrial básico, ensino de mestria, ensino artesanal, aprendizagem. O segundo ciclo do ensino industrial compreenderia as seguintes ordens: ensino técnico e ensino pedagógico.

O Decreto-Lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942, promulgou a Lei orgânica do ensino secundário, organizado em dois ciclos: o primeiro relativo ao curso ginásial e o segundo compreenderia dois cursos paralelos: o curso Clássico e o curso Científico. Segundo o documento:

Art. 3º O curso ginásial, que terá duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes elementos fundamentais do ensino secundário.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. (BRASIL, 1942).

O curso Clássico estava destinado à formação intelectual, desenvolvendo um alto conhecimento em filosofia e das letras antigas. O curso Científico seria marcado por um maior estudo de ciências. Além disso, foram definidos dois tipos de estabelecimentos de ensino: o ginásio e o colégio; o primeiro destinado para o curso do primeiro ciclo e o segundo para os dois ciclos.

De acordo com Pasinato (2014), a inovação da Lei Orgânica foi a obrigatoriedade da frequência à escola secundária, que seria o processo pelo qual se asseguraria que as novas gerações se sentassem nos bancos escolares e, além disso, elas permaneceriam na

escola o período suficiente para o aprendizado. O objetivo dessa medida era acabar com o ensino livre e criar a prática da passagem na escola.

O Decreto-Lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943, regulamentou a Lei Orgânica do Ensino Comercial:

Art. 1º esta lei estabelece as bases de organização do ensino comercial que é o ramo de ensino de segundo grau, destinado às seguintes finalidades:

1. Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio [...].
2. Dar a candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio, e na administração uma sumária preparação profissional.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades de profissionais diplomados na forma desta lei. (BRASIL, 1943).

O documento explicitou que a finalidade do ensino comercial era formar profissionais aptos para o exercício de atividades específicas no comércio, bem como para funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados. Dessa forma, foi organizado em dois ciclos, sendo desdobrado nos seguintes cursos: curso de formação, curso de continuação e curso de aperfeiçoamento.

A Portaria Ministerial n. 276, de 06 de junho de 1944, em seu artigo 1º, estabeleceu que: “Os estabelecimentos de ensino de todo o país não poderão elevar os preços cobrados a seus alunos [...]” (BRASIL, 1944). Dessa forma, o Departamento de Educação examinaria o aumento dos preços, verificando-os em cada estabelecimento de ensino secundário e superior.

Observa-se que ocorreram diversas políticas a respeito do ensino secundário, dando ênfase à Reforma do Ensino Secundário, de 1931, de autoria de Francisco Campos, em que o ensino secundário ficou dividido em secundário fundamental, com duração de cinco anos, e complementar, com dois anos, além de introduzir o exame de Admissão.

Já a Lei Orgânica de Ensino Secundário, de 1942, determinou que essa etapa de formação seria organizada em dois ciclos: no primeiro, o curso ginasial e, no segundo, ocorreriam dois cursos paralelos: o curso Clássico e o curso Científico. Essas divisões foram importantes para a configuração do ensino secundário no país, que seria ampliado com recursos financeiros públicos, como mostra o próximo tópico.

2.1.2 Dados sobre o Ensino Secundário e o Financiamento Público (1930-1945)

Durante o governo de Vargas, teve início o confronto político, em que de um lado encontravam-se os defensores da escola pública estatal, laica, obrigatória e gratuita, os quais queriam impedir que as verbas públicas financiassem a iniciativa privada; e, do

outro, estavam os defensores das escolas privadas, que apontavam que a família tinha o direito da escolha e, por isso, o destino do dinheiro público também deveria contribuir para o ensino privado. De acordo com Buffa (2005), o conflito que se estabeleceu nos anos de 1930 se referia à laicidade do ensino público, uma vez que os liberais defendiam a laicidade para contrapor-se ao ensino da religião defendido pelos católicos.

Nesse período, a Igreja Católica era um dos maiores representantes dos setores privatistas e, além disso, era uma das principais aliadas do governo Vargas, consequentemente conseguiu implantar a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Porém, uma parte dos intelectuais da época eram contrários à implantação do ensino religioso na escola e a favor da escola laica, obrigatória e gratuita.

De acordo com Pasinato (2014), a Igreja Católica teve forte influência na educação desse período, entretanto não se preocupava em manter escolas para a população de baixa renda. Para o autor, sua estratégia estava voltada para atender os filhos da classe dominante e, por outro lado, visava influenciar a classe trabalhadora com a disciplina de ensino religioso no ensino primário público.

No contexto desse debate de insatisfação em relação aos rumos que havia adotado a educação, em 1932 foi elaborado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, escrito por Fernando de Azevedo, contando com 26 signatários¹⁷. Esse documento expressava que a educação e a sociedade precisavam de uma reconstrução e, entre suas diversas contribuições em defesa da escola pública, mostrou as diferenças existentes no ensino primário e secundário:

De fato, o divórcio entre as entidades que mantêm o ensino primário e profissional e as que mantêm o ensino secundário e superior, vai concorrendo insensivelmente, como já observou um dos signatários deste manifesto, para que se estabeleçam no Brasil, dois sistemas escolares paralelos, fechados em compartimentos estanques e incomunicáveis, diferentes nos seus objetivos culturais e sociais, e, por isso mesmo, instrumentos de estratificação social. (AZEVEDO, F. de. *et. al*, 2010, p. 51).

A dualidade escolar equivalia a dizer que o ensino primário e profissional era voltado para a classe trabalhadora, que poderia usufruir apenas dessa etapa educacional; e o ensino secundário e superior para a classe dirigente, ou seja, os intelectuais, fazendo

¹⁷ Os 26 signatários foram: Fernando Azevedo, Manoel B. Lourenço Filho, Antonio de Sampaio Dória, Anísio Teixeira, Hermes Lima, Júlio Afrânio Peixoto, Edgar Roquette-Pinto, Cecília Benevides de Carvalho Meireles, José Getúlio da Frota Pessoa, Júlio César Ferreira de Mesquita Filho, Raul Carlos Briquet, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Antonio Ferreira de Almeida Júnior, Carlos Roldão Lopes de Barros, Noemy Marques da Silveira Rufolfer, Attílio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Edigar Susseking de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Sezefredo Garcia de Rezende, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme, Mário Casasanta, Raul Rodrigues Gomes, J. P. Fontenelle.

com que o sistema escolar fosse dividido para duas classes (dirigente e trabalhadora). Porém, para os escolanovistas, era necessário mudar o ensino secundário:

A escola secundária deixará de ser assim a velha escola de “um grupo social”, destinada a adaptar todas as inteligências a uma forma rígida de educação, para ser um aparelho flexível e vivo, organizado para ministrar a cultura geral e satisfazer às necessidades práticas de adaptação à variedade dos grupos sociais. (AZEVEDO *et. al*, 2010, p. 52).

O Manifesto entendia que o ensino secundário deveria deixar de ser uma etapa da educação voltada para a classe dirigente e fosse destinado a todos e adaptado para satisfazer as necessidades dos variados grupos sociais. De acordo com Saviani (2014), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova pode ser considerado um importante legado que nos foi deixado no século XX.

Para o autor, o Manifesto constitui-se como um marco de referência que inspirou gerações seguintes, tendo influenciado, a partir do seu lançamento, a teoria da educação e a política educacional e, por isso, representa um “divisor de águas” na história da educação brasileira. Porém, como o governo precisava do apoio da Igreja, apenas algumas ideias foram incorporadas nas legislações, pois os escolanovistas não foram atrás da classe trabalhadora para difundir suas ideias a fim de ganhar um maior número de apoiadores; pelo contrário, concentraram-se em um pequeno nicho dos intelectuais.

Apesar disso, é importante deixar claro que, graças a Fernando Azevedo e outros escolanovistas, ocorreram os questionamentos sobre o motivo de as escolas privadas usufruírem dos recursos públicos, porque consideravam que estes deveriam ser destinados apenas para as escolas públicas. Além disso, eles também sugeriram o concurso público para os professores, pois nos estados ocorria o coronelismo, prática em que os políticos colocavam seus apoiadores no emprego e, quando o mandato acabava, os professores também perdiam seus empregos.

A seguir, será discutida a distribuição de recursos públicos no orçamento nacional, em 1932. A tabela apresenta as despesas da União¹⁸:

¹⁸ Foram utilizados ao longo do capítulo em relação à União (despesas dos ministérios) e à educação os seguintes documentos: Relatório da Contadoria Central da República (1932); Anuário Estatístico do Brasil 1936; Anuário Estatístico do Brasil 1939-1940; Relatório da Contadoria Central da República 1937; Anuário Estatístico do Brasil 1941-1945; Anuário Estatístico do Brasil 1948; Relatório da Contadoria Central da República 1945.

Tabela 1 - Despesa da União 1932: autorização e pagamento em ouro

Ministérios	Autorizada	Paga	Diferença
Justiça	-	-	-
Exterior	3.635:389\$900	2.980:689\$000	- 654:700\$900
Marinha	150:000\$000	96:916\$200	- 53:083\$800
Guerra	100:000\$000	33:205\$800	- 66.794\$200
Agricultura	111:355\$100	52:011\$000	- 59:344\$100
Viação	9.489:421\$800	4.792:133\$000	- 4.697:288\$800
Educação	4.108:094\$600	3.973:190\$100	- 134:904\$500
Trabalho	159:888\$400	157:545\$500	- 2:342\$900
Fazenda	18.808:118\$500	19.316:243\$400	+ 508:124\$900
Total em ouro	36.562:208\$300	31.401:934\$000	- 5.160:334\$300

Fonte: Ministério da Fazenda. Contas da Gestão Financeira de 1932. Relatório da Contadoria Central da República. Quadro elaborado pela autora.

Os ministérios da Fazenda e da Viação eram os que mais recebiam recursos financeiros seguidos pelo Ministério da Educação¹⁹, porém, com o vasto território e as etapas de ensino, as verbas eram insuficientes para a demanda que havia. Ministério da Guerra, Agricultura e Trabalho eram os que menos possuíam recursos em pagamento em ouro. Em relação ao pagamento efetivado em ouro, observa-se que o Ministério da Fazenda usufruía de 61,51% e o Ministério da Educação 12,65%.

A tabela a seguir mostra o pagamento das despesas em papel.

Tabela 2 - Despesas da União 1932: autorização e pagamento em papel

Ministérios	Autorizada	Paga	Diferenças
Justiça	90.39:516\$200	88.968:988\$200	- 1.870:528\$000
Exterior	11.246:764\$100	10.090:925\$100	- 1.155:839\$000
Marinha	152.410:139\$300	181.150:601\$900	+ 28.740:462\$600
Guerra	292.109:085\$200	713.663:674\$500	+ 421.554:586\$300
Agricultura	40.441:367\$400	38.836:223\$700	- 1.605:143\$700
Viação	681.236:714\$300	559.064:613\$200	- 122.172:101\$100
Educação	108.090:489\$600	85.949:046\$900	- 22.141:442\$700
Trabalho	15.867:845\$600	13.390:803\$300	- 2.477:042\$300
Fazenda	924.281:140\$700	924.969.197\$400	+ 688:056\$700
Total em Papel	2.316.523:062\$400	2.619.084:074\$200	+ 299.561:101\$800

Fonte: Ministério da Fazenda. Contas da Gestão Financeira de 1932. Relatório da Contadoria Central da República. Quadro elaborado pela autora.

Com respeito às despesas pagas em papel, observa-se que o ministério da Fazenda (35,69%), Guerra (27,24%), Viação (21,34%) e Marinha (6,91%) eram os que mais recebiam recursos, seguidos pela Educação (3,28%), sendo que Marinha, Guerra e Fazenda pagavam mais do que os recursos autorizados. À educação, a União destinava menos dinheiro que os recursos autorizados, demonstrando que esse setor não era a prioridade do governo.

¹⁹ Os Ministério da Educação e Saúde eram uma só pasta, porém só apareceram dados relativos à Educação no Relatório da Contadoria Central da República de 1932.

No que se refere ao número de escolas de ensino secundário, em 1933, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou os dados no Anuário Estatístico de 1936, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 3 - Ensino Secundário em 1933

Unidades Políticas	Número de Escolas do Ensino Secundário
Distrito Federal	215
Alagoas	15
Amazonas	14
Bahia	50
Ceará	26
Espírito Santo	16
Goiás	17
Maranhão	18
Mato Grosso	12
Minas Gerais	233
Pará	25
Paraíba	18
Paraná	33
Pernambuco	84
Piauí	11
Rio de Janeiro	67
Rio Grande do Norte	18
Rio Grande do Sul	110
Santa Catarina	24
São Paulo	496
Sergipe	11
Território do Acre	1
Brasil	1514

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1936. Tabela elaborada pela autora.

Ressalta-se que, em 1920, segundo o IBGE (2006), o Brasil tinha 30.635.605 habitantes e, em 1940, contava com 41.236.315 habitantes. Em relação ao número de instituições, havia um total de 1.514, em 1933, visto que, em sua maioria, as instituições se encontravam nos grandes centros urbanos, como, por exemplo, em São Paulo (32,76%), Distrito Federal (14,20%) e Minas Gerais (15,38%). Nos territórios mais afastados, havia poucas instituições, a exemplo do território do Acre (0,06%), Sergipe (0,72%) e Mato Grosso (0,79%), locais em que a economia, em sua maioria, era agrária. Dessa forma, não era necessário para a classe trabalhadora continuar estudando, sendo o ensino secundário destinado para a classe dominante naquele momento histórico.

A tabela a seguir mostra o número de matrículas em 1933:

Tabela 4 - Matrículas no Ensino Secundário em 1933

Unidades Políticas	Número de Matrículas
Distrito Federal	29.500
Alagoas	1.173
Amazonas	1.423
Bahia	6.047
Ceará	2.573
Espírito Santo	1.604
Goiás	716
Maranhão	1.352
Mato Grosso	1.316
Minhas Gerais	20.660
Pará	2.469
Paraíba	1.293
Paraná	3.684
Pernambuco	6.883
Piauí	935
Rio de Janeiro	6.557
Rio Grande do Norte	1.148
Rio Grande do Sul	8.714
Santa Catarina	1.423
São Paulo	45.116
Sergipe	1.006
Território do Acre	42
Brasil	145.644

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1936. Tabela elaborada pela autora.

Como foi explicitado anteriormente, as matrículas, em sua maioria, se concentravam nos grandes centros urbanos, sendo assim São Paulo, que naquele momento era o estado mais rico, tinha o maior número de alunos 30,97% do total, seguido pelo Distrito Federal 20,25% e por Minas Gerais 14,18%. Território do Acre (0,02%), Piauí (0,64%) e Goiás (0,49%) eram as regiões com menos alunos. Entretanto, o estado de Mato Grosso tinha apenas 1.316 alunos matriculados (0,90%).

A tabela a seguir mostra os alunos que conseguiram concluir o ensino secundário no ano de 1933:

Tabela 5 - Conclusão do Ensino Secundário 1933

Unidades Políticas	Ensino Secundário
Distrito Federal	3.679
Alagoas	93
Amazonas	173
Bahia	907
Ceará	296
Espírito Santo	213
Goiás	85
Maranhão	128
Mato Grosso	163
Minas Gerais	3.479
Pará	360
Paraíba	92
Paraná	579
Pernambuco	688
Piauí	82
Rio de Janeiro	791
Rio Grande do Norte	125
Rio Grande do Sul	1.045
Santa Catarina	155
São Paulo	7.943
Sergipe	89
Território do Acre	-
Brasil	21.165

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1936. Tabela elaborada pela autora.

Em sua maioria, as conclusões do ensino secundário pertenciam às instituições privadas urbanas e a maior parte da população se encontrava na área rural, local em que não era necessário estudo para a realização do trabalho manual das atividades do campo. Alguns dos problemas relacionados à não conclusão do ensino secundário diziam respeito ao pagamento de taxas e à escassa interiorização do ensino secundário. Assim, a demanda era pouca nos centros urbanos menos desenvolvidos do país.

Os estados de Piauí, Goiás e Sergipe foram os que apresentaram o menor número de conclusão no ensino secundário, respectivamente 0,38%, 0,40% e 0,42%. Em Mato Grosso, 163 alunos terminaram o ensino secundário (0,77%), enfatizando-se que seu público constava apenas em Cuiabá e Campo Grande. São Paulo (37,52%), Distrito Federal (17,38%) e Minas Gerais (16,43%) foram os estados que tiveram a maior taxa de conclusão. A próxima tabela apresenta os dados quantitativos do ensino secundário no período de 1932 a 1935.

Tabela 6 - Ensino Secundário (1932-1935)

Ano	Unidades Escolares	Corpo Docente	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Frequência	Aprovações em Geral	Conclusões de Curso
1932	1.314	13.205	120.412	-	108.904	-	16.456
1933	1.514	14.936	145.644	-	130.143	-	21.165
1934	1.703	16.330	160.345	149.020	138.178	117.309	24.091
1935	1.886	17.243	173.981	164.399	151.709	126.821	23.070

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1939-1940. Tabela elaborada pela autora.

Observa-se que o número de escolas, de docentes, bem como das matrículas foram aumentando no decorrer do período de 1932-1945. Também pode ser constatado que existia uma alta taxa de reprovações e poucos conseguiam concluir essa etapa do ensino, visto que não era para todos, pois tratava-se de um ensino para a classe dominante, com pouca demanda, se comparado ao conjunto populacional, pois, de acordo com o IBGE (2000), a população brasileira em 1920 era de 30.635.605 habitantes e, em 1940, passou para 41.236.315 habitantes. Porém, o aumento das instituições escolares de ensino secundário estava acontecendo lentamente,

De acordo com a mensagem presidencial de Getúlio Vargas escrita em 1935, o ensino secundário no ano de 1934 finalizou da seguinte forma:

Atingiu a 65.788 o número de estudantes matriculados, em 1934, nos estabelecimentos de ensino secundário, sob inspeção federal, distribuídos da seguinte forma: Amazonas, 603; Pará, 1.124; Maranhão, 803; Piauí, 501; Ceará, 1.203; Rio Grande do Norte, 454; Paraíba, 612; Pernambuco, 3.848; Alagoas, 472; Sergipe, 537; Bahia, 3.159; Espírito Santo, 661; Rio de Janeiro, 4.388; Distrito Federal, 11.493; São Paulo, 18.691; Paraná, 2.206; Santa Catarina, 534; Rio Grande do Sul, 4.227; Minas Gerais, 9.051; Goiás, 381. Dos 65.788 estudantes matriculados nos estabelecimentos já referidos pertenciam ao sexo masculino 54.601 e ao sexo feminino 11.187. O número de cursos noturnos, sob regime de inspeção, não passou de 7, em 1934, com um quadro de matrículas de 1.215 alunos. (BRASIL, MENSAGEM PRESIDENCIAL, 1935).

Nota-se que não aparece referência ao número de matrículas relacionadas ao estado de Mato Grosso, em contrapartida São Paulo possuía mais alunos matriculados. Ressalta-se ainda que o estado de Goiás apresentava a menor quantidade de matrículas, além disso, em sua maioria, elas eram ocupadas por alunos do sexo masculino.

Com relação às despesas da União no ano de 1937, a tabela a seguir apresenta a seguir os montantes destinados aos diversos ministérios:

Tabela 7 - Despesas da União 1937

Poderes e Ministérios	Despesas
Poderes Executivo e Legislativo	30.628:386\$9
Ministério da Fazenda	1.317.010:672\$3
Ministério da Justiça	152.188:936\$6
Ministério do Exterior	53.902:097\$4
Ministério da Educação	235.542:930\$0
Ministério do Trabalho	54.930:261\$2
Ministério da Viação	800.802:926\$8
Ministério da Marinha	401.430:771\$4
Ministério da Guerra	826.956:497\$7
Ministério da Agricultura	83.693:501\$6
Despesas Extraordinárias	186.871:658\$2

Fonte: Ministério da Fazenda. Contas da Gestão Financeira de 1937. Relatório da Contadoria Central da República. Quadro elaborado pela autora.

Chama a atenção o fato de que, em relação às despesas de 1937, quando se instalou o Estado Novo, os recursos continuaram destinados em sua maior parte para o Ministério da Fazenda, da Guerra e da Viação. Os ministérios do Exterior e da Educação eram os que recebiam os menores recursos da União, mostrando que o dinheiro para a educação diminuiu nesse período. A próxima tabela apresenta o ensino secundário no período de 1936 a 1938.

Tabela 8 - Ensino Secundário: (1936-1938)

Ano	Unidades Escolares	Corpo Docente	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Frequência	Aprovações em Geral	Conclusões de Curso
1936	1.886	18.393	193.896	182.415	167.746	143.762	26.962
1937	2.001	19.572	211.236	198.588	183.713	161.790	29.835
1938	2.149	20.864	237.833	220.703	202.398	178.331	34.943

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1939-1940. Tabela elaborada pela autora.

Apesar de a Educação ser o segundo ministério com o menor recurso, observa-se que ocorreu um aumento das unidades escolares de ensino secundário e, embora essas escolas, em sua grande maioria, fossem privadas, a União destinava recursos para elas. Portanto, aconteceu a ampliação no número de docentes, matrículas, aprovações e conclusões. Em 1937, houve um aumento de 115 escolas e, em 1938, o número passou para 148 instituições. Constata-se uma diferença entre matrícula geral (sempre maior) e matrícula efetiva (sempre menor), além disso a taxa de frequência era inferior à matrícula efetiva.

A tabela a seguir retrata a situação do ensino secundário em 1939-1941 no que diz respeito ao número de escolas e docentes, bem como matrícula, frequência, aprovação e conclusão de curso.

Tabela 9 - Ensino Secundário (1939-1941)

Ano	Unidades Escolares	Corpo Docente	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Frequência	Aprovações em Geral	Conclusões de Curso
1939	2.188	22.085	255.466	236.414	219.469	198.017	38.930
1940	2.452	24.254	282.547	258.136	241.971	209.946	42.869
1941	2.482	25.174	303.669	278.221	261.806	229.582	46.619

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1941-1945. Tabela elaborada pela autora.

Entre os anos de 1939 a 1941, ocorreu um aumento no número de escolas e o mesmo aconteceu com a ampliação do corpo docente, das matrículas efetivas e da aprovação geral. A taxa de matrícula geral era maior que a matrícula efetiva e, além disso, a frequência era menor que a matrícula efetiva. A frequência em 1939 em relação à matrícula efetiva era de 92,83%; no ano de 1940 era 93,73% e, em 1941, a taxa de frequência estava em 94,10% em comparação à matrícula efetiva.

A tabela a seguir mostra a sinopse das unidades educacionais no governo Vargas (1932-1945):

Tabela 10 - Sinopse das Unidades Educacionais no Governo Vargas (1932-1945)

Especificação	1932	1937	1942	1943	1944	1945
Ensino Primário	27.662	38.829	43.752	43.433	42.977	44.039
Secundário	394	629	886	1.394	1.241	1.290
Doméstico	184	491	873	67	67	74
Industrial	108	157	196	1.190	1.275	1.249
Comercial	401	543	721	801	1.050	1.102
Artístico	213	532	660	749	761	808
Pedagógico	258	445	372	406	515	527
Superior	190	217	299	323	326	329
Outros Ensinos	538	784	1.552	1.720	1.788	1.814
Total	29.948	42.627	49.311	49.993	50.000	51.327

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1948. Tabela elaborada pela autora.

Segundo dados da tabela, verificou-se um crescimento elevado em relação ao número de instituições primárias no governo Vargas em 1943, e, em 1944, diminuiu o número de instituições, porém, em 1945, houve uma alta. Por ser a primeira etapa da educação naquele momento histórico, observa-se que o ensino primário tinha o maior número de escolas, pois era gratuito e, dessa forma, a classe trabalhadora poderia usufruir dele. Entretanto, o ensino secundário não era obrigatório nem gratuito, além disso existiam muitas instituições privadas, sendo assim a classe trabalhadora tinha dificuldades em conseguir ampliar o seu desenvolvimento escolar, realizando, em muitos casos, apenas o ensino primário.

Em relação ao ensino secundário, houve uma ampliação de sua oferta no período de 1932 a 1942 e, no ano de 1944, um declínio. Sobre as unidades educacionais, o ensino

secundário no ano de 1932 correspondia a 1,31%; em 1937, a 1,47%; em 1942 sua porcentagem era de 1,79% e, no ano de 1943, de 2,78%. Enfatiza-se que entre os anos de 1942 a 1943 ocorreu um aumento de quase 0,9% nessa oferta. No ano de 1944, os índices apontam um percentual de 2,48%, verificando-se, nesse período, uma diminuição nas instituições secundárias. Em 1945 houve um aumento, correspondendo a 2,52%, porém não na proporção anterior. Dessa forma, o ano de 1943 foi o período de maior aumento de instituições secundárias no país. Em 1942, com a alteração da lei, alguns cursos passaram de ensino doméstico para ensino industrial a partir de 1943, de acordo com a Lei que rege os referidos ensinos. Por conseguinte, com o aumento do ensino industrial, a partir de 1943, houve a diminuição do número de instituições secundárias.

A tabela a seguir mostra as despesas da União no último ano do governo Vargas (1945).

Tabela 11 - Despesas da União 1945

Ministérios	Despesas
Aeronáutica	90.000.000,00
Agricultura	74.096.536,00
Educação e Saúde	61.976.392,00
Fazenda	6.865.000,00
Guerra	76.000.000,00
Justiça e Negócios Interiores	60.000.000,00
Marinha	15.875.000,00
Relação Exteriores	5.375.000,00
Trabalho, Indústria e Comércio	6.512.953,00
Viação e Obras Públicas	588.099.119,00
Total	1.000.000.000,00

Fonte: Ministério da Fazenda. Contas da Gestão Financeira de 1945. Relatório da Contadoria Central da República. Quadro elaborado pela autora.

Pode-se notar que os maiores recursos foram destinados ao Ministério da Viação e Obras Públicas (58,8%), bem como para a Aeronáutica (9%), Guerra (7,6%) e Agricultura (7,4%). O ano de 1945 correspondeu ao último ano da Segunda Guerra Mundial, justificando assim o alto recurso financeiro investido. Os Ministérios de Relação Exteriores (0,53%) e Trabalho, Indústria e Comércio (0,65%) foram os que receberam menores verbas. Em relação à Educação e Saúde (6,19%), não se sabe como essa divisão foi elaborada e quanto do recurso foi destinado para essas áreas. Porém, observa-se um aumento no número de escolas em nível primário e secundário.

Durante a Era Vargas, o ensino secundário, de acordo com os dados, se destinou principalmente à classe dirigente, pois não era gratuito e obrigatório. Além disso, para atender as demandas da Igreja Católica, implantou-se nas escolas públicas o ensino religioso obrigatório. Assim, apesar do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932,

pouco foram os avanços em relação ao ensino secundário, pois o governo ampliou consideravelmente o ensino primário, a primeira etapa da educação naquele momento histórico. Assim, no próximo tópico será abordado o Período Democrático (1946-1961).

2.2 Período Democrático (1946-1964)

O Período Democrático (1946-1964) compreende o período pós Era Vargas, que antecede o Regime Militar de 1964 a 1964.

Quando Getúlio Vargas deixou o governo pela primeira vez, depois de quinze anos no poder, a população brasileira poderia escolher, por meio do voto, o presidente do país. De acordo com Barros (1991), em 1945 votaram 6.200.005 pessoas, de um total de 7.459.849 eleitores inscritos. Assim sendo, o general Eurico Dutra venceu com 55,39% dos votos, tornando-se o primeiro presidente do período, que contou com os seguintes presidentes:

Quadro 11 - Presidentes do Brasil no período Democrático (1946-1964)

Nome	Período	Partido
Eurico Gaspar Dutra	31/01/1946 até 31/01/1951	PSD
Getúlio Vargas	31/01/1951 até 24/08/1954	PTB
Café Filho	24/08/1954 até 08/11/1955	PSP
Juscelino Kubitschek	31/01/1956 até 31/01/1961	PSD
Jânio Quadros	31/01/1961 até 25/08/1961	PTN
João Goulart	07/09/1961 até 02/04/1964	PTB

Fonte: Brasil. Acervo dos Presidentes. Elaborado pela autora

O governo de Dutra,²⁰ em 1946, promulgou a Constituição Federal, que, apesar de ser democrática, era contraditória em virtude de que seu governo era impopular e opressor²¹. Os principais princípios da Carta Magna foram: igualdade de todos os brasileiros, liberdade em manifestar ideias e opiniões, autonomia aos estados e municípios, direito à greve e duração do mandato presidencial de cinco anos.

De acordo com Fausto (2018), no início do Governo Dutra a política econômica seguiu o modelo liberal. Dessa forma, os controles estatais implantados no Estado Novo no governo de Getúlio Vargas foram dissolvidos. Entretanto, essa política não obteve

²⁰ Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) foi um militar brasileiro nascido em Cuiabá, MT. Tornou-se Presidente do país no período de 1946-1951.

²¹ Apesar do direito à greve constar na Constituição de 1946, de acordo com Fausto (2018), a repressão do movimento sindical facilitou a imposição da redução dos salários reais. Calcula-se que entre os anos de 1949 e 1951 o aumento do custo de vida foi de 15% em São Paulo e 23% no Rio de Janeiro, enquanto o salário médio cresceu 10,5% em São Paulo e 12% no Rio de Janeiro.

resultado positivo e o governo adotou, no ano de 1947, o sistema de licenças para importar. Nos anos de 1948 a 1950 o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 8%.

Em relação ao ensino secundário, continuava sendo não obrigatório e somente o ensino primário era gratuito: “II – O ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; [...]”. (BRASIL, 1946). Dessa forma, permanecia difícil à classe trabalhadora ter acesso ao ensino secundário.

Durante a sucessão do governo de Dutra, Getúlio Vargas preparava-se como candidato à presidência. Segundo Fausto (2018, p. 224), “Getúlio baseou sua campanha na defesa da industrialização e na necessidade de ampliar a legislação trabalhista”. Desse modo, Vargas voltou para a presidência de maneira democrática, vencendo a eleição no dia 03 de outubro de 1950, com 48,70% dos votos.

Vargas assumiu em janeiro de 1951, porém, diferentemente dos 15 anos em que esteve à frente do cargo, os anos de 1953 a 1954 foram difíceis, apesar de ele montar um ministério que tivesse representantes de todos os partidos políticos. De acordo com Barros (1991), suas maiores realizações foram no campo econômico, em que a perspectiva de estruturação de um desenvolvimento de base obteve resultado em obras, tais como a Petrobrás, que foi aprovada em 1953, após uma campanha nacional, o Plano do Carvão²², o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, entre outras várias iniciativas administrativas.

No ano de 1953, Vargas perdeu grande parte de seus apoiadores, assim como uma parcela significativa das Forças Armadas, bem como grupos dos partidos conservadores. Em 1954, foi elaborado contra o seu governo um documento denominado de Manifesto dos Coronéis. A situação de Vargas tornou-se insustentável quando o seu inimigo político, Carlos Lacerda, sofreu um atentado²³ em 1954, uma vez que, nas investigações, descobriram que o autor do crime foi Gregório Fortunato, que era chefe da guarda pessoal do presidente.

²² Plano aprovado pela Lei nº 1.886, de 11 de junho de 1953. Seu objetivo básico era conjugar atividades de produção, beneficiamento, transporte e distribuição do carvão nacional a fim de ampliar sua produção, regular seu fornecimento, reduzir-lhe os preços e melhor aproveitá-lo como combustível e matéria-prima. (BRASIL 1953).

²³ “Segundo mais tarde se apurou, figuras próximas a Getúlio sugeriram ao chefe da guarda presidencial do Palácio do Catete – Gregório Fortunato – que ele deveria “dar um jeito” em Lacerda. Fiel servidor de Vargas por mais de trinta anos, Gregório armou o assassinato da figura mais ostensiva da oposição.”. (FAUSTO, 2018, p. 230).

Apesar de as investigações comprovarem que Getúlio Vargas não tinha conhecimento do fato, a oposição começou a pedir sua renúncia. Dessa forma, o presidente se sentiu sem saída e, no dia 24 de agosto, depois de escrever a Carta-Testamento, em que manifestou “saio da vida para entrar na História”, cometeu suicídio²⁴. Dessa forma, seu vice, Café Filho, tornou-se presidente no período de 1954 até 1955.

Em 1956, Juscelino Kubitschek (1956-1961) venceu as eleições com o slogan “50 anos em 5”. Tinha como objetivo a modernização nacional, abrindo o Brasil para o capital estrangeiro por meio de estímulos estatais, assim sendo promoveu a importação de indústrias e tecnologias, principalmente no setor de bens de consumo duráveis.

Para poder realizar sua política, desenvolveu um Plano de Metas²⁵ com trinta itens, focando cinco setores: Energia, Transporte, Alimentos, Indústrias de Base e Educação. O quadro a seguir mostra as Leis implantadas por Kubitschek no âmbito econômico e social.

Quadro 12 - Leis relacionadas com a economia e a questão social aprovadas no Governo de Juscelino Kubitschek

Ano	Descrição
1956	- Criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais. - Anistia a todos os envolvidos em levantes políticos. - Mudança da Capital Federal (criação de Brasília). - Execução do Plano do Carvão Nacional.
1957	- Reforma do Código Eleitoral. - Fundo de Assistência à Maternidade. - Crédito Especial para instalação da Comissão Nacional de Energia Nuclear e aquisição de materiais atômicos.
1958	- Criação do Fundo da Marinha Mercante. - Aumento do auxílio doença. - Crédito de Emergência aos agricultores e criadores do Polígono das Secas.
1959	- Abono Provisório aos servidores civis e militares. - Reajuste automático das aposentadorias e pensões e do salário de contribuição dos seguros ativos dos institutos e caixas. - Crédito especial para auxílio aos flagelados pela seca.

Fonte: BARROS, E. L. de. 1991. O Brasil de 1945 a 1964. Quadro elaborado pela autora.

Como Juscelino Kubitschek conseguiu a maioria parlamentar, suas leis foram aprovadas, em especial a mudança da Capital Federal, que deixou de ser o Rio de Janeiro e passou a ser Brasília, a qual foi construída para esse fim.

²⁴ “Quando o cerco apertou ainda mais, Vargas respondeu com um último e trágico ato. Na manhã de 24 de agosto, suicidou-se em seus aposentos, no Palácio do Catete, desfechando um tiro no coração. O suicídio de Vargas exprimia desespero pessoal, mas tinha também um profundo significado político. O ato em si continha uma carga dramática capaz de eletrizar a grande massa. Além disso, o presidente deixava como legado uma mensagem comovente aos brasileiros – a chamada carta-testamento – em que se apresentava como vítima e ao mesmo tempo acusador das forças impopulares, apontando como responsáveis pelo impasse a que chegara os grupos internacionais aliados a seus inimigos internos.” (FAUSTO, 2018, p. 231).

²⁵ De acordo com SANTOS (2008 *apud* ORESTEIN; SOCHACZEWAKI, 1989), as áreas do transporte e energia ficariam com 71,3% dos recursos e para as indústrias de base previa-se 22,3%, sendo a carga principalmente do setor privado ou do financiamento do mesmo por entidades públicas; já as metas de educação e alimentação receberiam 6,4% dos recursos.

O período de Juscelino Kubitscheck no poder teve uma maior estabilidade em comparação aos outros governos, porém, em alguns momentos ocorreram crises, como mostra Benevides (1976):

O começo e o fim do governo são marcados por fortes crises, mas essas crises tiveram naturezas diversas. Em 1956 Kubitscheck e Goulart assumem o mandato em condições tais que estava em risco a própria possibilidade de governar: [...] A manutenção da ordem torna-se condição indispensável para o fortalecimento do sistema político. [...]. Em 1959 as crises são de natureza especificamente econômica: é o planejamento que corre o risco de não ser cumprido. É a fase mais difícil do governo, pressionado externamente pelo FMI e internamente pela oposição violenta e ao mesmo tempo contra a inflação e contra o Plano de Estabilidade Monetária. [...] Em 1960 a situação política era outra: a preocupação maior do presidente é a mudança e a instalação do governo em Brasília – meta síntese de seu Programa de Metas – e a transferência do cargo ao seu sucessor sem incidentes. (BENEVIDES, 1976, p. 49-50).

O Presidente Kubitscheck conseguiu contornar as crises que ocorreram ao longo de seu mandato presidencial e finalizou com a inauguração de Brasília, que foi um marco em seu governo.

Jânio Quadros foi eleito presidente do país em 1961, impondo um governo rígido, que proibiu o uso de lança-perfume nos bailes de carnaval, o desfile de misses com maiôs cavados, o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis e as brigas de galo. Assim sendo, seus aliados também começaram a ir contra as suas políticas²⁶, dessa forma ele renunciou ao governo no dia 25 de agosto de 1961.

Com a saída de Jânio Quadros, assumiu a presidência João Goulart (1961-1964) e, de acordo com Delgado (2012), sua posse aconteceu em um contexto de crise deflagrada pela ação de seus adversários políticos, sendo promulgado o sistema Parlamentar, que limitava os poderes do presidente. Porém, Goulart conseguiu retomar o regime presidencialista com a defesa da reforma agrária, tributária, urbana e dos direitos trabalhistas.

O governo norte-americano apoiou o golpe cívico-militar, que ocorreu nos dias 31 de março e 01 de abril de 1964.

Os direitos trabalhistas e sociais sofreram retrocessos com a implantação da ditadura civil-militar no Brasil em 1964. O golpe de 1º de abril, apoiado pelo imperialismo norte-americano, pelos setores conservadores da alta hierarquia da Igreja Católica, pela burguesia internacional e nacional (industrial e financeira, os grandes proprietários de terras) conteve o avanço das forças populares que vinham num crescente nível de organização e mobilização em torno das lutas pelas reformas de base. [...] O golpe civil-militar foi a resistência capitalista às possibilidades de reformas e avanços sociais. Por meio

²⁶ “Jânio começou a governar de forma desconcertante. Ocupou-se de assuntos desproporcionais ao cargo que ocupava. No plano das medidas mais sérias, combinou iniciativas simpáticas à esquerda com medidas simpáticas aos conservadores. De algum modo, desagradava assim a ambos.” (FAUSTO, 2018, p. 241).

da violência, os setores reacionários atuaram com prisões de lideranças, torturas, assassinatos, expulsão de líderes esquerdistas do país e intervenção em sindicatos. (LARA; SILVA, 2015, 277-278).

Assim, Goulart foi deposto da presidência, dando início ao período da Ditadura Civil-Militar Brasileira em 1964.

O próximo subtópico abordará as políticas do ensino secundário no período de 1946 a 1961.

2.2.1 Políticas de Ensino Secundário (1946 a 1961)

Durante o período democrático, ocorreram algumas políticas e normas que regulamentaram o ensino secundário em relação ao financiamento, ao regimento, à remuneração de professores e à cedência de bolsas de estudos para os alunos. Além disso, em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n. 4.024. O quadro a seguir identifica as legislações desse período:

Quadro 13 - Ensino Secundário (1946-1961)

Espécie	Assunto
Decreto n. 20.302 – de 2 de janeiro de 1946	Aprova os Regimentos das Diretorias do Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial do ministério da Educação e Saúde.
Decreto-Lei n. 9.053 – de 12 de março de 1946	Cria um ginásio de aplicação nas faculdades de Filosofia no país.
Lei n. 59 – de 11 de agosto de 1947	Autoriza o Poder Executivo a cooperar financeiramente com os Estados, Municípios, Distrito Federal e Particulares na ampliação e melhoria do sistema escolar primário, secundário e normal, nas zonas rurais.
Circular n. 6 – de 19 de novembro de 1947	Expede instruções para a execuções das leis do ensino secundário.
Portaria n. 1.045 – de dezembro de 1951	Expede os planos de desenvolvimento dos Programas mínimos do Ensino Secundário
Portaria n. 887 – de 13 de outubro de 1952	Fixa critério para a remuneração condigna aos professores dos estabelecimentos particulares de ensino.
Portaria n. 800 – de 12 de outubro de 1954	Fixa verba para atender às despesas com a concessão das Bolsas de Estudo.
Lei n. 2.342 – de 25 de novembro de 1954	Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.
Portaria n. 59 – de 30 de janeiro de 1956	Expede instruções para consecução de bolsas de estudo.
Portaria n. 396 – de 02 de dezembro de 1957	Instrui a concessão de bolsas de estudo e auxílios financeiros.
Lei n. 4.024 – de 20 de dezembro de 1961	Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Fonte: PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971). Quadro organizado pela autora.

O Decreto n. 20.302, de 02 de janeiro de 1946, determinava que: “Ficam aprovados os regimentos das Diretorias do Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial, Ensino Industrial do Ministério da Educação e do Trabalho”. (BRASIL,

1946). Em relação ao ensino secundário, sua finalidade era a de promover nos estabelecimentos que estivessem sob sua jurisdição o melhoramento progressivo das instalações e, além disso, aperfeiçoar os métodos de ensino. Entrou em vigor a partir da data de publicação, dia 02 de janeiro.

Uma vez decidida a industrialização como estratégia de desenvolvimento econômico, a educação técnica, sob responsabilidade do Estado, passou a ter papel fundamental no processo de treinamento de pessoal para a indústria, já que não havia operários qualificados, nem recursos financeiros que pudessem ser aplicados para tanto. (BORDUGNON, 2012, p. 09).

A política de desenvolvimento industrial no país imprimia a necessidade de formar a força de trabalho qualificada. Mas, o governo alegava que faltavam recursos financeiros, portanto o país recorreu ao convênio com a Inter-American Educational Foundation (IAF), vinculada aos Estados Unidos. De acordo com Bordugnon (2012), o convênio previa a realização de um programa de cooperação em matéria de educação industrial-vocacional, para o qual foram disponibilizados cem mil dólares gastos em cooperação com a IAF.

Mediante o Decreto-Lei n. 9.053 foi criado “[...] um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País”. (BRASIL, 1946). Dessa forma, obrigou as faculdades de filosofia federais a manter um ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos do curso de didática. Assim sendo, o ginásio deveria obedecer à Lei Orgânica do Ensino Secundário.

A Lei n. 59, de 11 de agosto de 1947, “Autoriza o Poder Executivo a cooperar financeiramente com os Estados, Municípios, Distrito Federal e Particulares, na ampliação e melhoria do sistema escolar primário, secundário e normal, nas zonas rurais”. (BRASIL, 1947). Sendo assim, a cooperação seria firmada mediante acordo entre as partes e ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos coube a fiscalização. Essa Lei indicava que os recursos públicos da educação poderiam ser repartidos com as instituições privadas com o objetivo de melhoria da educação. Portanto:

Era preciso assegurar que os mecanismos de ascensão social ficassem restritos às possibilidades educacionais. Simples trabalhadores não poderiam visualizar a possibilidade de adquirir meios de produção e se equiparar à classe que os detinha. Mas, por outro lado, a classe trabalhadora precisava se sentir em condição de igualdade com relação ao todo, situação que evitaria a conturbação social. (BORDUGNON, 2012, p. 15).

Nota-se, porém, que ocorria no período uma contradição, pois, embora houvesse a necessidade de elevar os estudos da classe trabalhadora, – visto que estavam em desenvolvimento os centros urbanos, a industrialização e o comércio e isso demandava a

necessidade de força de trabalho qualificada – o que se verificava eram os mecanismos dispostos a assegurar a restrição à ascensão social da classe trabalhadora.

Dessa forma, apesar de o Poder Executivo autorizar a cooperação financeira com os estados, municípios, Distrito Federal e particulares com o objetivo de melhoria educacional, o desenvolvimento maior se deu no ensino primário, visto que o ensino secundário continuava guiado pelo princípio de meritocracia, sendo necessário o exame de admissão para ter acesso a ele, permanecendo também a questão da não gratuidade do ensino, fato que favorecia a educação da classe dirigente.

A Circular n. 6, de 19 de novembro de 1947, expediu instruções para a execução das normas no ensino secundário, sendo elas: Exame de admissão, que poderia ser realizado em duas épocas: a primeira, na primeira quinzena de dezembro e a segunda, entre os dias 15 e 25 de fevereiro. A Circular instruía que: “Os Candidatos não aprovados em exames de admissão, num estabelecimento, não poderão repeti-los, em outro, na mesma época.” (BRASIL, 1947). Ou seja, o aluno só conseguiria tentar o exame de admissão em uma escola e, caso reprovasse em dezembro, teria outra oportunidade em fevereiro. Porém, observa-se que os candidatos poderiam se inscrever nos exames de admissão de segunda época, caso não o tivessem prestado na primeira, ou neles não tivessem sido aprovados.

A Portaria n. 1.045, de 14 de dezembro de 1951, “Expede os planos de desenvolvimento dos programas mínimos para o ensino secundário e respectivas instruções metodológicas”. (BRASIL, 1951). Os programas mínimos aprovados eram as seguintes disciplinas: português, francês, inglês, espanhol, latim, grego, geografia geral e do Brasil, como também matemática, desenho, física, química, filosofia, história geral e do Brasil, bem como economia doméstica no curso secundário.

A Portaria n. 887, de 13 de outubro de 1952, “Fixa critério para a remuneração condigna aos professores dos estabelecimentos particulares de ensino”. (BRASIL, 1952). O documento dispunha sobre a remuneração condigna aos professores dos estabelecimentos privados de ensino, firmando em contrato e tomado como base seus cálculos, o vulto da própria renda, o custo normal da vida na localidade em que tivesse sede, as qualificações pedagógicas dos referidos professores, além de suas necessidades em relação ao constante aperfeiçoamento cultural e técnico.

Sob o ponto de vista do professor, as escolas técnicas tinham uma responsabilidade singular pelo fato de que o Brasil estava se industrializando; os técnicos necessários ao desenvolvimento do país tinham de passar por um processo de formação que somente seria viabilizado em instituições escolares específicas. (BORDUGNON, 2012, p. 19).

Portanto, para professores de escolas técnicas, era indispensável o investimento em sua formação, visto que a industrialização era o setor econômico em ascensão no país e, para isso, era necessária uma formação apropriada.

Na Portaria n. 880, de 12 de outubro de 1954, “O Ministério de Estado da Educação e Cultura resolve alterar o art. 17, da Portaria 515.” (BRASIL, 1954). Com essa alteração, fixou-se o valor de trezentos mil cruzeiros para atender às despesas com a concessão das Bolsas de Estudos.

A Lei n. 2.342, de 25 de novembro de 1954, “Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.” (BRASIL, 1954). Dessa forma, determinou que a dotação orçamentária nunca seria inferior a um décimo da quota destinada à educação e cultura e, além disso, destinou bolsas de estudos aos alunos mais capazes entre os de baixa renda, sendo proporcional à população de cada estado. Assim sendo, a meritocracia era um mecanismo para selecionar os alunos oriundos da classe trabalhadora que poderiam cursar o ensino secundário, pois era uma população que não tinha recursos financeiros para continuar seus estudos, visto que o ensino secundário não era obrigatório e gratuito e, dessa forma, tornava-se mais difícil a esse público continuar seus estudos.

A Portaria n. 59, de 30 de janeiro de 1956, “Expede instruções para a concessão de bolsas de estudos com recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio”. (BRASIL, 1956), destinando-se a atender os adolescentes com maiores capacidades demonstradas em provas de seleção. Essas bolsas atenderiam as despesas relativas a cobranças das anuidades, custo do material escolar, do vestuário e do transporte, como também àquelas referentes à assistência médica e dentária e pagamento do internato ou pensão.

A Portaria n. 396, de 02 de dezembro de 1957, promulgou a “[...] instrução para a concessão de bolsas de estudo e auxílios financeiros” (BRASIL, 1957). De acordo com a Portaria, bolsas de estudos seriam a contribuição em dinheiro destinado a possibilitar a permanência dos alunos carentes de recursos financeiros nas escolas. O auxílio financeiro e a contribuição variável tornavam-se destinados para atender despesas eventuais de manutenção do aluno, estando relacionadas a sua vida escolar. Desse modo, em cada escola, a distribuição de bolsas e auxílios financeiros deveriam ser administrada e aquinhoados por uma Comissão de Bolsas de Estudos composta pelo diretor da escola como presidente e mais quatro membros, dentre eles o orientador educacional, dois professores e um representante dos alunos. No tópico a seguir, será abordado como eram

importantes as bolsas de estudos, visto que as escolas públicas eram poucas e o setor privado dominava o ensino secundário.

A Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passando o ensino secundário a ser denominado de ensino médio, com duas ramificações: secundária e técnica. O Art. 34 do referido documento dispõe: O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário”. (BRASIL, 1961). Além disso, o exame de admissão continuava sendo mantido para os alunos.

O Ensino secundário, conforme a referida Lei, organizava-se da seguinte maneira: “[...] § 1º O ciclo ginásial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo”. (BRASIL, 1961). No que diz respeito ao ensino técnico, este repartiu-se em três cursos: industrial, agrícola e comercial. No Art. 49 ficou determinado que: “Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos”. (BRASIL, 1961).

De acordo com Marçal (2017), a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 contribuiu com os interesses e a propagação dos direitos e funções da família, cabendo à família uma função que não lhe compete, que é a educação dos filhos, pois, segundo seu artigo 2º: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. *Parágrafo único.* À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos”. (BRASIL, 1961). Isso mostra o caráter liberal da Lei, expondo um controle existente de doutrina em suas variadas atribuições.

Dessa maneira, observa-se que, por não ser o ensino secundário uma etapa da educação básica obrigatória, os alunos da classe trabalhadora tinham dificuldades em frequentá-lo, pois eram poucas as escolas públicas, sendo em maior número as privadas. Em virtude disso, o governo implantou políticas de bolsas de estudos aos alunos que demonstrassem capacidade por meio do resultado nas provas, ou seja, por intermédio da meritocracia.

A seguir, será analisado o desempenho da institucionalização do ensino médio no período de 1946 a 1961.

2.2.2 Ensino Secundário e o Financiamento Público (1946-1961)

Se durante o governo de Getúlio Vargas, entre nos anos 1930 a 1945, as contendas estavam ligadas em sua maioria à questão da laicidade da educação, nas décadas de 1940 a 1960 as disputas entre os defensores das escolas públicas e os das escolas privadas se centraram no financiamento público para a educação.

De acordo com Cury e Nogueira (1986), nos anos de 1940 a 1960, a luta deslocou-se para a questão do financiamento do ensino, assim sendo os proprietários e dirigentes de estabelecimentos de ensino apresentavam argumentos centrados nas inúmeras vantagens do ensino privado quando comparado ao público, como, por exemplo: o caráter ordeiro do ensino privado, o menor custo do aluno, o duplo pagamento de impostos, a omissão do poder público e o padrão de qualidade.

No Relatório da Contadoria Central da República (1946²⁷), o documento divulgava a distribuição das despesas da União²⁸ em relação aos ministérios, enfatizando a importância do Ministério da Educação e da Saúde, como apresenta a tabela a seguir:

Tabela 12 - Despesas da União em 1946

Ministérios	Despesas
Ministério da Aeronáutica	875.091.328,00
Ministério da Agricultura	354.010.744,00
Ministério da Educação e da Saúde	638.026.714,00
Ministério da Fazenda	2.813.145.452,00
Ministério da Guerra	1.807.343.046,00
Ministério da Justiça e Negócios Interiores	586.428.409,00
Ministério da Marinha	708.839.547,00
Ministério das Relações Exteriores	95.127.115,00
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	350.006.613,00
Ministério da Viação e Obras Públicas	943.855.280,00

Fonte: Ministério da Fazenda. Contas da Gestão Financeira de 1946. Relatório da Contadoria Central da República. Quadro elaborado pela autora.

A tabela indica que o Ministério da Fazenda foi o que recebeu mais recursos, seguido pelo da Guerra e da Viação e Obras Públicas. Os Ministérios das Relações Exteriores, de Trabalho, Indústria e Comércio e da Agricultura foram os que receberam menos verba. Já a Educação e Saúde recebeu uma quantia maior que no ano anterior, que era Cr\$ 61.976.392,00. O Ministério da Fazenda recebeu 4,4 vezes mais que o Ministério da Educação e Saúde, e o Ministério de Guerra recebeu 2,83 a mais que o Ministério da Educação e da Saúde. Isso demonstrava as prioridades do governo.

²⁷ Observa-se que foi um período pós a Segunda Guerra Mundial.

²⁸ “Os investimentos e os gastos em qualquer área do governo que dependem da autorização orçamentárias são denominados de despesas públicas”. (SANTOS, 2011, p. 21).

De acordo com os dados, verifica-se que a educação não estava entre as prioridades do governo em relação aos recursos financeiros destinados.

A próxima tabela apresenta a caracterização do ensino secundário no período de 1946-1948 em relação ao número de escolas, de docentes, de matrículas e de desempenho dos estudantes.

Tabela 13 - Ensino secundário 1946 – 1948

Anos	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula		Frequência	Aprovações em Geral	Conclusões de curso
			Geral	Efetiva			
1946	544	6.860	92.627	81.000	77.595	57.674	13.755
1947	580	7.094	99.788	85.681	79.099	62.030	14.545
1948	585	7.647	103.429	88.834	82.986	64.330	16.053

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1950. Tabela elaborada pela autora.

Como foi visto no tópico anterior, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1948), ocorreu uma diminuição das instituições escolares e, no ano de 1945, o número de colégios de ensino secundário era de 1290. Em relação aos dados da tabela, observa-se que, apesar da redução das instituições em 1946, nos anos seguintes o número das unidades escolares aumentou, como também o corpo docente, a aprovação em geral e as conclusões de curso, o que prova que, apesar de a Educação não ser um dos ministérios que recebia os maiores recursos, havia um aumento no número de alunos, porém nota-se que, em sua maioria, esse aumento ocorreram em escolas privadas. O financiamento com recursos públicos era destinado às escolas privadas em troca de bolsas de estudos para alunos da classe trabalhadora, como ficou demonstrado por meio dos Decretos apresentados no tópico anterior.

Na Mensagem Presidencial de Eurico Gaspar Dutra, em 1947, proferida ao Congresso Nacional, o governante explanou sobre a educação no país. No trecho a seguir, há o registro do que ele apontou sobre o ensino secundário.

Não bastará, porém, ampliarmos a rede de nossas escolas secundárias. Será preciso, também, estudar o barateamento de suas taxas de matrícula, afim de torná-las mais acessíveis ao maior número possível de adolescentes de todas as camadas sociais. A realização deste imperativo democrático de elevada significação social, exigirá a atuação decidida dos Poderes Públicos, tanto de forma direta, pela criação de ginásios e colégios federais, como indireta e supletiva, mediante convênios com os poderes estaduais e municipais, bem como entidades particulares. Além disso, far-se-á mister reajustar as finalidades de nossas escolas secundárias e os seus programas às novas realidades sociais que estamos vivendo. Será necessário dar-lhes maior amplitude, maior flexibilidade e um sentido social mais compreensivo e dinâmico. (MENSAGEM PRESIDENCIAL, BRASIL, 1947).

Observa-se que o presidente indicava, nesse momento histórico, a preocupação em tornar as escolas secundárias mais acessíveis a todas as classes, porém ainda não se verificava o interesse em implantar medidas para assegurar a sua gratuidade. Entretanto, era assinalado o barateamento de taxas de matrículas, além disso eram informados os convênios firmados, tanto no âmbito municipal e estadual quanto em relação às instituições privadas, o que mostra a relação do público e do privado no ensino secundário, visto que o privado tinha a maior parte das instituições e recebia recursos públicos.

A tabela a seguir apresenta as Despesas da União no período de 1950 a 1951.

Tabela 14 - Despesas da União em 1950 e 1951

Ministérios	1950	1951
Aeronáutica	1.685.646.607,10	1.935.386.986,10
Agricultura	968.794.251,50	977.466.830,20
Educação e Saúde	2.337.602.541,80	2.194.471.411,20
Fazenda	3.627.069.048,40	4.194.783.807,30
Guerra	2.936.225.059,40	3.723.393.073,70
Justiça e Negócios Interiores	981.508.718,30	1.045.789.689,70
Marinha	1.607.911.228,90	1.845.869.394,40
Relação Exteriores	172.446.720,70	188.578.463,30
Trabalho, Indústria e Comércio	711.688.837,00	692.242.983,20
Viação e Obras Públicas	3.373.515.199,00	3.552.450.489,80

Fonte: Ministério da Fazenda. Contas da Gestão Financeira de 1951. Relatório da Contadoria Central da República. Quadro elaborado pela autora.

Entre os anos de 1950 e 1951, a tabela indica um aumento nos recursos dos ministérios, em especial o da Fazenda (em 1950 era 20,5% e em 1951, 20,6%), o da Guerra (em 1950 era 16,59% e em 1951, 18,29%) e da Viação e Obras Públicas (em 1950 era 19,06% e em 1951, 17,45%). Observa-se que somente o Ministério da Educação e Saúde (em 1950 era 13,21% e em 1951, 10,7%) e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (em 1950 era 4,02% e em 1951, 3,4%) diminuíram as suas despesas, evidenciando que não existia tanto interesse do Governo em relação a isso, fato interessante, já que, em 1951, o Presidente era Vargas, o qual era considerado o “pai dos pobres” e havia promulgado as leis trabalhistas. Porém, nesse ano, seus interesses não estavam na educação da população, como mostram os dados da tabela.

A próxima tabela apresenta os números referentes ao ensino secundário nos anos de 1949 a 1952.

Tabela 15 - Ensino Secundário: 1949-1952

Ano	Unidades Escolares	Corpo Docente	Matrícula Geral	Conclusões de Curso
1949	1.789	25.053	365.852	52.991
1950	2.072	28.610	406.920	60.048
1951	2.119	30.645	438.674	62.560
1952	2.265	31.238	460.210	68.094

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1954. Tabela elaborada pela autora.

Observa-se um relativo aumento no ensino secundário das unidades escolares, corpo docente, matrícula geral e conclusão de curso. Esse alargamento foi mais significativo no ano de 1950. De acordo com a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1960), na década de 1950, o país possuía 18.882.486 de analfabetos, o equivalente a 51,65% da população, sendo consideradas as pessoas acima de 10 anos de idade. Além disso, as crianças com idade escolarizável, de 7 a 11 anos, eram 6.720.219, porém 4.049.865 estavam fora da escola. Dessa forma, era necessário expandir o ensino primário para aumentar a frequência de alunos no ensino secundário. Sem a primeira etapa da educação, não poderia existir a segunda, porém, para que isso acontecesse, eram necessárias políticas específicas, no entanto os dados não evidenciam o interesse de mudar a situação vigente.

O presidente Vargas, na Mensagem Presidencial apresentada ao Congresso Nacional, em 1951, explanou sobre a educação, assinalando as políticas necessárias para fortalecer o ensino secundário:

Uma política de bolsas de estudos para jovens bem dotados de famílias de menores recursos econômicos ou de numerosos filhos, deve ser lançada em termos tais que reduza a dificuldade que muitos pais encontram para a educação de sua prole. Também deve ser estudada, como processo de ampliação e barateamento do ensino, a possibilidade de uma política de financiamento da construção de escolas secundárias particulares, em troca de facilidades para o povo, isso nos casos em que não seja aconselhável mantê-las diretamente. (MENSAGEM PRESIDENCIAL, BRASIL, 1951).

O Presidente salienta a necessidade de ampliar a política de bolsas, pois assim se reduziriam as dificuldades de muitos pais oriundos da classe trabalhadora. Além disso, ocorria o interesse de diminuir os custos da educação, financiando a construção de escolas privadas em troca de facilidades para o acesso da população mais desfavorecida economicamente, que seriam as bolsas de estudos. Observa-se que, para o governo, era necessário gastar menos com a educação mediante o financiamento das escolas secundárias privadas, porém isso não significava uma verdadeira preocupação com a

expansão e com o acesso escolar da classe trabalhadora, mas sim com a contenção de despesas públicas.

A tabela a seguir mostra as despesas da União em 1954.

Tabela 16 - Despesas da União 1954

Ministérios	Despesa Fixada	Despesa Realizada
Aeronáutica	2.928.838.718,20	3.302.691.035,40
Agricultura	2.671.428.188,80	2.355.709.958,50
Educação e Cultura	3.147.719.935,00	3.056.868.339,80
Fazenda	10.381.053.871,60	10.209.704.365,80
Guerra	4.946.113.624,90	5.845.925.125,40
Justiça e Negócios Interiores	1.939.926.951,70	2.039.478.966,80
Marinha	3.003.298.166,20	3.885.278.716,40
Relação Exteriores	415.665.533,50	387.750.417,30
Saúde	2.186.456.433,00	2.237.369.912,50
Trabalho, Indústria e Comércio	1.207.088.622,20	1.100.282.496,70
Viação e Obras Públicas	11.313.680.999,00	10.524.769.934,10

Fonte: Ministério da Fazenda. Contas da Gestão Financeira de 1954. Relatório da Contadoria Central da República. Quadro elaborado pela autora.

A tabela indica que, apesar de as despesas do Ministério da Viação e Obras Públicas e da Fazenda serem fixadas para que recebessem menos recursos, foram os ministérios que executaram um orçamento maior do que o previsto. Os Ministérios das Relações Exteriores e do Trabalho, Indústria e Comércio foram os que receberiam menos recursos segundo as despesas fixadas e, na verdade, executaram menos ainda do que previsto nas despesas fixadas (despesas que realmente ocorreram). Entretanto, o Ministério da Educação e Cultura recebeu menos verba que o previsto nas despesas fixadas e o Ministério da Viação e Obras Públicas recebeu 3,44 vezes mais que o Ministério da Educação e da Cultura nas despesas fixadas. Isso mostra que o país tinha recursos, porém existiam prioridades, mas a educação não era uma delas, portanto o seu desenvolvimento aconteceria a passos lentos.

Ainda em relação à educação, mais especificamente o ensino secundário, a próxima tabela apresenta o número de unidades escolares e o corpo docente no período de 1956 a 1958.

Tabela 17 - Ensino Secundário: Unidades Escolares e Corpo Docente (1956-1958)

Ensino secundário	Anos	Unidades Escolares			Corpo Docente		
		Ensino Público	Ensino Privado	Total	Ensino Público	Ensino Privado	Total
Ginasial ou 1º Ciclo	1956	539	1.530	2.066	10.216	21.462	31.678
	1957	622	1.603	2.225	11.582	22.718	34.300
	1958	713	1.749	2.462	13.330	24.206	37.538
Colegial ou 2º Ciclo	1956	244	502	746	4.574	7.035	11.609
	1957	273	509	782	4.954	7.186	12.609
	1958	317	529	846	4.882	7.289	13.171

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1960. Tabela elaborada pela autora.

Na tabela, verifica-se um número expressivo de unidades escolares privadas, maior que as escolas públicas, assim sendo tornava-se desigual a busca por estudos pelos alunos oriundos da classe trabalhadora, pois o número de escolas públicas era inferior à demanda. A estimativa do IBGE em relação à população brasileira era de 51.944.397, na década de 1950, isso mostra que o ensino secundário não era para todos, mas sim para a classe dirigente.

De acordo com dados estatísticos, em 1956 o número de instituições secundárias no Ginásial público era de 26% e de privadas de 74%; em relação ao Colegial, as instituições públicas eram 32,71% e as privadas 67,29%. Em 1957, no Ginásial, o público estava com 27,95% das escolas e o setor privado com 72,05%; no Colegial, as escolas públicas com 34,91% e as privadas com 65,09%. No ano de 1948, o Ginásial público possuía 28,96% e o privado 71,04%; o Colegial público estava com 37,47% e o privado com 62,53%. Apesar de o número de instituições privadas ser maior e continuar havendo a ampliação delas ao longo dos anos, observa-se um aumento das instituições públicas durante os anos mencionados.

Na Mensagem Presidencial de 1956 ao Congresso Nacional, Juscelino Kubitschek assinalou que “O ensino secundário particular é caro, inacessível à maioria de jovens, criando-se o problema de ordem econômica, evidenciado nas solicitações de gratuidade, crescentes de ano para ano”. (MENSAGEM PRESIDENCIAL, BRASIL, 1956). Observa-se que essa foi a primeira vez que um governante apontou uma desvantagem do ensino secundário privado, ou seja, o fato de ele ser caro e de difícil acesso à maioria da população de baixa renda.

A tabela a seguir apresenta as matrículas efetivas e conclusões de curso do período de 1956 a 1958.

Tabela 18 - Ensino Secundário: Matrículas Efetivas e Conclusões de Curso (1956-1958)

Ensino secundário	Anos	Matrículas Efetivas			Conclusões de Curso		
		Ensino Público	Ensino Privado	Total	Ensino Público	Ensino Privado	Total
Ginásial ou 1º Ciclo	1956	168.446	349.169	517.615	20.900	48.615	69.515
	1957	190.074	365.006	555.080	22.862	51.025	73.887
	1958	213.821	392.580	606.401	25.009	53.856	78.865
Colegial ou 2º Ciclo	1956	28.503	48.237	76.800	5.728	11.928	17.656
	1957	31.990	49.164	81.154	5.813	11.719	17.532
	1958	36.684	52.078	88.702	6.479	12.585	19.064

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1960. Tabela elaborada pela autora.

Os dados indicam que ocorreu uma ampliação das matrículas nas instituições públicas e nas privadas, porém nota-se que, nas instituições públicas, aumentou o número

das conclusões do ensino secundário. Observa-se ainda que no colegial, no ano de 1957, diminuiu o número de conclusões de curso nas escolas privadas, apesar do aumento efetivo da matrícula de alunos.

A tabela mostra que o número das matrículas efetivas do curso Ginásial, em 1956, no ensino público era de 32,54% e no privado de 67,46%. Em 1957, era de 34,24% no público e no privado de 65,76%. No ano de 1958, no público era de 35,26% e no privado de 64,74%. Observa-se que as instituições privadas tinham a maioria dos alunos, apesar do aumento percentual das matrículas das escolas públicas, sendo que o ano de 1957 foi o período correspondente ao aumento da matrícula.

Em relação às matrículas efetivas do Colegial, em 1956, no ensino público era de 37,11% e no privado de 62,89%. Em 1957, a taxa da matrícula do público era de 39,41% e do privado era de 60,59%. No ano de 1958, no público era de 41,35% e 58,65% no privado. Percebe-se que as taxas de matrícula do ensino público eram maiores no Colegial do que no Ginásial, apesar de o número ser inferior às privadas. Além disso, as instituições privadas continuavam sendo em maior número.

Em 1959, período em que um amplo setor educativo aguardava ansiosamente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi escrito um documento denominado de Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados: e, novamente, Fernando de Azevedo foi o principal autor. Nesse documento, ele discorria sobre a educação naquele período e explicitava os aspectos em que era necessário melhorar. Em relação ao ensino secundário, apontou:

[...] atinge a 80% o ensino secundário entregue a particulares, – e daí exatamente decorre toda a grave crise em que se debate esse grau de ensino no país. Onde, pois, como se vê, cumpriu o Estado com mais zelo os deveres que lhe impôs a Constituição, progrediu o ensino, – é a parte referente à educação fundamental e superior; e onde dele se descuidou, descarregando suas obrigações às costas de entidades privadas, como no caso do ensino secundário, é o que de pior se exerceu no sistema geral de educação. (AZEVEDO *et al.* 2010 p. 87).

Observa-se, conforme a afirmação de Azevedo, que o ensino secundário era ministrado em sua maior parte nas escolas privadas, portanto isso era sinal de que o Estado progrediu no atendimento do ensino primário e superior e descuidou do ensino secundário público. Dessa forma, a classe trabalhadora tinha dificuldades em ter acesso a essa etapa de ensino, uma vez que era necessário passar no exame de admissão e, além disso, havia outros agravantes, como o fato de o ensino secundário não ser gratuito – salvo no caso daqueles que obtinham as bolsas de estudos – e não haver escolas para a demanda. Segundo o mesmo autor:

[...] dia em que esse grau de ensino (o “secundário”, que passou a sê-lo no sentido pejorativo da palavra) tiver dos poderes públicos a atenção que requer, e se inverter, em consequência, pela expansão do ensino público, a referida porcentagem, alcançando o Estado mais 40 ou 60% dos 80 que cabem agora a instituições particulares, o ensino de nível médio, na diversidade de seus tipos de escolas (sobretudo secundárias e normais), tornará o impulso que adquiriu o ensino primário, com todas as suas deficiências de escolas e instalações, e entrará numa fase de reconstrução e de progressos reais. (AZEVEDO *et al.* 2010 p. 87 -88).

O Manifesto demonstrou que o ensino secundário não tinha a atenção do poder público e que deveria aumentar mais 40% ou 60% dos 80% das instituições privadas. E isso era um problema que deveria ser resolvido.

Segundo Alves (2005), no Congresso Nacional, as lideranças políticas alinhadas aos privatistas se mobilizaram com a intenção de manter o funcionamento das escolas privadas irrigadas com os recursos públicos. Suas justificativas eram uma interpretação liberal clássica referente ao princípio da liberdade de ensino e ao respeito ao direito da família de escolher a educação que entendesse como a melhor para seus filhos. Dessa forma, as bolsas de estudos seriam o mecanismo de consecução desse direito, isto é, quando o educandário escolhido pelos genitores fosse mantido pela iniciativa privada.

Porém, a escola privada sempre foi destinada à parcela mais favorecida da sociedade, servindo, portanto, para perpetuar as desigualdades sociais e a exclusão. De fato, o que interessava ao setor privado era captar os recursos públicos para que pudesse usufruir deles e, em contrapartida, as instituições outorgavam uma quantidade mínima de bolsas aos alunos menos favorecidos. De acordo com Marçal (2017), com o abandono e a atitude de omissão por parte dos governos do país, o setor educacional foi vitimizado juntamente com os filhos da camada popular.

No que diz respeito ao financiamento educacional, a Constituição Brasileira de 1946 determinou que os Estados e os Municípios deveriam destinar, no mínimo, 20% da sua renda tributária para esse fim e a União 10%, no mínimo. Dessa forma, no ano de 1959, segundo o INEP (1962), a receita arrecadada da União, dos Estados e dos Municípios somou Cr\$ 337.680.020.000,00 destinados para a educação. A tabela a seguir apresenta esses dados:

Tabela 19 - Gastos da União, Estados e Municípios para a Educação 1959

Ensino	União	Estados	Municípios
Elementar	2.797.351.000,00	9.138.572.000,00	3.092.250.000,00
Médio	3.674.131.000,00	3.478.843.000,00	133.455.000,00
Superior	6.634.287.000,00	2.001.427.000,00	29.295.000,00

Fonte: INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. 1962. Tabela elaborada pela autora.

Observa-se que os estados da federação eram os que mais gastavam com a educação, seguidos pela União e pelos Municípios, respectivamente. Em relação ao ensino secundário, a tabela mostra que a União aplicava mais recursos para esse fim, seguida pelos Estados. Porém, vale ressaltar que o ensino primário estava em expansão, por isso os maiores recursos eram destinados a esse fim.

A seguir, a tabela informa os dados sobre o ensino secundário em relação às unidades escolares e ao corpo docente:

Tabela 20 - Ensino Secundário 1959

Ramo do ensino	Unidades Escolares				Corpo Docente			
	No Ensino Público		No Ensino Privado		No Ensino Público		No Ensino Privado	
	Total	Reconhecido Oficial	Total	Reconhecido Oficial	Total	Reconhecido Oficial	Total	Reconhecido Oficial
Ginásio I ou 1º Ciclo	769	769	1.858	1858	14.582	14.582	26.081	26.081
Colegial I ou 2º Ciclo	342	342	544	544	6.385	6.385	7.568	7.568

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1961. Tabela elaborada pela autora.

Evidencia-se pela tabela que a diferença entre unidades escolares públicas e privadas continuava aumentando, e o número de instituições de ciclo colegial era inferior às do ciclo ginásial. No ano de 1959, o ciclo ginásial público representava 29,27% das instituições escolares e as privadas possuíam 70,73%. Em relação ao colegial, o público assumia 38,60% e o privado 61,40% das unidades escolares.

A Tabela a seguir mostra as matrículas e as conclusões de curso no ano 1959:

Tabela 21 - Matrículas e Conclusões de curso de 1959

Ramo do Ensino	Matrícula Geral		Matrícula Efetiva		Conclusões de Curso	
	No Ensino Público	No Ensino Particular	No Ensino Público	No Ensino Particular	No Ensino Público	No Ensino Particular
	Total/ Reconhecido Oficial	Total/ Reconhecido Oficial	Total/ Reconhecido Oficial	Total/ Reconhecido Oficial	Total/ Reconhecido Oficial	Total/ Reconhecido Oficial
Ginásial ou 1º Ciclo	259.687	450.983	237.137	417.680	28.797	58.069
Colegial ou 2º Ciclo	48.596	60.354	41.395	54.350	7.923	13.678

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1961. Tabela elaborada pela autora.

Os dados apontam as diferenças no número de matrícula no ensino público, que era expressivamente inferior ao ensino privado no ano de 1959 e, apesar do grande número de alunos matriculados, observa-se um número inferior nas conclusões de curso no público e no privado. Enfatiza-se também que o número maior de instituições do curso

ginasial reflete na questão do número de matrículas e de conclusão de curso. Isso revela que nem todos os alunos que concluíam o curso ginasial realizavam posteriormente o colegial.

A Mensagem Presidencial de Juscelino Kubitschek enviada ao Congresso Nacional, em 1960, explana sobre a situação do ensino secundário no País no ano de 1959.

O incentivo à expansão da rede escolar de ensino médio no Brasil, nestes quatro anos, revela-se, ainda, através da dotação orçamentária que, de 200 milhões de cruzeiros em 1955, subiu a mais de 1,5 bilhão no último exercício. Com recursos tão vultosos, foi possível destinar a entidades particulares e oficiais, para obras e equipamentos, cerca de 1,2 bilhão; a estudantes carentes de recursos, selecionados por capacidade intelectual, 330 milhões sob a forma de bolsas; e as escolas, 125 milhões, como suplementação de salários e auxílios diretos.

Debatendo-se entre reivindicações salariais do professorado e dificuldades para majorar as taxas escolares, os estabelecimentos privados apelam com frequência para o Governo. Em 1959, medidas de emergência tiveram de ser tomadas pela Administração, a esse respeito, em face de greves estudantis, havendo-se sobrecarregado o Fundo Nacional do Ensino Médio com 20 a 25% do aumento das anuidades autorizadas, o que importou na despesa de 300 milhões de cruzeiros.

Alunos, em número aproximadamente de 250.000, carecem de auxílio do Governo, e à boa parte deles se têm concedido bolsas. Esta subvenção terá de continuar até que se possa expandir a rede de escolas públicas secundárias, mediante esforços conjugados do poder federal, estadual e municipal. (MENSAGEM PRESIDENCIAL, BRASIL, 1960).

De acordo com a Mensagem Presidencial, ocorreu um aumento no orçamento do ensino secundário, o qual foi destinado para instituições privadas e oficiais para obras e equipamentos. Os estudantes carentes, aqueles selecionados por normas que privilegiavam a meritocracia, conseguiam bolsas de estudos. Pontua-se que as instituições privadas apelavam para o governo de maneira frequente, sobrecarregando, dessa forma, o Fundo Nacional do Ensino Médio. Outra questão importante que vale ser mencionada é que aproximadamente 250 mil alunos necessitavam de auxílio do governo, visto que o ensino secundário não era gratuito.

O Presidente salientava também que o financiamento privado necessitaria continuar até que ocorresse a expansão das redes públicas secundárias, contando ainda com os esforços do poder federal, estadual e municipal. Esses dados mostram que os estudantes oriundos da classe trabalhadora tinham dificuldade de conseguir frequentar o ensino secundário. Além disso, a maior parte dos recursos eram destinados para as instituições privadas, visto que elas possuíam a maior parte das escolas devido ao fato de que era mais barato para o Estado financiar o ensino particular do que investir na criação

de escolas, no pagamento de equipamentos, de professores e técnicos e na manutenção de uma escola pública.

A Tabela a seguir mostra os municípios que possuíam o ensino secundário em 1961:

Tabela 22 - Municípios que possuíam ensino secundário no início do ano letivo de 1961

Unidades da Federação	Municípios Existentes Em 30-VI-1961	Municípios que possuem estabelecimentos de ensino médio										Que não possuem estabelecimento de ensino médio
		Dos quais, com										
		Total	Curso Secundário		Curso Comercial			Curs o indus	Curso agrícola	Curso normal		
			Somente ginásial	Somente Ginásial e colegial	Somente básica	Básic o e técn	Som ente técn	o indus	agrícola	normal		
Rondônia	2	2	2	-	-	-	1	-	-	-	1	-
Acre	7	7	1	1	-	-	-	1	-	1	7	-
Amazonas	78	11	4	1	-	1	1	-	1	1	11	67
Rio Branco ²⁹	2	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1
Pará	60	13	7	2	-	1	2	-	1	1	11	47
Amapá	5	2	-	1	-	-	1	-	1	1	1	3
Maranhão	99	17	11	1	-	1	2	-	1	-	10	82
Piauí	78	27	23	2	-	2	1	5	1	-	8	51
Ceará	148	63	50	4	-	1	8	1	1	1	34	85
Rio Grande do Norte	82	27	7	2	-	15	4	1	1	1	19	55
Paraíba	88	35	18	3	-	17	6	1	1	3	16	53
Pernambuco	102	69	60	7	-	3	6	10	1	3	33	33
Alagoas	69	34	26	5	-	2	1	9	1	1	11	35
Sergipe	62	17	16	1	-	1	2	1	1	1	4	45
Bahia	194	91	77	8	-	9	9	5	1	1	42	103
Minas Gerais	485	288	212	56	-	19	71	42	5	8	119	197
Espírito Santo	40	33	24	8	-	1	4	7	1	2	17	7
Rio de Janeiro	62	60	41	19	-	1	18	19	4	3	45	2
Guanabara ³⁰	1	1	-	1	-	-	1	-	1	1	1	-
São Paulo	505	307	198	103	-	9	115	20	23	5	134	198
Paraná	240	132	74	22	-	2	5	37	1	3	117	108
Santa Catarina	104	74	27	6	-	-	11	11	1	3	73	30
Rio Grande do Sul	152	120	88	26	-	7	27	31	3	7	67	32
Mato Grosso	64	21	17	3	-	-	2	4	1	1	10	43
Goiás	179	58	38	7	-	1	5	9	1	-	37	121
Distrito Federal, Brasília	1	1	-	1	-	-	1	-	1	-	1	-
Brasil	2.910	1.511	1.022	290	-	93	304	201	54	48	830	1.399

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1961.
Tabela elaborada pela autora.

²⁹ Foi um território desmembrado do Amazonas, no ano de 1943. No ano de 1962, mudaram seu nome para Território Federal de Roraima, que, em 1988, passou a se denominar estado de Roraima.

³⁰ Foi um estado do Brasil nos anos de 1960 a 1975. Seu território atual está localizado no estado do Rio de Janeiro.

Observa-se que, nos estados mais ricos, naquele momento histórico, encontra-se o maior número de instituições secundárias em seus municípios como, por exemplo, São Paulo e Minas Gerais. Mato Grosso tinha 64 municípios, porém 43 não possuíam o ensino secundário e apenas 21 mantinham escolas dessa etapa da Educação. Dentre esses 21 municípios, somente 17 instituições possuíam o ginásio e 3 escolas, o colegial. Um dos motivos que pode explicar as diferenças regionais referentes ao número de instituições de ensino secundário é o desenvolvimento desigual do capitalismo de cada região, pois, nas regiões em que a agricultura e a pecuária são a base da economia, o número de instituições é menor que nas regiões cujo desenvolvimento se encontra nas áreas urbanas (principalmente nos setores industriais).

A Tabela 23, apresenta a distribuição dos estabelecimentos segundo as dependências administrativas e ramos do ensino no ano de 1961:

Tabela 23 - Distribuição dos estabelecimentos segundo a dependência administrativa e os ramos do ensino 1961

Unidades da Federação	Número de Estabelecimentos informantes									
	Total	Segundo a dependência Administrativa				Segundo os ramos de ensino				
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Com Ensino Secundário	Com Ensino Comercial	Com Ensino Industrial	Com Ensino Agrícola	Com Ensino Normal
Rondônia	5	2	-	-	3	4	1	-	-	2
Acre	12	7	-	-	5	4	1	-	1	7
Amazonas	30	2	4	-	24	14	7	2	1	16
Rio Branco	2	1	-	-	1	1	1	-	-	1
Pará	50	2	3	1	44	31	13	2	1	20
Amapá	6	4	-	-	2	2	1	1	1	2
Maranhão	37	1	2	-	34	24	4	1	-	14
Piauí	54	1	4	6	43	43	11	1	-	11
Ceará	163	3	8	4	148	133	16	1	1	52
Rio Grande do Norte	66	2	22	10	32	26	26	1	1	21
Paraíba	74	4	5	2	63	38	29	1	3	19
Pernambuco	189	5	14	23	147	163	36	2	3	55
Alagoas	67	2	6	1	58	52	14	1	1	27
Sergipe	41	2	4	1	34	34	7	1	1	6
Bahia	181	4	28	13	136	155	38	2	1	64
Minas Gerais	626	15	56	26	529	510	181	6	8	161
Espirito Santo	75	2	12	-	61	63	17	1	2	28
Rio de Janeiro	229	6	13	11	199	200	65	7	4	69
Guanabara	279	15	33	-	231	242	53	11	1	19
São Paulo	884	5	387	50	442	675	256	41	5	267
Paraná	359	3	285	1	70	162	54	2	3	178
Santa Catarina	153	2	81	1	69	54	26	1	3	109
Rio Grande do Sul	374	7	85	8	274	279	98	5	8	102
Mato Grosso	49	2	20	1	26	38	7	1	1	12
Goiás	119	1	22	6	90	79	24	2	-	46
Distrito Federal, Brasília	11	-	-	-	11	9	2	1	-	3
Brasil	4.135	100	1.094	165	2.776	3.035	988	94	50	1.301

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1961. Tabela elaborada pela autora.

Pode-se notar pela leitura da tabela que as instituições privadas representavam a maior parte, sendo São Paulo e Minas Gerais os estados com mais instituições públicas e

privadas. Percebe-se ainda que o ensino secundário e a escola normal eram os segmentos com mais instituições e que Mato Grosso possuía 38 instituições secundárias. Vale ressaltar que o Brasil possuía um total de 4.135 estabelecimentos e, por se tratar de um país com um extenso território, a tabela demonstra suas diferenças educacionais.

A próxima tabela mostra as unidades do ensino secundário do Ciclo Ginásial de 1961:

Tabela 24 - Ensino Secundário: Unidades escolares Ciclo Ginásial – 1961

Unidades da Federação	Total	Ciclo Ginásial			
		Segundo a dependência administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Rondônia	4	2	-	-	2
Acre	4	2	-	-	2
Amazonas	14	-	2	-	12
Rio Branco	1	-	-	-	1
Pará	31	-	2	1	28
Amapá	2	2	-	-	-
Maranhão	24	-	2	-	22
Piauí	43	-	4	5	34
Ceará	132	-	7	2	123
Rio Grande do Norte	26	-	6	1	19
Paraíba	38	-	3	1	34
Pernambuco	163	1	11	23	128
Alagoas	52	-	3	1	48
Sergipe	34	-	3	1	30
Bahia	155	2	24	12	117
Minas Gerais	509	5	49	22	433
Espirito Santo	63	-	11	-	52
Rio de Janeiro	198	-	9	11	178
Guanabara	242	10	22	-	210
São Paulo	673	2	357	11	303
Paraná	162	1	104	-	57
Santa Catarina	54	-	4	1	49
Rio Grande do Sul	277	1	54	5	217
Mato Grosso	38	-	14	1	23
Goiás	79	-	16	2	61
Distrito Federal, Brasília	9	-	-	-	9
Brasil	3.027	28	709	100	2.192

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1961. Tabela elaborada pela autora.

Percebe-se que as instituições privadas tinham um maior número de instituições no Ciclo Ginásial, seguidas pelas estaduais, municipais e estaduais. São Paulo com 22,23% e Minas Gerais com 16,81% eram os estados com maior número de escolas; já os estados com o menor número eram Rio Branco com 0,03% e Amapá com 0,06%. Mato Grosso possuía 14 instituições estaduais, 1 municipal, 23 particulares, totalizando

1,25%. Enfatiza-se o expressivo número de instituições privadas em relação às instituições públicas, sendo que a maioria estava vinculadas ao governo estadual.

A tabela a seguir apresenta os dados referentes às unidades escolares do ensino secundário no ciclo colegial científico no ano de 1961.

Tabela 25 - Ensino Secundário: Unidades Escolares Ciclo Colegial Científico – 1961

Unidades da Federação	Ciclo Científico				
	Total	Segundo a dependência administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Rondônia	-	-	-	-	-
Acre	1	1	-	-	-
Amazonas	3	-	1	-	2
Rio Branco	-	-	-	-	-
Pará	9	-	1	-	8
Amapá	1	1	-	-	-
Maranhão	4	-	1	-	3
Piauí	5	-	2	-	3
Ceará	18	1	2	-	15
Rio Grande do Norte	5	-	2	-	3
Paraíba	8	-	2	-	6
Pernambuco	28	-	4	1	23
Alagoas	12	-	2	-	10
Sergipe	3	-	1	-	2
Bahia	25	1	11	1	12
Minas Gerais	93	3	17	3	70
Espirito Santo	10	-	6	-	4
Rio de Janeiro	44	1	5	5	33
Guanabara	109	7	14	-	88
São Paulo	201	1	118	1	81
Paraná	36	-	21	-	15
Santa Catarina	9	-	2	-	7
Rio Grande do Sul	65	2	19	2	42
Mato Grosso	7	-	3	-	4
Goiás	12	-	8	-	4
Distrito Federal, Brasília	2	-	-	-	2
Brasil	710	18	242	13	437

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1961. Tabela elaborada pela autora.

Pode-se constatar que o ciclo colegial científico tinha menos instituições que o ginásial. São Paulo com 28,30% e Guanabara 15,35% eram os estados que possuíam o maior número de escolas. Acre com 0,14% e Amapá com 0,14% tinham o menor número. Mato Grosso tinha 7 instituições escolares, totalizando 0,98% das instituições do país, sendo 3 estaduais e 4 particulares. Enfatiza-se que o maior número de instituições encontrava-se nas privadas, seguidas pelas estaduais. Isso mostra que ainda existia um caráter elitista no ensino secundário.

A seguir, a tabela demonstra os dados acerca das unidades escolares do ensino secundário no ciclo colegial clássico no ano de 1961.

Tabela 26 - Ensino Secundário: Unidades escolares do Ciclo Colegial Clássico 1961

Unidades da Federação	Total	Ciclo Clássico			
		Segundo a dependência administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Rondônia	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-
Amazonas	1	-	1	-	-
Rio Branco	-	-	-	-	-
Pará	1	-	1	-	-
Amapá	1	1	-	-	-
Maranhão	1	-	1	-	-
Piauí	1	-	1	-	-
Ceará	3	-	2	-	1
Rio Grande do Norte	2	-	1	-	1
Paraíba	4	-	2	-	2
Pernambuco	13	-	2	-	11
Alagoas	-	-	-	-	-
Sergipe	1	-	1	-	-
Bahia	12	1	5	1	5
Minas Gerais	20	1	4	1	14
Espírito Santo	2	-	1	-	1
Rio de Janeiro	14	-	3	1	10
Guanabara	44	6	3	-	35
São Paulo	125	-	77	1	47
Paraná	4	-	3	-	1
Santa Catarina	2	-	1	-	1
Rio Grande do Sul	23	1	8	1	14
Mato Grosso	1	-	-	-	1
Goiás	1	-	1	-	-
Distrito Federal, Brasília	1	-	-	-	1
Brasil	278	10	118	5	145

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil 1961. Tabela elaborada pela autora.

O ciclo colegial clássico era o curso que tinha o menor número de instituições se comparado ao ginasial e científico, sendo que, em sua maioria, elas eram oriundas de instituições privadas. São Paulo e Guanabara tinham os maiores números de instituições e, em alguns estados, nem existia essa modalidade de ensino colegial. Em Mato Grosso, havia apenas uma instituição particular nesse ciclo.

As tabelas mostraram que, apesar de a União destinar à educação um investimento inferior quando comparado a outros ministérios, as matrículas aumentaram: “[...] em números absolutos cresceu de 581.600 e passou em 1951 para 1.177.500 em 1960, em seus quantitativos de matrícula”. (ABREU, 1962). Dessa forma, as instituições escolares

de ensino médio eram urbanas, pois só as capitais dos estados tinham 45% de seus estudantes. Segundo Abreu (1962), no ano de 1961, dos 2.907 municípios do país, 1.396 não possuíam ainda qualquer estabelecimento de ensino médio e, dos 1.551 municípios onde havia a escola média, 1.022 a tinham apenas no primeiro ciclo.

Salienta-se que o interesse do Estado para expandir e melhorar a oferta do ensino secundário público estava de acordo com o desenvolvimento capitalista, nesse momento histórico. Na verdade, para Sanfelice (2005), o Estado traçou políticas educacionais de acordo com as necessidades objetivas exigidas pelo modo de produção capitalista nesse momento histórico, em suas diferentes conjunturas. Desse modo, o Estado aliou-se à igreja ou às instituições privadas quando estas foram necessárias para desenvolver ações educativas.

O capítulo mostrou que, apesar dos avanços no incremento das matrículas no ensino secundário, a sua maioria era oriunda das instituições privadas. O setor educativo privado detinha o maior número de escolas e conseguia recursos públicos em troca de bolsas de estudos. Apesar dos embates, os avanços das instituições públicas só ocorreram depois da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, sendo considerada um marco que contribuiu para o desenvolvimento do ensino público gratuito, entretanto, a união continuava a fomentar a educação privada. Por conseguinte, é necessário compreender a história da educação para compreender os motivos que a levaram a estar configurada na forma em que se encontra atualmente. Salienta-se também a importância de se lutar por uma educação laica, gratuita e obrigatória, além de demonstrar a relevância dos recursos públicos para a educação permanecerem com as instituições públicas.

No próximo capítulo, será abordada a história do estado de Mato Grosso e como ocorreu o avanço do ensino secundário e dos recursos públicos destinados a esse fim.

3 ENSINO SECUNDÁRIO EM MATO GROSSO (1930-1961)

Este capítulo tem como objetivo explicar sobre a história de Mato Grosso no período de 1930 até o final da República Democrática, especificamente até o ano de 1961. Pretende também analisar a expansão do ensino secundário no estado, bem como o financiamento público das instituições privadas. Está dividido em três tópicos: o primeiro denominado “História de Mato Grosso” e o segundo intitulado “Mato Grosso: dados do financiamento público do Ensino Secundário”. O terceiro tópico tem como título “Financiamento do Ensino Secundário: Público *versus* Privado”, em que será verificado de que modo aconteceu o fomento.

3.1 História de Mato Grosso (1930-1961)

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder no ano de 1930, Aníbal de Toledo (1930) foi destituído do governo estadual de Mato Grosso e o presidente indicou como interventor federal Antônio Mena Gonçalves (1930-1931). Nesse momento histórico passaram a governar o estado os interventores federais e a denominação presidente do estado foi substituída pela de governador do estado.

O quadro a seguir evidencia os interventores e governadores³¹ do período analisado.

Quadro 14 - Interventores e governadores de Mato Grosso (1930-1961)

Nome	Período
Antônio Mena Gonçalves	1930 – 1931
Artur Antunes Maciel	1931 – 1932
Leônidas Antero de Matos	1932 – 1934
César de Mesquita Serva	1934 – 1935
Fenelon Muller	1935
Newton Deschamps Cavalcanti	1935
Mário Correia da Costa	1935 – 1937
Manuel Ari da Silva Pires	1937
Júlio Strubing Muller	1937 – 1945
Olegário Moreira de Barros	1945 – 1946
José Marcelo Moreira	1946 – 1947
Arnaldo Estevão de Figueiredo	1947 – 1950
Jary Gomes	1950 – 1951
Fernando Corrêa da Costa	1951 – 1956
João Ponce de Arruda	1956 – 1961
Fernando Corrêa da Costa	1961 – 1966

FONTE: CAVALCANTE, Else. História de Mato Grosso. 2013. Quadro elaborado pela autora.

³¹ Não serão analisados todos os governadores devido ao quantitativo. Esse quadro serve apenas para mostrar o número de governadores e abordar os mais importantes para a educação

O primeiro Interventor do estado de Mato Grosso foi Antonino Mena Gonçalves (1930) e sua gestão foi conturbada, pois, de acordo com Siqueira (2017), ele enviou policiais às usinas do Rio Abaixo para verificar se existia trabalho escravo, visto que a escravidão já havia sido abolida em 13 de maio de 1888. Assim, os usineiros ficaram contra o seu governo, realizaram protestos junto ao governo federal e ele teve que deixar o comando de Mato Grosso cinco meses após ser nomeado. Isso mostra um dos motivos para os interventores ficarem pouco tempo no poder do estado, ou seja, devido aos atritos com a classe dominante da região naquela época.

O segundo interventor federal de Mato Grosso foi Arthur Antunes Maciel (1931-1932) e seu mandato teve como objetivo conquistar o apoio da população do estado para o governo getulista. Esse respaldo foi importante, uma vez que a classe dominante do Rio Grande do Sul e Minas Gerais romperam com Getúlio Vargas, acusando-o de ditador. Porém, de acordo com Cavalcante (2013), a instabilidade política foi agravada quando ocorreu a Revolução Constitucionalista em 1932.

O terceiro interventor de Mato Grosso foi Leônidas Antero de Matos (1932-1934). Iniciou o comando no período em que ocorreu a Revolução Constitucionalista, em 1932, organizada por um grupo contrário ao governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

A disputa revelava, em Mato Grosso, uma situação contraditória, além das imensas áreas desocupadas e desconhecidas, de difícil controle por parte do estado, aquelas de maior concentração populacional, polarizadas em Cuiabá e Campo Grande, se rivalizavam em sediar o poder público, demonstrando que o território mato-grossense carecia também de ações de integração. (BUZATO, 2017, p. 55).

Os integrantes do grupo da Revolução Constitucionalista estavam situados no estado de São Paulo e seu intento era recuperar o poder político e econômico que fora perdido. Dessa forma, para convencer a população paulista de que o combate era preciso, alegaram que desejavam instituir uma nova Constituição republicana, pois Getúlio governava inconstitucionalmente. Assim, receberam ajuda de tropas do sul de Mato Grosso, que queriam a divisão do estado, e estabeleceram um governo revolucionário em Campo Grande liderado por Vespasiano Martins. Porém, depois de três meses, a revolução foi derrotada e a divisão geográfica do estado frustrada:

Na verdade, as duas porções do estado cresceram separadas. Pode-se dizer que, de certa forma, era um estado com duas histórias: um lado não conhecia o outro. O isolamento do sul em relação à capital não era fictício, tanto é que panfletos divisionistas da década de 30 reclamavam: “*Sabe-se que existe Mato Grosso pelo talão de imposto*”! (BITTAR, 1999, p. 94).

Apesar de não ter alcançado a separação do norte, ainda era desejo dos políticos da região sul essa divisão, já que “[...] sul e norte, desde os tempos coloniais, viveram apartados. O norte mais identificado com a Amazônia; o sul, influenciado por São Paulo e por elementos culturais do Rio Grande do Sul e do Paraguai”. (BITTAR, 1999, p. 94). Um dos motivos dessa diferença foi a extensão territorial, visto que a região norte faz divisa com o estado da Amazônia e o sul com São Paulo, região sul (Paraná) e Paraguai.

Outro fator importante contribuiu para acentuar o isolamento do sul em relação ao centro-norte e o sentimento regionalista. Na primeira década do século XX a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ao ligar o sul do estado a São Paulo, substituiu o caminho das águas pelo caminho dos homens e, nessa arrancada, avultou Campo Grande que, então, passou a desempenhar o papel de centro político do sul. Mas não se tratava exclusivamente de preponderância política: a pujança econômica dessa porção de Mato Grosso fez com que, na década de 40, o presidente Getúlio Vargas declarasse Campo Grande a “*capital econômica*” do estado. Estavam criadas as condições históricas para que ela desempenhasse também um outro papel: a de protagonista da rivalidade com Cuiabá. (BITTAR, 1999, p. 98).

Com o crescimento econômico do sul do estado em relação ao norte, aumentou a vontade dos políticos sulistas para que ocorresse essa separação fortalecendo-se a rivalidade entre Cuiabá e Campo Grande, principalmente quando o então presidente Getúlio Vargas declarou Campo Grande como a capital econômica de Mato Grosso.

Nesse período, basicamente, a produção do estado se voltava para: a indústria extrativa de babassú-amêndoas, borracha, castanha, caucho, cumarú, ipecacuanha, madeiras, mate, óleo de capaíba e tanino; a agricultura, por meio do cultivo de abacaxi, arroz, banana, batata, café, cana de açúcar, feijão, fumo, laranja, mandioca e milho; e, a pecuária, a criação de gado maior (bovinos, equinos, asinos e muare) e do gado menor (suínos, ovinos e caprinos) (BRASIL, Anuário, 1936 apud BUZATO, 2017, p. 62).

O estado centrava a sua produção econômica na agropecuária, porém não era desenvolvido como outras regiões do Brasil. Sendo assim, as cidades mais prósperas eram apenas Cuiabá e Campo Grande.

No governo de Mario Corrêa da Costa (1935-1937), foi promulgada a Constituição de Mato Grosso em 25 de dezembro de 1935, no entanto nela nada constava em relação ao ensino secundário, estando a preocupação do estado voltada à oferta do ensino primário, como salienta a citação a seguir:

3º - O ensino primário ministrado pelo Estado, extensivo aos adultos, é obrigatório e gratuito. Aos alunos pobres, o material escolar será fornecido gratuitamente.
4º - Os estabelecimentos particulares de educação primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos serão isentos de qualquer tributação. (MATO GROSSO, 1935).

Nesse período, observa-se que o foco recaía sobre a educação primária, sendo fortalecida de forma gratuita à população; além disso as instituições privadas de ensino

primário também eram isentas de qualquer tributação. A Constituição do Estado de Mato Grosso, em 1935, instituiu que: “[...] o Estado amparará, moral e materialmente, as iniciativas e instituições que visem combater o analfabetismo” (MATO GROSSO, 1935). A intenção do estado era alfabetizar a população como indicado na Constituição.

Em 1.932, todas as Escolas Primárias de ensino fundamental comum, públicas e particulares de Mato Grosso, eram apenas 238, com a matrícula geral de 16.407 alunos. Em 1.941, o número desses estabelecimentos havia crescido para 336, e o de alunos para 28.223. O acréscimo de número de escolas se deu em 41 %, e o de alunos mais de 70 %. Deve-se observar ainda que o ensino municipal, quase inexistente, em 1.932, pois contava, então, com oito escolas apenas, apresentava, no último ano referido, 64 estabelecimentos, com aumento relativo de 700%. (MATO GROSSO, 1942).

O Regulamento da Instrução Pública de Mato Grosso de 1942 apresentou o levantamento geral das condições da educação do estado. Entre 1932 a 1941, houve um aumento de 41% do número de instituições primárias e de 70% de alunos. Enfatiza-se que, em 1941, também foram registrados 64 estabelecimentos, sendo que, em 1932, o número de escolas era de 8. No que diz respeito ao ensino secundário, convém salientar que, na maioria dos municípios, não havia essa etapa da educação.

De acordo com Siqueira (2017), o governo de Mario Corrêa (1935-1937) enfrentou uma séria oposição no âmbito estadual, o que fez com que ele deixasse o comando do estado, pois nesse período havia uma situação precária em relação à infraestrutura, como expõe Buzato, 2017:

A precariedade da infraestrutura do estado também era um fator crítico para sua modernização. Em relação à pavimentação urbana, das 854 ruas existentes nos 26 municípios (1937), 49 eram pavimentadas com paralelepípedos, 24 com concreto, 4 ruas com macadame simples, 13 com asfalto betuminoso, 75 de saibro, 6 sem especificação e 685 não pavimentadas. Esses dados apontam que 80,21% das ruas eram de chão batido, sem nenhum investimento em prol de melhorias (BRASIL, Recenseamento, 1940). A insuficiente produção de energia elétrica era um fator complicador à realidade das cidades matogrossenses, principalmente aquelas localizadas na porção Centro-Norte do estado, incluindo sua capital Cuiabá. Essa situação desestimulava a atração de contingentes populacionais para o Mato Grosso. A escassez de energia refletia em limitados investimentos às cidades e confinava a vida dos cidadãos urbanos à reguladas horas de fornecimento de luz. Os dados estatísticos indicam que, em 1937, somente 17 municípios tinham iluminação pública à base de eletricidade e querosene e, 12 municípios tinham iluminação domiciliar, sendo que em 337 ruas havia 4.596 ligações (BRASIL, Recenseamento, 1940). Em relação ao saneamento básico, somente 5 municípios tinham água potável, atendendo 4.412 prédios; 8 municípios tinham rede de esgoto pluvial; e 21 municípios tinham serviço de limpeza pública, no entanto, somente 7 municípios faziam a coleta domiciliar de lixo. A população se encontrava abandonada pelo poder público. As condições do atendimento a saúde e educação no início dos anos de 1930 configuravam um quadro desalentador. Morria-se de lepra, tifo, tuberculose e frequentemente a população se vitimizava pelos surtos de desintéria colibacilar, devido à contaminação das águas, situação que se agravava nas cidades banhadas por rios, como o caso da capital do estado, devido às cheias sazonais do rio Cuiabá,

que colocava a população ribeirinha em situação de risco à saúde (MATO GROSSO. Relatório dos Governadores. 1936). Em 1937, a situação continuava desoladora, pois 18 municípios não tinham qualquer instituição de assistência médico sanitária, apenas 6 tinham assistência com internação, 2 com e sem internação e uma sem internação de paciente. (BUZATO, 2017, p. 62-63).

Nesse momento histórico, a infraestrutura era precária para atender as demandas sociais da população do estado e, além disso, havia escassez de energia elétrica, apenas cinco municípios tinham água potável e ainda existiam dezoito municípios sem hospitais. Devido à situação deficiente do estado em termos materiais e à oposição contra seu governo, o afastamento de Mario Corrêa aconteceu no meio de conflitos que geraram inclusive violência física. Por tal motivo, o governo federal nomeou como interventor Manoel Ari da Silva Pires (1937) para acalmar os ânimos políticos e, em 1937, a Assembleia Legislativa escolheu Júlio Muller para ser o governador, o qual se manteve no poder durante o período do Estado Novo.

Quando se instalou no país a chamada Era Vargas, iniciada no ano de 1930, diversas alterações ocorreram na paisagem urbana das cidades brasileiras, especialmente a partir de 1937, quando se instaurou o período conhecido como Estado Novo. Júlio Strubing Muller, interventor de Mato Grosso, realizou as mais significativas obras arquitetônicas do período. Uma Grande artéria urbana foi aberta sob forma de avenida que tomou o nome de Getúlio Vargas. (SIQUEIRA, 2017, p. 188).

Júlio Muller governou o estado de Mato Grosso no período de 1937-1945. Durante seu governo ocorreu a construção de muitas obras, dentre elas: o Cine Teatro de Cuiabá (1942), o Clube Feminino (1940), o Palácio Arquiepiscopal (1939 a 1941), destinado à residência dos governadores, e uma estação de tratamento de água (1942).

Em relação à educação, ocorreu a expansão do ensino primário:

Em 1941, no governo interventorial de Júlio Strubing Muller (1937-1945), foi aprovado o Decreto 53, que estabeleceu a criação de 100 escolas rurais com dezenove escolas denominadas Getúlio Vargas, que se encontravam nos municípios de Campo Grande, Três Lagoas, Cáceres, Porto Murtinho, Poconé, Ponta Porã, entre outros. (ROCHA, 2019, p. 56).

A prioridade do governo estadual era desenvolver o ensino primário com a criação de cem instituições em áreas rurais, visto que, de acordo com Joffily (1998), a população rural no ano de 1940 era de 303.000 habitantes e a população urbana de 129.000 habitantes. Portanto, dado ao número da população rural, fazia-se necessária a criação de escolas nessas regiões.

Alves (1988) explica que, em 1941, existiam em Mato Grosso 450.295 habitantes, dos quais 228.741 encontravam-se em idade escolar, porém apenas 13,2% estavam

matriculados no ensino primário. Por isso, tornava-se necessário que ocorresse um aumento de instituições, principalmente na zona rural, onde havia maior dificuldade de acesso à educação.

Para a expansão da economia da região Centro-Oeste, na década de 1930, foi desenvolvido o Projeto Marcha Para Oeste³². Segundo Cavalcante (2013), esse projeto estimulou a abertura de colônias agrícolas ligadas ao Ministério da Agricultura, as quais eram formadas por pequenas e médias propriedades que deveriam cultivar produtos de largo consumo.

Realizar o desenvolvimento econômico de Mato Grosso era uma meta, para Vargas, a ser alcançada a curto prazo, e isso se daria a partir dos investimentos na agricultura e em condições de infraestrutura para colonização e interiorização da região, um vez que o Brasil Novo necessitava resgatar suas raízes no interior, reatando a campanha dos primeiros construtores da nacionalidade – os bandeirantes. (DOURADO, 2007, p. 36).

Porém, para conseguir realizar o desenvolvimento econômico, era necessário aumentar o número de habitantes nas regiões pouco habitadas, bem como construir estradas e investir no oferecimento de transporte e saneamento básico à população.

Em 1942, Getúlio Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã, formado pelas cidades de Dourados, Maracaju, Bela Vista, Ponta Porã, Nioaque, Miranda, Bonito e Porto Murtinho, porém foi dissolvido em 1946. De acordo com Ponciano (2007), essa medida colocou a grande região sob a proteção direta do governo federal, o que representava parte do processo de ocupação dos espaços vazios, facilitando a ação em relação a qualquer problema que viesse prejudicar sua política de desenvolvimento do território.

Em 1945 chegou ao fim o período denominado de Era Vargas, como foi explicitado no capítulo anterior.

Embora a economia de Mato Grosso continuasse a ser essencialmente agrária, a estrutura política do estado foi fortemente influenciada pela conjuntura nacional que marcou o país após 1945. Neste período, Cuiabá como capital do estado congregava todo o funcionalismo público estadual e atraía migrantes das áreas rurais. Estes fatores acabaram contribuindo com o crescimento urbano da capital. No entanto, apesar das mudanças, observava-se ainda a manutenção de formas arcaicas políticas. Logo, a estrutura política estadual era caracterizada pela coexistência do coronelismo e clientelismo, como também pela ascensão urbana na composição dos grupos dirigentes e em maior participação do Sul no poder. Percebe-se que mesmo com as alterações ocorridas com o fim do Estado Novo, em Mato Grosso as oligarquias tradicionais continuavam a ocupar os espaços políticos e através do clientelismo, os caciques políticos regionais continuavam a ser a base dos

³² De acordo com Cavalcante (2013), ao final do ano de 1937, Vargas anunciou à nação o projeto de colonização e interiorização do país denominado Marcha para o Oeste. Para o Presidente, a ocupação da região Amazônica e do oeste brasileiro era uma necessidade urgente e necessária.

partidos políticos durante a vigência da República Populista. (CAVALCANTE, 2013, p. 108).

Apesar da implantação do voto secreto, ainda existia a política de clientelismo, caracterizada pela troca de voto por favores, isto é, por dinheiro e/ou emprego. A economia do estado baseava-se na pecuária e na produção de erva-mate laranjeira, sendo controlada pelos “coronéis”, os quais abusavam de seus poderes econômicos e manipulavam a política ao ponto de subjugar a classe trabalhadora, fazendo com que os empregados de suas fazendas votassem nos candidatos que eles indicavam.

Com o fim do Estado Novo, no Brasil existiam três partidos, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 15 - Partidos Políticos 1945

Sigla	Nome do Partido
PSD	Partido Social Democrata, que contava com o apoio incontestado de Getúlio Vargas.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro, fundado por Getúlio Vargas e que se atribuía o direito de representar os anseios dos trabalhadores.
UDN	União Democrática Nacional, partido opositor ferrenho a Getúlio Vargas.

Fonte: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (2017).

Em Mato Grosso também havia os três partidos, porém só a UDN e o PSD se mantiveram no poder. Conforme Siqueira (2017), o PSD tinha no poder a família Muller, que descendia dos Corrêa da Costa, e seu maior representante foi Filinto Muller, que reuniu partidários ligados à facção urbana liberal e às atividades burocráticas. A UDN era representada através das camadas médias urbana e de duas oligarquias: a do Sul, pelos pecuaristas, e a do Norte, pelos usineiros e comerciantes.

Em 1947, no governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947 – 1950), foi promulgada a Constituição de Mato Grosso. Além disso, foi aberto o processo para a colonização do território estadual, provocando um aumento de migrantes, que compraram terras com preços acessíveis. De acordo com Siqueira (2017), a colonização agilizou a estruturação e o funcionamento de muitas colônias agrícolas. Conforme a autora, como Cuiabá não havia sido beneficiada pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Figueiredo projetou estender os trilhos de Campo Grande até Cuiabá, projeto que não foi concretizado.

A promulgação da Constituição estadual contou com a participação de vários deputados, os quais estão explicitados no quadro a seguir:

Quadro 16 - Deputados que elaboraram a Constituição Estadual de Mato Grosso de 1947

Partido	Deputados
PSD	Virgílio Alves Corrêa Neto; Gervásio Leite; Waldir dos Santos Pereira; Clóvis Hugueney; Salviano Mendes Fontoura; Licínio Monteiro da Silva; Antônio Ribeiro de Arruda; Audelino Francisco da Costa Sobrinho; Guilherme Vitorino; Jary Gomes; José Gonçalves de Oliveira; José Henrique Hanstereiter; Luis-Philippe Pereira Leite; Oatomo Canavarros; Penn de Moraes Gomes; Richid J. Mamed.
UDN	Adjalmo Saldanha; André Melchiades de Barros; Benedito Vaz Figueiredo; Cacildo Arantes Júnior; Itálvio Coelho; José Manoel Fontanilhas Fragelli; Lenine de Campos Póvoas; Luiz Alexandre de Oliveira; Oclécio Barbosa Martins; Octacilio Faustino da Silva; Sebastião de Oliveira.
PCB	José Gomes Pedroso Rádio Maia
PTB	Lício de Proença Borralho.

Fonte: Nadaf (1993) *apud* Siqueira (2017).

A constituição estadual foi aprovada no dia 14 de julho de 1947, entretanto com discordância dos deputados do partido do PSD, visto que eles queriam que a data fosse 11 de julho, aniversário natalício do Presidente do partido, Filinto Muller.

A referida constituição, no que diz respeito ao ensino secundário, no Artigo 125, estabeleceu que: “– O Estado deverá criar, nas cidades de população superior a dez mil habitantes, estabelecimentos oficiais de ensino secundário” (MATO GROSSO, 1947). A partir dessa Constituição começou a se dar destaque para o ensino secundário, que anteriormente não era mencionado.

No mandato do governador Fernando Corrêa da Costa (1951-1956) foi realizada a reforma da administração pública, pois visava-se à modernização do Estado. Siqueira (2017) salienta que foi construída em seu governo a Usina Hidrelétrica Casca II (1954) e, por ele ser médico, lutou pela criação, junto ao Hospital Geral, de uma escola de Enfermagem em 1953. Corrêa da Costa também incentivou as atividades agrícolas, estimulando a cafeicultura por intermédio do convênio com o Instituto Brasileiro do Café e, além disso, instalou máquinas para beneficiar algodão produzido na zona sul, em Campo Grande, com o objetivo de promover a industrialização.

João Ponce de Arruda foi governador no período de 1956-1961 pela coligação PSD-PTB e em seu governo estimulou a construção de rodovias e ampliou a rede de energia elétrica, aperfeiçoando sua distribuição. Constituiu a empresa de economia mista Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A (CEMAT), que se tornou a concessionária prestadora de serviços elétricos nos seguintes municípios: Corumbá, Campo Grande, Rosário Oeste, Cuiabá, Aquidauana e Ladário.

Fernando Corrêa da Costa (1961-1966) voltou ao governo após vencer as eleições pelo partido UDN e, nesse novo mandato, iniciou a construção da Usina Hidrelétrica de

Casca III, que só foi inaugurada em 1970. De acordo com Siqueira (2017), no setor da educação ele implementou a criação do Curso de Odontologia e Farmácia em Campo Grande (1962). Foi implementada também uma política de financiamento destinada ao desenvolvimento do estado e, segundo Siqueira (2017, p. 204), “Os investimentos no processo de colonização não foram menores, registrando-se um vigoroso processo migratório em direção às terras que hoje fazem parte do estado de Mato Grosso do Sul, especialmente na região de Dourados e São Paulo”.

Com efeito, durante seu governo, Fernando Corrêa da Costa objetivou aumentar a população nos lugares pouco habitados e, além disso, teve como propósito incrementar as construções para melhorar a infraestrutura do estado. Vale ressaltar que, a partir do Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas já havia começado a investir no estado para modernizá-lo e, no decorrer do período analisado, houve expansão econômica, bem como melhoria da infraestrutura e crescimento do número de habitantes.

No que se refere à separação da região Norte do estado, vale salientar que, durante muitos anos, os políticos da região Sul se mobilizaram para que isso acontecesse. Para compreender melhor essa dinâmica, o quadro a seguir mostra os acontecimentos que culminaram na realização dessa divisão.

Quadro 17 - Cronologia do Processo Histórico de Divisão

Período	Momento Histórico
Final do Século XIX	Movimento divisionista encabeçado por Barros Cassal e João Caetano Muzzi, que fundaram o partido Autonomista, simbolizado pelas cores azul e branco.
1901	Nova movimentação divisionista liderada por João Ferreira Mascarenhas – Jango Mascarenhas.
1932	Mato-grossenses do Sul aderiram à Revolução Constitucionalista de 1932, liderada por São Paulo e, na movimentação, externaram o desejo de separação. Nessa ocasião, o General Bertoldo Klinger nomeou o Dr. Vespasiano Barbosa Martins como governador da parte Sul.
1934	Vespasiano Barbosa Martins liderou um novo movimento divisionista, apresentando ao Congresso Nacional o manifesto “Pela Divisão de Mato Grosso”.
1937	Nova tentativa divisionista, quando se discutiam os limites de Mato Grosso e Goiás.
1947	Tentativa de se introduzir, no texto da Constituição do Estado de Mato Grosso, um dispositivo que possibilitava a mudança da capital de Cuiabá para outra cidade.
Década de 1950	Apresentação de vários manifestos à Câmara dos Deputados de cunho divisionista.
1959	Intensificação da campanha divisionista por ocasião da posse na Presidência da República de Jânio Quadros, nascido no sul de Mato Grosso.
1963	Circulação do “Manifesto Pró-divisão do Estado de Mato Grosso”, assinado por personalidades tanto do Sul como do Norte de Mato Grosso.
1975	Renasceram as ideias divisionistas por ocasião da discussão dos limites de Mato Grosso e Goiás.
1977	11 de outubro: criou-se o estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: SIQUEIRA, Elisabeth Madureira (2017).

Durante a Ditadura Civil-Militar³³ (1964-1985), o grupo denominado sulista, que queria a separação do estado, ficou com dificuldades para lutar pela divisão. Apenas na década de 1970 houve espaço para reivindicá-la:

Mato Grosso, que era o segundo maior estado do Brasil, foi desmembrado na década de 1970 com a criação do estado de Mato Grosso do Sul. Após a divisão, o Pará tomou a posição de segundo maior estado, mas, mesmo após ter perdido mais de 350 mil quilômetros quadrados, Mato Grosso ainda ocupa a terceira posição. O principal argumento utilizado para a divisão do estado foi a dificuldade em desenvolver a região diante da grande extensão e diversidade. A assinatura do decreto que estabeleceu a divisão aconteceu em 11 de outubro de 1977. No entanto, a criação do novo Estado ocorreu, efetivamente, em 1º de janeiro de 1979. Foi o presidente Ernesto Geisel quem decidiu pela divisão e assinou a Lei Complementar número 31. (MATO GROSSO, 2011).

³³ “Os direitos trabalhistas e sociais sofreram retrocessos com a implantação da ditadura civil-militar no Brasil em 1964. O golpe de 1º de abril, apoiado pelo imperialismo norte-americano, pelos setores conservadores da alta hierarquia da Igreja Católica, pela burguesia internacional e nacional (industrial e financeira, os grandes proprietários de terras), conteve o avanço das forças populares que vinham num crescente nível de organização e mobilização em torno das lutas pelas reformas de base. O golpe civil-militar foi a resistência capitalista às possibilidades de reformas e avanços sociais”. (LARA; SILVA, 2015, p. 03).

Portanto, no ano de 1977, pela Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro, o estado de Mato Grosso foi dividido e, dessa forma, passou a existir um novo estado no país denominado Mato Grosso do Sul, cuja capital é a cidade de Campo Grande.

Com a divisão, Mato Grosso, que antes possuía 94 municípios, ficou com 38 municípios, como retrata o quadro a seguir:

Quadro 18 - Nome dos 38 municípios pertencentes a Mato Grosso após a divisão em 11 de outubro de 1977

Mato Grosso após a divisão em 11 de outubro de 1977	
01- Acorizal	20- Luciara
02- Alto Araguaia	21- Mirassol d'Oeste
03- Alto Garças	22- Nobres
04- Alto Paraguai	23- Nortelândia
05- Araguaiana	24- N. Sr ^a do Livramento
06- Arenópolis	25- Pedra Preta
07- Aripuanã	26- Poconé
08- Barão de Melgaço	27- Ponte Branca
09- Barra do Bugres	28- Porto dos Gaúchos
10- Barra das Garças	29- Poxoréu
11- Cáceres	30- Rondonópolis
12- Chapada dos Guimarães	31- Rosário Oeste
13- Cuiabá	32- São Félix de Araguaia
14- Diamantino	33- Santo Antônio de Leverger
15- Dom Aquino	34- Tangará da Serra
16- General Carneiro	35- Tesouro
17- Guiratinga	36- Torixoréu
18- Itiquira	37- Várzea Grande
19- Jaciara	38- Vila Bela da SS. Trindade

Fonte: SIQUEIRA, Elisabeth Madureira (2017).

Apesar de o número de municípios de Mato Grosso ser menor que o de Mato Grosso do Sul, com a divisão Mato Grosso ficou com maior superfície territorial, ou seja, com 901.420 quilômetros quadrados.

O quadro a seguir destaca os municípios de Mato Grosso do Sul após a divisão do Estado.

Quadro 19 - Nome dos 56 municípios pertencentes a Mato Grosso do Sul após a divisão em 11 de outubro de 1977

Mato Grosso do Sul após a divisão em 11 de outubro de 1977	
1- Água Clara	29- Guia Lopes da Laguna
2- Amambai	30-Iguatemi
3- Anastácio	31- Inocência
4- Anaurilândia	32- Itaporã
5- Angélica	33- Ivinhema
6- Antônio João	34- Jaraguari
7- Aparecida do Taboado	35- Jardim
8- Aquidauana	36- Jateí
9- Aral Moreira	37-Ladário
10- Bandeirantes	38- Maracaju
11- Bataguçu	39- Miranda
12- Bataiporã	40- Mundo Novo
13- Bela Vista	41- Naviraí
14- Bonito	42- Nioaque
15-Brasilândia	43- Nova Andradina
16- Caarapó	44- Paranaíba
17-Camapuã	45- Pedro Gomes
18- Campo Grande	46- Ponta Porã
19-Caracol	47- Porto Murtinho
20Cassilândia	48- Ribas do Rio Pardo
21- Corguinho	49- Rio Brilhante
22- Corumbá	50- Rio Negro
23-Coxim	51- Rio Verde do Mato Grosso
24-Deodápolis	52- Rochedo
25- Dourados	53- Sidrolândia
26-Eldorado	54- Terenos
27- Fátima do Sul	55- Três Lagoas
28- Glória de Dourados	56- Vicentina

Fonte: SIQUEIRA, Elisabeth Madureira (2017).

Conforme expresso no quadro, Mato Grosso do Sul ficou com 56 municípios, dentre eles Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas, contando com um território de 330.129 quilômetros quadrados. E, assim, o Sul conseguiu a tão aguardada separação do Norte.

3.2 Mato Grosso: Dados do Financiamento Público do Ensino Secundário

Para compreender como ocorreu o financiamento do ensino secundário, torna-se necessário abordar a história do ensino secundário no estado. O tópico está dividido em dois momentos: o primeiro intitulado “Histórico do ensino secundário no Mato Grosso”, em que será apresentado o levantamento histórico do ensino secundário; e o segundo tem como título “Ensino Secundário e Financiamento Público em Mato Grosso (1930-1961)”.

3.2.1 Histórico do ensino secundário em Mato Grosso

A história do Ensino Secundário em Mato Grosso começa no período do Brasil Imperial. O primeiro colégio público, o Liceu Cuiabano, criado em 1880 em Cuiabá, por muitos anos foi a única instituição do estado, que naquele período era denominado de Província.

A Lei n. 536, que criou o Liceu, foi promulgada no dia 3 de dezembro de 1879. O objetivo da instituição era habilitar professores para o magistério público primário, bem como formar os aspirantes às matrículas na Educação Superior. Segundo o documento:

Artigo 1º - Fica criado nesta Capital um Liceu de Línguas e ciências, com o fim não só de habilitar professores para o magistério público primário, como os aspirantes às matrículas dos cursos superiores do Império. [...].

Art. 3º - O complexo das referidas disciplinas formará dois cursos diversos e distintos: um denominará – Curso Normal – para habilitação de Professores. [...]. O outro – Curso de preparatórios para exames de habilitação às matrículas dos estudos superiores [...].

Art. 4º Os vencimentos dos professores do Liceu serão de 1: 200\$ de ordenado e 400\$ rs. De gratificação. (MATO GROSSO, 1879).

O Liceu se dividia em dois cursos: o Curso Normal, voltado à habilitação de professores, e o Curso de preparatórios para exames, destinado àqueles estudantes que tinham o interesse de cursar estudos superiores. A própria Lei abordava a questão da remuneração dos professores, pois os educadores tinham que se manter e era necessário contar com uma força de trabalho assalariada que atuasse de forma profissional na educação.

No dia 4 de março de 1880, foi promulgado o Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província de Mato Grosso, abordando a divisão da instrução em primária e secundária e dando outros encaminhamentos:

Artigo 2º - O ensino dividir-se-á em público, particular e doméstico.

§ 1º - O ensino público é o que se ministra a expensas do cofre providencial.

§ 2º - O ensino particular é o que se dá em estabelecimentos particulares, à custa dos pais dos alunos ou de educadores.

§ 3º - Por ensino doméstico, entende-se o que se distribui no lar doméstico, pelos chefes das famílias a seus filhos, por professores por eles estipendiados, ou por pessoas que espontaneamente o fazem por vocação. (MATO GROSSO, 1880).

Importante frisar que o ensino em Mato Grosso era dividido em público, particular e doméstico, sendo o ensino público e o doméstico livre³⁴ a qualquer um, porém estando sujeito à fiscalização da Diretoria de Instrução. Em relação ao Ensino Secundário, o

³⁴ O doméstico livre também era uma forma de ensino privado, pois os pais cuidavam dos estudos de seus filhos em ambiente domiciliar, escolhendo os professores que dariam as aulas.

Regulamento indicava que seria ministrado no Liceu Cuiabano e, além disso, ficavam proibidos os estabelecimentos mistos, ou seja, ou eram colégios masculinos ou femininos.

Durante a Primeira República, foi promulgado o Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso pelo Decreto n. 10, de 7 de novembro de 1891, que regulamentava o ensino secundário leigo e dava outras providências:

Artigo 91º – O ensino secundário também será leigo e ministrado no Liceu Cuiabano.

Artigo 92º – O Liceu Cuiabano tem por fim ministrar o ensino das matérias exigidas para a matrícula dos aspirantes aos cursos superiores da República.

§ Único – Haverá um Curso Normal, anexo ao de Preparatórios, destinado à habilitação daqueles que se propuserem à carreira do magistério público primário.

Artigo 93º – Funcionará o Liceu sob a imediata regência do Diretor Geral da Instrução Pública. [...]

Artigo 98º – A matrícula nas aulas do Liceu será facultada a alunos de ambos os sexos, maiores de 10 anos de idade, e será feita por termo lavrado em livro especial pelo Secretário da Instrução Pública, declarando-se nele a idade, filiação e naturalidade do matriculando, que deverá provar o pagamento da taxa em cada disciplina, ser vacinado, não sofrer moléstia contagiosa e estar habilitado nas matérias do ensino primário. (MATO GROSSO, 1891).

Nesse momento histórico, o Liceu Cuiabano poderia aceitar alunos de ambos os sexos, enfatizando-se que era necessário o pagamento de uma taxa para cada disciplina, mesmo se tratando de um estabelecimento público.

O Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, instituído por meio do Decreto n. 68, de 20 de junho de 1896, pelo governador Antônio Corrêa da Costa (1895 - 1898), explanava sobre o ensino secundário e sobre a responsabilidade de ser ministrado pelo Liceu Cuiabano, apontando outros encaminhamentos:

Artigo 53º - O ensino secundário continua a ser ministrado no Liceu Cuiabano, que tem por fim preparar a mocidade com a cultura intelectual indispensável para o regular desempenho de qualquer profissão, considerado como tal o exercício de empregos públicos, seja no magistério oficial, ou nas repartições administrativas do Estado. (MATO GROSSO, 1896).

Verifica-se que a finalidade do Liceu era preparar os alunos com a cultura intelectual necessária para que eles exercessem qualquer profissão, visto que o objetivo era formar os cidadãos que desempenhariam papel importante na política e na economia do estado, bem como nas repartições públicas estaduais. Entretanto, percebe-se a preocupação com essa formação por intermédio de instituições públicas, como salienta o regulamento no seu primeiro artigo. “1º. Este, ironicamente, pretendia, ainda, oferecer a instrução, primária e secundária financiada pelos cofres públicos [...]”. (ROCHA, 2010, p. 51), porém, em relação ao ensino secundário, isso não chegou a se materializar.

O Liceu Cuiabano conseguiu a equiparação ao Colégio Pedro II pela primeira vez no ano de 1905. Além disso, enfatiza-se que o aumento da matrícula ocorreu em 1916, quando foram efetivadas 161 matrículas, em comparação ao ano de 1915, em que se efetuaram apenas 97: “[...] um aumento de pouco mais de 60% dos alunos, praticamente se mantém estável em 1917 (160), mas há uma queda de quase 37% de estudantes de 1917 para 1918 (101) e continuou caindo, chegando, em relação a 1918, a aproximadamente 19% no ano de 1919 (80)”. (MATO GROSSO, 1919 *apud* ROCHA, 2010, p. 52). Um dos principais motivos das diferenças de matrículas entre os referidos anos foi devido à equiparação³⁵, pois, quando a instituição perdia o privilégio, diminuía as matrículas.

Durante o governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908-1911), em 1910, foi promulgado o Decreto n. 265, de 22 de outubro, que instituiu o Regulamento da Instrução Primária do Estado de Mato Grosso. Sobre as instituições privadas, em seu artigo 65, o documento explanava: “É inteiramente livre aos particulares e associações o exercício do ensino em qualquer de seus graus, primário, secundário ou superior”. (MATO GROSSO, 1910). Assim sendo, as instituições privadas não poderiam inaugurar estabelecimentos sem comunicarem primeiro à Diretoria Geral de Instrução Pública. Entretanto, as fiscalizações nas instituições particulares eram realizadas semestralmente.

Em 1918, como evidencia a tabela a seguir, o ensino secundário contava com as seguintes matrículas:

Tabela 27 - Matrículas de Ensino Secundário em 1918

Instituições	Feminino	Masculino
Particulares	-	81
Liceu Cuiabano	-	101
Escola Normal	79	2

Fonte: CORRÊA FILHO, s/d, p. 187.

Ao todo, o número de matrículas no ensino secundário era de 263, sendo em sua maior parte constituída pelo sexo masculino, com 183 alunos matriculados, uma vez que o público feminino frequentava a Escola Normal. O Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927, em relação ao ensino secundário, apenas determinou a divisão da educação escolar em duas etapas: primário e secundário.

³⁵ A equiparação era importante pois o Liceu Cuiabano se mostrava uma instituição igual ao Colégio Dom Pedro II, o principal colégio de ensino secundário do país, quando perdia a equiparação que acontecia por meio de verificação das condições dos estabelecimentos, perdia também alunos que iam para outras instituições, podendo ir para outros estados.

A expansão do ensino secundário no estado ocorreu a partir do Era Vargas (1930-1945) e os debates sobre os recursos públicos para colégios privados começaram nesse período. Assim sendo, o próximo subtópico abordará o financiamento do ensino secundário no período de 1930 a 1961.

3.2.2 – Ensino Secundário e Financiamento Público em Mato Grosso (1930-1961)

Durante o período da Era Vargas (1930-1945), a Igreja Católica tornou-se importante apoiador político, visto que mobilizava enormes contingentes de católicos em todo o país.

O possível apoio da Igreja foi entendido por Vargas. Ser-lhe-ia preciosa vantagem, bem como às forças representada por ele. Em troca do apoio, o quase reconhecimento oficial da Igreja pelo Estado. E foi o que aconteceu. Mas para que a “barganha” se completasse, um longo caminho teria que ser percorrido. Até a Constituição de 1934, a Igreja teria que mobilizar toda a sua organização em prol de seus objetivos, contra-atacando setores da sociedade impregnados de espírito leigo e secular, sem resistência da parte do Estado. (CURY, 1988, p. 17).

Enfatiza-se que, apesar de o governo estar a favor da Igreja Católica, precisava que a Igreja se mobilizasse, pois, existiam adversários políticos como os escolanovistas, por exemplo, que eram defensores das escolas públicas e laicas e travavam embates sobre esse tema, envolvendo o governo e a Igreja.

Mas nem o Estado e nem a igreja “abrem inteiramente suas guardas”. Ao Estado, a Igreja interessa como aliada na coesão do pacto e na luta anticomunista. À Igreja desejando o poder ainda que indiretamente, não interessa um Estado Absoluto (que poderia alijá-la do poder). Por isso a defesa da Constituinte foi reforçada desde cedo. Era o grande instrumento pelo qual lideranças poderiam efetivar suas reivindicações para dali alçar objetivos mais ambiciosos. Liga-se abertamente a todos os partidos e grupos, recusa-se à criação de um Partido Católico, coloca aliados em todos os setores, mobiliza uma grande quantidade de organizações eclesiais ou leigas em todo país, tudo isso em prol de seus objetivos expressos nas “reivindicações católicas”. (CURY, 1988, p. 17).

A Igreja não buscou criar um partido político, porém conseguiu introduzir aliados que defendiam suas causas e ideias em todos os partidos, sendo essa uma estratégia importante para deter o poder político no país e, dessa forma, assegurou reivindicações e pautas clericais na Constituição de 1934 em prol de seus objetivos.

O ano de 1934 traz a Constituição. Nela a Igreja é quase que oficialmente reconhecida. A partir daí, a Igreja preencherá funções cabíveis ao Estado, dar-lhe-á apoio especialmente no setor trabalhista através dos “Círculos Operários”, e em troca o Estado a apoia, sempre que possível, dentro do jogo de compromissos que caracterizou o regime. (CURY, 1988, p. 18).

Dessa forma, a Igreja conseguiu que seus interesses fossem atendidos, dando ênfase ao ensino religioso nas instituições públicas. Além disso, ocorreu um crescente aumento de instituições secundárias, como veremos em breve, em especial escolas confessionais.

A tabela a seguir registra a situação do ensino secundário no ano de 1933, durante o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Tabela 28 - Ensino Secundário em Mato Grosso no ano de 1933

Curso	Unidades Escolares	Matrículas Efetivas	Frequência	Conclusão de Curso
Ensino Secundário	7	807	785	85

Fonte: CORRÊA FILHO, s/a, p. 191.

Conforme a tabela, em 1933 existiam no estado de Mato Grosso 7 escolas. Apesar de as matrículas efetivas serem de 807 alunos, a frequência era de 785, ou seja, 22 alunos matriculados não frequentavam as aulas e apenas 10,5% deles com matrícula efetiva conseguiram concluir o ensino secundário, demonstrando que o ensino secundário não era para todos.

No sistema capitalista de produção, a educação apresenta uma contradição fundamental uma vez que, se por um lado tem por objetivo elevar o nível das massas de forma a atender às exigências da produção, que se transforma continuamente, por outro, pretende impedir a transformação das consciências. (BARBOSA, 1992, p. 121).

O ensino secundário não era necessário para educar os filhos dos trabalhadores rurais, porque Mato Grosso era um estado que tinha uma economia predominantemente agropecuária. Essa etapa destinava-se à formação dos filhos das frações dirigentes, possibilitando a perpetuação de sua dominação política econômica e social.

Durante os governos dos interventores Fenelon Müller (1935) e Julio Strübing Müller (1937-:1945), de acordo com Brito (2001), ocorreu um conjunto de reformulações na escola secundária de Mato Grosso que atendiam as reformas instaladas em nível nacional:

Inicialmente, quando o regulamento do Liceu Cuiabano foi modificado pelo Decreto nº 441, de 14 de maio de 1935, durante o governo do Interventor Fenelon Müller, que adotava para aquele estabelecimento as ordenações legais da Reforma Francisco Campos. Este primeiro decreto foi complementado pelo de número 133, de 21 de janeiro de 1938, já na gestão do Interventor Julio Strübing Müller, estendendo as diretrizes antes adotadas às novas escolas secundárias sob a direção do governo estadual. (BRITO, 2001, p. 76).

As legislações de Mato Grosso visavam estar de acordo com as normas educacionais que orientavam o ensino secundário do país. Naquele período, se encontrava

em vigência a Reforma de Francisco Campos 1931, que determinou a frequência obrigatória, o ensino secundário dividido em dois ciclos e também equiparava as instituições secundárias dos estados e as privadas ao Colégio Pedro II, o que aconteceria tendo por base a Inspeção Federal. Porém, em Mato Grosso, a única instituição que estava sob inspeção federal constante era o Liceu Cuiabano e, por isso, as escolas particulares e públicas eram regulamentadas pela inspeção prévia.

Em relação ao financiamento³⁶ das instituições com recursos públicos oriundos da União, a próxima tabela apresenta os dados relativos ao estado de Mato Grosso.

Tabela 29 - Recurso da União destinado aos Colégios Privados de Ensino Secundário em MT

Colégios de Ensino Secundário	Recursos Financeiro
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Araguaia	10:000\$0
Colégio Santa Tereza de Corumbá	20:000\$0
Colégio Imaculada Conceição de São Luiz de Cáceres	10:000\$0

Fonte: Ministério da Fazenda. Contas da Gestão Financeira de 1937. Relatório da Contadoria Central da República. Tabela elaborada pela autora.

Visto que “[...] a educação não correspondia às exigências da sociedade como um todo - enquanto as instituições mantidas pela Igreja Católica sobressaíam-se no atendimento”. (BARBOSA, 1992, p, 133), a maioria das instituições privadas que recebiam financiamento eram confessionais. Além disso, os recursos eram de montantes diferentes para cada escola. O motivo que explica a questão do financiamento diferenciado não foi encontrado nos documentos consultados, mas um dos motivos pode ser a de que a distribuição dos recursos estivesse relacionada ao número de alunos matriculados ou à importância e às condições econômicas da cidade na qual se encontrava a instituição escolar. Brito (2001) mostra que, no ano de 1937, existiam no estado de Mato Grosso 5 estabelecimentos públicos e 9 privados. Desse modo, o ensino secundário começou a se expandir no estado.

O Regulamento da Instrução Pública Primária, Decreto n. 759, de 1927, apontava a gratuidade apenas para o ensino primário, dessa forma o ensino secundário poderia ser pago pelos alunos. Ou seja, os discentes dependiam de recursos financeiros para continuar e concluir seus cursos. A tabela a seguir registra o valor das taxas que os alunos deveriam pagar para poder frequentar o secundário no Liceu Cuiabano no ano de 1938, de acordo com Brito (2001).

³⁶ Dados relativos aos recursos dos Colégios de Ensino Secundário de Campo Grande estarão no próximo capítulo.

Tabela 30 - Taxas de Curso Complementar do Liceu Cuiabano 1938

Denominação	Valor (mil réis)
Matrícula em cada ano	60\$000
Frequência de aula ou cadeira, por matéria, por mês	10\$000
Inscrição em exame final, por matéria	10\$000
Certificado de exame, por matéria	5\$000

Fonte: MATO GROSSO, [19--?] p. 18 *apud* BRITO, 2001, p. 78.

Segundo o site Células BR (2021), na conversão do valor mil réis (1938) para o real, a matrícula em cada ano equivalia a R\$6.000,00 reais, a frequência de aula ou cadeira, por matéria, por mês, valia R\$1.000,00 reais e o Certificado de exame, por matéria, R\$ 500,00 reais. Porém, em virtude da inflação e de outros fatores, o fato de se converter os valores em reais ainda não fornece uma base exata do valor que se pretende apontar, pois até então não existia um salário mínimo, o qual somente foi implementado em 1940.

A tabela a seguir destaca os produtos consumidos pela classe trabalhadora no ano de 1938 e permite verificar o valor destes e sua incidência na cesta de uma família. Evidentemente, devido às taxas escolares que eram cobradas no Liceu Cuiabano para cursar o ensino secundário, dificilmente os filhos dos trabalhadores conseguiriam pagar o colégio, passando a depender da obtenção de bolsas de estudos para sustentar sua formação escolar.

Tabela 31 - Produtos consumidos pela classe trabalhadora 1938

Produto	Valor em mil réis
Arroz (1 kg)	Cuiabá \$750; Campo Grande 1\$200 e Corumbá 1\$400.
Banha (1 kg)	Cuiabá 5\$000; Campo Grande 5\$000 e Corumbá 4\$500.
Batata Doce (1 kg)³⁷	Campo Grande \$500 e Corumbá \$900.
Batata Inglesa (1 kg)	Cuiabá 1\$800; Campo Grande \$800; Corumbá 1\$200.
Café (1 kg)	Cuiabá, Campo Grande e Corumbá 4\$000.
Carne Seca (1 kg)	Cuiabá 2\$000; Campo Grande 2\$400 e Corumbá 2\$000.
Feijão (1 kg)	Cuiabá 1\$400; Campo Grande 1\$600 e Corumbá 1\$400.
Leite (1 l)	Cuiabá 1\$000; Campo Grande \$700 e Corumbá \$500.
Ovo (1 dúzia)	Cuiabá 2\$000; Campo Grande 1\$800; Corumbá 4\$000.
Pão (1 kg)	Cuiabá, Campo Grande e Corumbá 2\$000.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Anuário Estatístico do Brasil (1939-1940). Tabela elaborada pela autora.

Nota-se que os valores mudavam em cada cidade e, se um trabalhador em Cuiabá comprasse todos esses itens, somaria 20\$950. Esse valor não conseguiria alimentar uma família por uma semana, dependendo do número de pessoas que fizessem parte dela, e equivalia a quase 1/3 do valor da matrícula apenas de um aluno, pois, caso o trabalhador tivesse mais filhos, os montantes aumentavam. Isso comprova que eram altos os custos

³⁷ Não se tem dados de Cuiabá.

para que a classe trabalhadora pudesse usufruir do ensino secundário, tornando essa etapa de ensino voltado para educar a classe dirigente.

Brito (2001, p. 79) explica que, “Além disso, essas taxas também eram cobradas nos cursos secundários fundamentais (Liceus Cuiabano e Campograndense) e Escolas Normais públicas, segundo tabela fixada neste período, no ano de 1936”. Isso mostra que, apesar de ser uma instituição pública e que todos poderiam usufruir dessa etapa de ensino, desde o ponto de vista do acesso, era privado porque o aluno teria que pagar para cursar o ensino secundário. Brito (2002, p.79) esclarece que:

Logo, além das dificuldades já apresentadas ao aluno que concluisse o ensino primário, certamente os custos elevados para sua manutenção em escolas secundárias públicas — fato que se deveria agravar quando consideradas as entidades particulares — não facilitavam nem o ingresso nem a permanência de expressivo contingente populacional nesses estabelecimentos. Tal fato, aliás, era de conhecimento do próprio poder público, uma vez que medidas paliativas tentaram minorar o problema, como o Decreto-Lei nº 254, de 15 de março de 1939, que dispensava das taxas de matrícula e frequência os filhos de operários pobres, nos estabelecimentos de ensino secundário fundamental e complementar, mantidos pelo Estado. Essa medida beneficiava, com certeza, um número reduzido de alunos oriundos dessas famílias, já que a grande maioria não ultrapassava sequer os umbrais da escola primária.

Mesmo que os governos tomassem medidas para diminuir o grave índice de alunos oriundos da classe trabalhadora fora das escolas, elas eram mínimas, pois ainda não havia uma política eficaz que materializasse condições para que os alunos permanecessem na escola e concluíssem essa etapa escolar.

No ano de 1939, foram encontrados no Relatório da Contadoria Central da República, no Balanço Geral de Exercícios, os seguintes dados a respeito dos recursos financeiros da União destinados às escolas privadas de ensino secundário:

Tabela 32 - 1939 - Recursos da União Destinado aos Colégios de Ensino Secundário em MT

Colégios de ensino secundário	Recursos financeiros
Colégio Imaculada Conceição de São Luiz de Cáceres	12:500\$0
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Araguaia	6:000\$0
Colégio Imaculada Conceição de Corumbá	15:000\$0
Colégio Santa Terezinha de Lageado	20:000\$0

Fonte: Ministério da Fazenda. Balanço Geral dos Exercícios de 1939. Relatório da Contadoria Central da República. Tabela elaborada pela autora.

As escolas que recebiam fomento eram confessionais e, além disso, os recursos não eram os mesmos para todas as escolas, como já foi dito anteriormente, sendo esse montante expresso em mil réis, o dinheiro da época. Nesse período, a Igreja Católica exercia uma importante influência no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), pois ela o auxiliou em sua posse, portanto o Presidente retribuiu os favores prestados auxiliando financeiramente os estabelecimentos de ensino católicos. “Os católicos acreditavam que

a cooperação harmônica das três sociedades - a Igreja, a Família e o Estado - cabia a responsabilidade pela educação já que são igualmente necessárias, distintas e unidas por Deus”. (BARBOSA, 1992, p. 142). Portanto, queriam expandir o número de instituições confessionais para que o poder da Igreja Católica se tornasse cada vez maior.

A tabela a seguir mostra os recursos da União destinados aos Colégios de Ensino Secundário em Mato Grosso em 1940.

Tabela 33 - 1940 - Recursos da União Destinado aos Colégios de Ensino Secundário em MT

Colégios de ensino Secundário	Recursos financeiros
Colégio Imaculada Conceição – Cáceres	20:000\$0
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora – Araguaiana	6:000\$0
Colégio Santa Terezinha – Lageado	20:000\$0
Colégio Bom Jesus – Lageado	10:000\$0

Fonte: Ministério da Fazenda. Balanço Geral dos Exercícios de 1940. Relatório da Contadoria Central da República. Tabela elaborada pela autora.

No ano de 1940 foram fomentados pela União recursos para as escolas indicadas na tabela. Nota-se que os colégios confessionais eram privilegiados em virtude da importância da Igreja Católica no governo de Vargas, como foi apontado no primeiro capítulo. Dessa forma:

Essa aliança entre a Igreja e o Estado, sua necessidade e vantagens, é explícita na Encíclica Divini Illius Magistri, de Pio XI, que retoma as palavras do Cardeal Silvio Antoniano: “Quanto mais o governo temporal se coordena com o espiritual e mais o favorece e promove, tanto mais concorre para a conservação do Estado. Pois que, enquanto o superior eclesiástico procura formar um bom cidadão com autoridade e os meios espirituais, segundo o seu fim, procura ao mesmo tempo e por necessária consequência formar um bom cidadão como ele deve ser sob o governo político”. (BUFFA, 1979, p. 101).

Com efeito, a Igreja colocava-se a serviço da classe dominante para perpetuação do capitalismo, e consequentemente, das diferenças econômicas e sociais existentes no país nesse momento histórico.

A tabela a seguir apresenta os Recursos da União destinados aos Colégios de Ensino Secundário em MT, em 1941.

Tabela 34 - 1941 - Recursos da União Destinados aos Colégios de Ensino Secundário em MT

Colégios de ensino secundário	Recursos financeiros
Colégio Imaculada Conceição – de Cáceres	6:000\$0
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora – de Araguaiana	6:000\$0
Colégio Santa Teresinha – de Lageado	15:000\$0

Fonte: Ministério da Fazenda. Balanço Geral dos Exercícios de 1941. Relatório da Contadoria Central da República. Tabela elaborada pela autora.

No ano de 1941, foram encontrados no Relatório da Contadoria Central da República dados sobre o fomento das seguintes escolas confessionais: Colégio Imaculada Conceição, de Cáceres; Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Araguaiana; e Colégio

Santa Teresinha, de Lageado. A tabela expõe que os montantes destinados aos colégios Imaculada Conceição e Nossa Senhora Auxiliadora eram os mesmos, porém, no Colégio Santa Teresinha, o fomento foi maior e uma das explicações possíveis é o número de alunos nessas instituições.

[...] em geral, as escolas confessionais têm um desempenho diferenciado das demais escolas privadas, que se estruturam exclusivamente com o objetivo do lucro. As confessionais, além de suas organizações empresariais indissolúveis do sistema capitalista, cultuam também o objetivo da missão, isto é, de reprodução de seu quadro de fiéis. Daí uma preocupação maior com as coisas da educação e a formulação de um discurso mais refinado. (GÓES, 1985, p. 40).

Um dos motivos de se conseguir perpetuar por tanto tempo as instituições educacionais confessionais se explica pela estratégia de deixar a responsabilidade de manutenção e perpetuação de seus domínios sobre os fiéis e, para isso, contou com o governo federal para dar suporte financeiro para essa materialização.

A tabela a seguir expõe os Recursos da União destinados aos Colégios de Ensino Secundário em MT, em 1945.

Tabela 35 - 1945 - Recursos da União Destinados aos Colégios de Ensino Secundário em MT

Colégios de ensino secundário	Recursos financeiros
Colégio Imaculada Conceição – Cáceres	6.000,00
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora – Araguaiana	6.000,00
Colégio Salesiano Nossa Senhora da Piedade – Araguaiana	2.000,00
Ginásio Imaculada Conceição – Corumbá	15.000,00

Fonte: Ministério da Fazenda. Balanço Geral dos Exercícios de 1945. Relatório da Contadoria Central da República. Tabela elaborada pela autora.

Os colégios de ensino secundário fomentados financeiramente pela União, no ano de 1945, eram os seguintes: Imaculada Conceição, de Cáceres; Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Araguaiana; Colégio Salesiano Nossa Senhora da Piedade, de Araguaiana; e Ginásio Imaculada Conceição, de Corumbá. Enfatiza-se que o recurso maior era destinado ao colégio de Corumbá, possivelmente devido à importância econômica do município para o estado, visto que, até a década de 1930, possuía o terceiro maior porto da América Latina.

Cabe esclarecer que, depois de 1945, não foram localizadas informações estatísticas a respeito do financiamento das escolas de ensino secundário nos Relatórios da Contadoria Central da República. A partir de 1954, novamente foram encontrados dados financeiros e identificados os recursos financeiros destinados às instituições de ensino secundário daquele momento histórico. Os registros detalham os Adendos do Ministério da Finança de 1950 a 1969.

A tabela a seguir registra a distribuição de recursos da União destinados aos Colégios de Ensino Secundário em MT.

Tabela 36 - 1954 – Recursos da União Destinados aos Colégios de Ensino Secundário em MT

Colégios de ensino secundário	Recursos financeiros
Ginásio 11 de Março – Cáceres	400.000,00
Ginásio Imaculada Conceição – Cáceres	200.000,00
Ginásio Coração de Jesus – Cuiabá	200.000,00
Ginásio de Dourados	265.000,00
Ginásio Ribeiro de Arruda – Poconé	400.000,00

Fonte: Ministério da Fazenda. Balanço Geral dos Exercícios de 1954. Relatório da Contadoria Central da República. Tabela elaborada pela autora.

De acordo com a tabela, os maiores recursos foram atribuídos ao ensino secundário público, sendo eles: Ginásio 11 de Março, Ginásio Ribeiro de Arruda e Ginásio de Dourados, que era denominado Ginásio Estadual Presidente Vargas. Porém, ainda se observam recursos destinados a colégios privados, como é o caso do Ginásio Imaculada Conceição, de Cáceres.

A tabela a seguir explicita a Despesa em Educação e Cultura do Mato Grosso – 1956.

Tabela 37 - Despesa em Educação e Cultura do Mato Grosso - 1956

Unidade da Federação	Despesas fixadas no orçamento geral (Cr\$ 1 000)	% das despesas totais com o ensino e a cultura
Mato Grosso	245 015	21,4

Fonte: Ministério da Fazenda. Estatística das Despesas com o Ensino e Cultura – 1956. 1957. Tabela elaborada pela autora.

A tabela apresenta a comparação entre as despesas com o ensino e a cultura realizadas em Mato Grosso e as despesas totais fixadas em seu orçamento. Portanto, foram gastos 21,4% da despesa total com o ensino e a cultura.

A próxima tabela expõe as despesas orçamentárias de Mato Grosso com a manutenção dos estabelecimentos educacionais, como também com as subvenções e auxílio e pessoal no ano de 1956 e 1957.

Tabela 38 - 1956 – 1957: Despesa orçamentárias de Mato Grosso com a manutenção dos Estabelecimentos Educacionais; Subvenções e Auxílio e Pessoal

Ano	Manutenção dos Estabelecimentos Educacionais			Subvenções e Auxílio			Pessoal		
	Elementar	Médio	Superior	Elementar	Médio	Superior	Elementar	Médio	Superior
1956	36 502 200	8 962 000	3 376 800	314 000	387 000	-	34 007 200	8 277 800	2 903 400
1957	42 825	17 457	1 407	3 664	300	325	39 945	15 817	1 363

Fonte: Ministério da Fazenda. Estatística das Despesas com o Ensino e Cultura – 1956. Estatística das Despesas com o Ensino e Cultura – 1957. Tabela elaborada pela autora.

A tabela indica que 1956 foi o ano com mais recursos financeiros destinados à educação se comparado ao ano de 1957. A educação elementar absorvia a maior parte dos recursos em relação à manutenção dos estabelecimentos educacionais, visto que seu número era maior. Além disso, não assinala se a organização administrativa era para o público ou privado. Em relação às subvenções e auxílios, no ano de 1956, os maiores recursos iam para instituições médias (ensino secundário), porém, em 1957, o maior recurso foi destinado às escolas elementares. Em relação às despesas com o pessoal, os maiores recursos foram destinados à educação elementar. Essas despesas estão em âmbito geral (públicas e privadas).

A tabela a seguir retrata as despesas orçamentárias diversas de Mato Grosso em 1956 e 1957.

Tabela 39 - Despesa orçamentária de Mato Grosso 1956 e 1957: Despesas Diversas

Ano	Elementar	Médio	Superior
1956	560 000	73 000	153 500
1957	1 850	648	10

Fonte: Ministério da Fazenda. Estatística das Despesas com o Ensino e Cultura – 1956. Estatística das Despesas com o Ensino e Cultura –1957. Tabela elaborada pela autora.

A tabela demonstra que as despesas orçamentárias de Mato Grosso, em relação a despesas diversas, foram maiores no ano de 1956; além disso os maiores recursos foram atribuídos ao ensino elementar com 71,29%, seguidos pelo superior 19,49% e médio 9,22%. Em 1957, os recursos estavam, em sua maioria, destinados ao ensino elementar, com 73,76%, seguidos pelo médio, com 25,84% e superior 0,40%. Observa-se que ocorreu um aumento na porcentagem de recursos destinados ao nível médio no ano de 1957.

A tabela a seguir aponta a despesa de Mato Grosso com a Educação em 1959.

Tabela 40 - Despesa de Mato Grosso com a Educação (1959)

Tipos de Despesas	Elementar	Médio	Superior
Manutenção dos Estabelecimentos Educacionais	107 162	23 083	2 885
Subvenções e auxílios	8 968	478	-
Pessoal	104 228	-	2 117
Despesas Diversas	1 850	139	563

Fonte: Ministério da Fazenda. Estatística das Despesas com o Ensino e Cultura – 1959/1960. Tabela elaborada pela autora.

No ano de 1959, em relação à manutenção dos estabelecimentos educacionais, os maiores recursos foram atribuídos à educação elementar com 80,49%, seguidos pelo médio 17,34% e superior 2,17%. As subvenções e auxílios receberam maiores fomentos no ensino elementar e médio, porém não há dados sobre a educação superior. Sobre as despesas com pessoal, não há dados do ensino secundário. A respeito das despesas

diversas, observa-se que o maior recurso foi destinado para a educação elementar, ou seja, 72,49%, seguidos pelo ensino superior 22,06% e médio 5,45%.

A tabela a seguir mostra as despesas federais para Mato Grosso com a Educação (1960).

Tabela 41 - Despesas Federais para Mato Grosso com a Educação (1960)

Tipo de Despesas	Elementar	Médio	Superior
Manutenção dos Estabelecimentos Educacionais	61 430	23 275	7 200
Subvenções e auxílios	13 120	21 719	20 000
Despesas Diversas	61 430	23 273	7 200

Fonte: Ministério da Fazenda. Estatística das Despesas com o Ensino e Cultura – 1959/1960. Tabela elaborada pela autora.

A tabela demonstra que as despesas reservadas à manutenção dos estabelecimentos educacionais e as despesas diversas são as mesmas, fator que apresenta variação apenas no médio, em que a manutenção é 23 275 e nas despesas diversas correspondem a 23 273. Nesses dois itens, a educação elementar foi a que mais obteve recursos. Em relação às porcentagens em manutenção dos estabelecimentos educacionais e despesas diversas, o ensino elementar ficou com 66,84% dos recursos, seguido pelo médio com 25,33% e superior com 7,83%. No que diz respeito às subvenções e auxílios, o maior fomento encontra-se no médio, com 39,61%, seguido pelo superior, com 36,47% e elementar, com 23,92%.

Em 1961, existiam 42 instituições de ensino secundário no estado de Mato Grosso, como indica a tabela a seguir. Houve crescimento de instituições de ensino, porém em sua maioria eram de caráter privado, sendo apenas treze instituições estaduais (públicas), mas também existiam instituições da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos³⁸. Enfatiza-se que nacionalmente o aumento dos estabelecimentos era de âmbito privado.

³⁸ De acordo com ASTOFE (2019, p. 16) “A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos iniciou suas atividades em 1943 por meio da criação do Ginásio Castro Alves, com o ideal de oferecer ensino gratuito aos jovens “desprovidos de recursos”. Foi modificando sua denominação ao longo do tempo: de Campanha do Ginasiano Pobre para Campanha dos Ginásios Populares, depois Campanha de Educandários Gratuitos, em seguida, Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e, por último, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Entre 1943 e 1949 a Campanha se espalhou vertiginosamente, fundando ginásios em vários pontos do Brasil: o primeiro, Castro Alves, em Recife/PE; o segundo, Felizberto de Carvalho, em Niterói/RJ; o terceiro, o ginásio Castro Pinto, em João Pessoa/PB; o quarto, o colégio João Cândido, em Curitiba/PR; e o quinto, em Coari/AM”.

Tabela 42 - Escolas Secundárias em Mato Grosso em 1961

	Localidade	Escola	Quantidade de Estabelecimentos
1	Cáceres	Ginásio Estadual Onze de Março Ginásio Imaculada Conceição	02
2	Poconé	Ginásio Estadual Ribeiro de Arruda	01
3	Cuiabá	Colégio Estadual de Mato Grosso Ginásio Salesiano São Gonçalo Ginásio Salesiano São Gonçalo (Fem.) Ginásio Sagrado Coração de Jesus Ginásio Brasil Ginásio Dom Aquino Corrêa (CNEG)	07
4	Poxoréu	Ginásio Estadual Sete de Setembro	01
5	Rondonópolis	Escola Cenecista 13 de Junho (CNEG)	01
6	Guiratinga	Ginásio Estadual Estevão de Mendonça	01
7	Alto Araguaia	Ginásio Padre Carletti	01
8	Rio Verde de Mato Grosso	Ginásio Batista Mato-grossense	01
9	Corumbá	Ginásio Imaculada Conceição Colégio Estadual Maria Leite Ginásio Salesiano Santa Tereza	03
10	Ladário	Ginásio Estadual de Ladário	01
11	Porto Murtinho	Ginásio Rui Barbosa	01
12	Miranda	Ginásio Paroquial Nossa Senhora do Carmo	01
13	Aquidauana	Ginásio Cândido Mariano	02
14	Bela Vista	Ginásio Estadual Bela Vista	01
15	Jardim	Ginásio Estadual de Jardim	01
16	Guia Lopes da Laguna	Ginásio Guia Lopes da Laguna (CNEG)	01
17	Maracaju	Ginásio Estadual de Maracaju	01
18	Ponta Porã	Ginásio Paroquial São José Ginásio São Francisco de Assis	02
19	Amambaí	Ginásio Dom Aquino Corrêa	01
20	Dourados	Ginásio Estadual Presidente Vargas Ginásio Osvaldo Cruz	02
21	Rio Brilhante	Ginásio Municipal de Rio Brilhante	01
22	Campo Grande	Colégio Dom Bosco Ginásio N. S. Auxiliadora Ginásio Osvaldo Cruz Colégio Estadual Campo-grandense Ginásio Barão do Rio Branco (CNEG) Ginásio do Instituto Coração Eucarístico Ginásio Batista Mato-grossense	07
23	Três Lagoas	Ginásio Dois de Julho Ginásio Bom Jesus	02
24	Paranaíba	Ginásio Estadual Wladislau Garcia Gomes	01
		Total	42

Fonte: BRASIL (1961), BRITO; SILVA (2019) *apud* BRITO; SILVA (2021).

No período estudado, ocorreu o aumento de instituições: “[...] no estado de Mato Grosso, tem-se até 1942, 10 escolas distribuídas em 3 cidades; em 1956, 22 escolas em 10 cidades; e em 1961, 42 escolas em 22 cidades”. (BRITO; SILVA, 2021, p. 342). Verifica-se que na região sul de Mato Grosso havia mais instituições de ensino secundário e, em Campo Grande, existia a mesma quantia de estabelecimentos que na capital do

estado, Cuiabá, sendo 7 instituições cada. Em Campo Grande, encontravam-se 16,67% das instituições de ensino secundário.

Em síntese, consideradas as circunstâncias locais, a expansão do ensino secundário se fez de três modos: o estabelecimento de ginásios nas localidades onde, anteriormente, o ensino secundário era inexistente; o aumento da matrícula nas mesmas unidades escolares, sem a criação de novos ginásios em locais onde já havia estabelecimentos de ensino secundário. (NUNES, 1980, p. 47).

Apesar de ter ocorrido o crescimento do número de instituições de ensino secundário durante o período analisado, verifica-se que a maioria dos alunos matriculados eram oriundos de setores sociais que podiam pagar as taxas escolares. Portanto, a política educacional implementada beneficiou diretamente a formação intelectual e profissional da classe dirigente do estado, constituída pelo setor agropecuário e pelo setor do comércio urbano, que estavam em processo de expansão. Dessa forma, a classe trabalhadora não usufruiu dessa etapa educacional.

Com efeito, o governo federal e estadual privilegiava o fortalecimento do ensino primário, que era a única etapa da educação gratuita. Foi discorrido, no capítulo anterior, que os filhos dos trabalhadores ganhavam bolsa de estudos e, em troca, as instituições secundárias privadas recebiam recursos. Porém, para que os alunos oriundos de famílias não abastadas pudessem permanecer com a bolsa era, necessário um bom desempenho escolar, caso contrário perderia a bolsa, perpetuando as diferenças e a meritocracia. A tabela a seguir explana sobre Adendos³⁹ de 1950 a 1969.

³⁹ As instituições do município de Campo Grande serão analisadas no próximo capítulo.

Tabela 43 - Adendos de 1950 a 1969

Nome das Instituições	Recursos Financeiros
Ginásio de Amambai (para obras e equipamentos)	7.000
Ginásio Rodrigues Alves de Itaporã (para obras e equipamentos)	7.000
Ginásio Padre Carletti (Acorizal)	4.000
Ginásio do Educandário Frei Mariano – Aparecida do Taboado	3.000
Ginásio Paroquial N. S. Imaculada Conceição – Aquidauana	2.000
Ginásio Belavistense – Bela Vista	100
Ginásio Imaculada Conceição – Corumbá	1.600
Ginásio Santa Tereza – Corumbá	1.100
Ginásio Brasil – Cuiabá	300
Ginásio Coração de Jesus – Cuiabá	300
Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora – Cuiabá	1.000
Ginásio Nossa Senhora Aparecida – Dom Aquino	1.000
Ginásio Comercial Vicente Palloti (Vila Vicentina) – Dourados	1.500
Ginásio Imaculada Conceição – Dourados	1.500
Ginásio Guia Lopes da Laguna – Glória de Dourados	1.500
Ginásio Rodrigues Alves – Itaporã	1.000
Ginásio Comercial de Santo Antônio – Nova Andradina	2.000
Ginásio Paroquial São José – Ponta Porã	5.500
Ginásio Rui Barbosa de Porto Murtinho – Porto Murtinho	100
Ginásio de La Salle – Rondonópolis	300
Ginásio Bom Jesus – Três Lagoas	3.000
Ginásio Padre Caletti – Alto Araguaia	2.000
Ginásio Paroquial Nossa senhora Imaculada Conceição – Aquidauana	1.000
Colégio Imaculada Conceição – Aquidauana	2.000
Ginásio Industrial Domingos Sávio – Corumbá	2.000
Ginásio Salesiano Santa Teresa – Corumbá	2.000
Ginásio Imaculada Conceição – Dourados	3.000
Ginásio Comercial Vicente Palloti (Vila Vicentina) – Fatima do Sul	3.000
Ginásio Nossa Senhora do Carmo – Miranda	2.000
Ginásio Comercial Santo Antônio – Nova Andradina	2.000
Ginásio Batista Rioverdense – Rio Verde	1.000
Ginásio La Salle – Rondonópolis	5.000

Fonte: Ministério da Fazenda. Adendos do Ministério da Finança. 1950 a 1969. Brasil.

Nos adendos registrados pelo Ministério da Finança, não foram citados especificamente os montantes para cada ano, apenas foi mencionado o total para o período de 1950 a 1969. Dessa forma, a tabela mostra que os recursos destinavam-se tanto para instituições públicas quanto para privadas, visto que, como já foi abordado nos capítulos anteriores, as instituições de ensino secundário, em sua maioria, eram de caráter privado.

Assim, como o ensino secundário foi desenvolvido em âmbito privado, apenas uma pequena parcela da população podia usufruir dele. Porém, ao longo dos anos, as instituições públicas foram sendo criadas, mas mesmo assim continuou o financiamento público para o setor privado, com o qual o Estado contribuiu para manter as diferenças de classe. A seguir, serão realizadas as análises de como se deu o fomento público nas instituições privadas.

3.3 Financiamento do Ensino Secundário: Público *versus* Privado

Para compreender como se deu o financiamento público na educação é necessário responder a essa pergunta: **Qual foi o motivo para que os recursos públicos fossem destinados a instituições privadas?** Redarguir essa questão não é fácil, visto que existem diversos fatores que a justificam e, para a sua compreensão, também se torna necessário entender o motivo que originou a expansão das escolas confessionais da Igreja Católica.

Segundo Barbosa (1992), antes da entrada de Getúlio Vargas na presidência (1930), as instituições confessionais já eram responsáveis pela maior parte do ensino secundário do país.

No quadro de instabilidade política que se configurou após a Revolução de 1930, a Igreja era uma instituição já organizada no país e, sob a firme orientação de D. Leme, se conduzia no sentido de recuperar as posições perdidas em 1889. Responsável pela maior parte das escolas secundárias, a Igreja desenvolvia sua ação junto às elites oligárquicas garantindo-lhes a posição de liderança condutora da sociedade. Quando a Igreja se voltava para as classes populares, fazia-o com caráter assistencialista. Essas posições conservadoras seriam mantidas até a década de 50 quando as "transformações sofridas pelo pensamento cristão começaram a se manifestar em termos práticos, concretos, sobre o movimento educativo brasileiro" (BARBOSA, 1992, p. 138-139).

As ações da Igreja Católica estavam voltadas para atender as demandas educacionais da classe dominante e exerciam um papel assistencialista com relação às necessidades dos filhos dos trabalhadores. Sendo assim, manteve essa atuação institucional até a década de 1950.

As principais reivindicações da Igreja Católica se centravam na defesa do ensino religioso nas escolas públicas, aspecto que foi sistematicamente defendido nas diversas normas legais implementadas a partir de 1930:

Ao manter o ensino religioso no currículo escolar, a Constituição de 1937 (Art. 133) garantiu à religião católica, de fato, a sua "oficialização" nas escolas. Das religiões institucionalizadas, a católica era que tinha condições efetivas de realizar esse tipo de ensino, já que as Igrejas Protestantes não precisavam "brigar" pelo ensino religioso curricular uma vez que para isso, via de regra, mantinham as escolas dominicais. Como o catolicismo popular brasileiro não primava pela ortodoxia, a Igreja tinha na escola um veículo importante para suprir a deficiência religiosa. Não havia, portanto, razões para conflitos entre o Estado e a Igreja e esta adquiriu junto ao Ministério da Educação, à época de Capanema, uma posição privilegiada. (BARBOSA, 1992, p. 179-180).

Com o ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja conseguiu suprir as deficiências religiosas de estudantes em idade escolar com a disciplina de ensino religioso. A princípio, essa era a reivindicação principal da Igreja em torno da educação.

Porém, ao longo dos anos, passou a focar seus interesses em relação aos recursos públicos para ajudar na manutenção das instituições confessionais.

Conforme Cury (1988), no início do período da Era Vargas, de acordo com a Igreja, para que ocorresse a educação, era necessário a competência de três sociedades: Igreja, família e Estado.

À Igreja compete educar porque recebeu esta missão de Jesus Cristo a fim de elevar o homem da natureza à graça. No ensino do dogma e moral ela é infalível e deve gozar da mais completa autonomia e autoridade. Pode, além disto, julgar do valor moral de qualquer conteúdo. Nesta missão a Igreja tem o direito de, em qualquer lugar ou instituição vigiar pela educação moral e religiosa de seus fiéis batizados. [...] À missão educadora e sobrenaturalizadora da Igreja se segue a missão educadora dos pais. Ou seja, aos direitos divinos do Criador, se seguem os direitos naturais, que, resultantes da ordem natural das coisas, dão à família, especialmente aos pais, a educação dos filhos. A criança é membro antes da família que da sociedade temporal civil. Viola-se a lei natural quando se impede aos pais a sua missão educadora. Os pais sendo indispensáveis para a sobrevivência da criança infundem nela, ao lado da manutenção vital, princípios éticos e religiosos. É um direito natural e portanto inalienável. [...] O Estado tem por missão essencial, não subverter, mas desenvolver a natureza do homem, acatar a hierarquia das faculdades e cooperar com a família e a Igreja, pela escola, na expansão integral das atividades físicas, intelectuais, morais e religiosas de suas gerações. O Estado é apenas meio para proporcionar aos seus membros a oportunidade de desenvolver organicamente estas virtualidades. O Estado educa, porque é autoridade competente, a fim de promover o bem comum. (CURY, 1988, p. 57-58).

A Igreja considerava que o Estado servia para perpetuar e proteger os direitos das instituições religiosas e dos pais. Para que isso acontecesse no âmbito educacional, tornava-se necessária a implantação de instituições escolares, que deveriam estar de acordo com a concepção religiosa da Igreja e os valores da família cristã. Para tanto era necessário instituir o ensino religioso em escolas estatais, visto que ajudaria a perpetuar sua autoridade religiosa.

Porém, nesse momento histórico, existia um grupo que ia contra os interesses da Igreja, que eram os escolanovistas, para os quais a escola deveria ser obrigatória, gratuita e laica, como também baseada em princípios científicos.

[...] a escola deveria ser aberta a todos os cidadãos, comum e única. Uma sociedade que busca a democracia social deve também buscar meios de expressá-la. Para isto a base da educação deve ser comum. O Estado, a fim de atingir todos os elementos da sociedade dentro das novas condições, não pode permitir dentro de seu sistema escolar o acesso a uma minoria por graça de um privilégio econômico. [...] princípio de obrigatoriedade. Se o Estado não tornar o ensino obrigatório, as metas de instrução e educação, indispensáveis à era industrial não saem do papel e jamais tornam realidade. A obrigatoriedade por sua vez gera um novo princípio. O Estado não poderia obrigar a todos se a educação fosse taxada. A presença de camadas populacionais carentes de recursos, o próprio sentido democratizante da escola única, exigem necessariamente o princípio igualitário da gratuidade. [...] o princípio da laicidade que deve reinar na escola respeitando a heterogeneidade da sociedade

pluralisticamente composta e a integridade da personalidade em formação. A laicidade garante a liberdade de consciência e permite assinalar, no estudo das civilizações, o que em todos os credos existe de bom, justo e aproveitável. E garante também a autonomia científica da escola. (CURY, 1988, p. 94-95).

Para os reformadores, esses princípios eram essenciais para que a escola fosse justa e democrática, o que ia contra os interesses e pautas religiosas da Igreja, visto que, para perpetuar seu poder, tinha o propósito de introduzir o ensino religioso nas escolas públicas, além disso, detinha as instituições escolares confessionais que não eram gratuitas.

Esses embates mostram que os renovadores defendiam a educação pública gratuita, obrigatória e laica e tinham ideários que defendiam interesses da classe trabalhadora. A Igreja junto com a ação do Estado só perpetuava as diferenças de classe e a hegemonia da classe dominante, em detrimento dos interesses dos trabalhadores, que mais sofriam com as diferenças sociais e a falta de recursos.

Para Saviani (2013), com o Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, ao se estabelecer o ensino religioso nas escolas públicas pela primeira vez na história da República, isso significou uma vitória para a Igreja Católica, que, além das instituições confessionais, poderia estender seu domínio nas instituições públicas, promovendo o catolicismo,

No início dos anos de 1930, a principal bandeira de luta dos católicos na frente educacional foi o combate à laicização do ensino. Conforme o entendimento do Padre Leonel Franca, religião e pedagogia caracterizam-se por uma relação indissolúvel: “Se a educação não pode deixar de ser religiosa, a escola leiga que, por princípio, ignora a religião, é essencialmente incapaz de educar. Tal é o veredito irrecusável de toda a pedagogia (FRANCA, 1931, p. 25). Assim, conforme os católicos, a escola leiga preconizada pelos escolanovistas em lugar de educar deseducava: estimulava o individualismo e neutralizava as normas morais, incitando atitudes negadoras da convivência social e do espírito coletivo. Somente a escola católica seria capaz de reformar espiritualmente as pessoas como base indispensável à reforma da sociedade. (SAVIANI, 2013, p. 257-258).

A Igreja católica argumentava que as escolas laicas eram incapazes de educar, visto que estimulavam o individualismo e incitavam atitudes contra o espírito coletivo e, dessa forma, era de extrema importância uma formação católica nas escolas.

Conforme Saviani (2013), para os católicos, o monopólio estatal e a laicidade do ensino atentam contra a ordem natural e divina. Eles reconheciam a importância do Estado, porém não compreendiam que seu papel educador pudesse contribuir para o bem comum, visto que para eles só a família e a Igreja exerceriam a tarefa educativa.

Pela precedência da família em relação ao Estado, a visão católica defende o direito do país de decidir livremente sobre a educação dos filhos. Daí a contestação a outras duas bandeiras do movimento escolanovista, a gratuidade

e a obrigatoriedade, entendidas como interferência indevida do Estado na Educação. (SAVIANI, 2013, p, 258-259).

Como se pode observar, a Igreja Católica não atendia os interesses da classe trabalhadora com relação à ampliação do acesso à escola, visto que era contra a gratuidade do ensino.

De acordo com Buffa (2005), na primeira metade do século XX, o ensino secundário particular concentrava-se nas instituições confessionais, sobretudo católicas, e a igreja liderava a defesa do ensino particular, secundada pelos então chamados “tubarões do ensino”, tidos como ávidos pelo lucro e pelos recursos públicos. Para a autora, o conflito que se estabeleceu nos anos de 1930 entre os defensores da escola pública e os privatistas referia-se à laicidade do ensino público e, nos anos de 1950, o debate foi basicamente o destino das verbas públicas e nunca propriamente a existência da escola particular. Os embates eram travados com os defensores das escolas públicas, principalmente os escolanovistas, que defendiam a laicidade na educação e eram contrários a que os recursos públicos fossem destinados às instituições privadas.

Para Cury e Nogueira (1985), nos anos de 1940 a 1960, a contenda estabelecida a respeito da laicidade mudou para a questão do financiamento do ensino. Os proprietários e dirigentes de estabelecimentos de ensino privado manifestavam argumentos direcionados a diversas vantagens do ensino particular quando comparado ao público como, por exemplo: o custo menor do aluno, o caráter ordeiro do ensino privado, o duplo pagamento de impostos, a omissão do poder público e o padrão de qualidade.

De acordo com Nunes (1980), nesse momento histórico, ocorreu uma oposição entre os setores progressistas e os conservadores, fazendo com que houvesse uma contenção no sentido de mudança da escola secundária.

A política educacional relativa ao ensino secundário, dos anos 50 até aproximadamente meados dos anos 60, foi uma política ditada pelos setores conservadores da burocracia, defensora dos interesses das escolas particulares na manutenção do monopólio desse tipo de ensino, à revelia dos segmentos progressistas, que viam suas propostas de melhoria do prestígio e aumento da demanda do ensino profissional e técnico, na maioria dos casos, converterem-se em medidas paliativas e acomodadoras. (NUNES, 1980, p. 27).

Enfatiza-se, como assinalado anteriormente, que a maioria das instituições de ensino secundário existentes concentravam-se, em sua maioria, em colégios confessionais. Dessa forma, os empresários educacionais privados, que atuavam nas escolas profissionais e técnicas, demandavam ao poder público políticas para que suas instituições pudessem se expandir, visto que os recursos em sua maior parte destinavam-se às instituições confessionais de ensino secundário.

De acordo com Cunha (1985), os privatistas argumentavam que a manutenção do ensino particular pelo governo era uma exigência para que ocorresse a democracia.

[...] os defensores privatistas sempre reivindicaram que o governo (União, estado e município) deveria transferir recursos financeiros às entidades particulares para a manutenção dessas escolas. Essas entidades poderiam oferecer ensino gratuito se recebessem recursos públicos. Não precisariam, portanto, cobrar anuidades. O mais apetitoso deste argumento é que a iniciativa privada poderia oferecer ensino gratuito a muito mais gente, pois seu custo seria menor. (CUNHA, 1985, p. 120).

Infelizmente essa ideia dos privatistas de que os recursos financeiros fossem para instituições privadas não era isolada, pois existiam muitos defensores dessa pauta e, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, manteve-se a divisão dos recursos públicos destinados às escolas públicas e privadas, contribuindo, assim, no prejuízo da expansão do ensino público de qualidade.

A LDB/1961, estabelecia no artigo 95 “§ 2º: Os estabelecimentos particulares de ensino, que receberem subvenção ou auxílio para sua manutenção, ficam obrigados a conceder matrículas gratuitas a estudantes pobres, no valor correspondente ao montante recebido.” (BRASIL, 1961). Dessa forma, as instituições privadas continuavam a receber auxílio da União em troca de bolsas. Enfatiza-se que a classe trabalhadora tinha dificuldade para concluir o ensino secundário, visto que no estado de Mato Grosso grande parte da população encontrava-se na zona rural, o que dificultava o acesso para o ensino secundário, pois as instituições escolares encontravam-se nos centros urbanos, nas principais cidades do estado.

Ensino bom é caro. É por isso que, sem cumplicidade com mau uso que se tem feito dos recursos públicos, é preciso lutar por mais verbas para a educação e por verbas públicas para o ensino público. Sem cumplicidade, também, com aqueles que fazem do ensino um negócio lucrativo, é preciso reconhecer que as boas escolas particulares precisam ter seu custo coberto pelas anuidades pagas pelos pais dos alunos e/ou por entidades filantrópicas, vale dizer, por entidades mantedoras. (CUNHA, 1985, p. 123).

Como o autor salienta, é necessário defender que os recursos públicos sejam atribuídos às instituições públicas e gratuitas e não às instituições privadas, que só defendem seus interesses visando ao lucro. Dessa forma, com boa administração e recursos suficientes para suprir as necessidades, as instituições públicas poderiam oferecer um ensino de qualidade. Além disso, o autor explica que as escolas privadas teriam que se manter com recursos das anuidades que são pagas e não demandar dinheiro público.

Em relação aos recursos escolares, Sanfelice (2005b) considera que o Estado utilizou-se de diferentes maneiras para injetar verbas a favor das iniciativas escolares

privadas ou para isentá-las de impostos e encargos sociais. De acordo com o autor, os privatistas da educação escolar, por sua vez, não raro se utilizam do argumento de liberdade de ensino para defender seus propósitos. Dessa forma, enquanto o Estado for defensor dos interesses da propriedade privada, a educação pode estar, portanto, atrelada aos mesmos objetivos.

Enfim, o ensino secundário no período analisado (1930-1961) não era obrigatório e nem gratuito e muitos alunos não conseguiam terminar o ensino primário porque moravam em zonas rurais com difícil acesso às instituições, que ficavam na zona urbana. Além disso, o ensino secundário foi criado no Brasil para atender as demandas de formação propedêutica da classe dirigente, e a maioria das instituições eram privadas, porém mantidas por recursos públicos e, em troca, essas instituições davam algumas bolsas de estudo para alunos de baixa renda que não podiam pagar. Outra questão que merece ser destacada é o fato de que o Estado perpetuou as diferenças de classes no âmbito educacional por meio do ensino secundário, uma vez que, no momento em que a zona urbana estava se desenvolvendo no mundo capitalista, aos poucos foram criadas as instituições públicas profissionalizantes a fim de aperfeiçoar a formação dos trabalhadores para melhorar o desempenho profissional.

Os dados estatísticos e financeiros do período analisado mostraram que muitos recursos públicos foram destinados a instituições privadas, o que indica uma contradição, porque eles não foram aplicados para fortalecer e melhorar a oferta educativa das instituições educacionais públicas. Essas políticas de financiamento estatal contribuíram para o fortalecimento das diferenças e desigualdades sociais. Infere-se, a partir desse entendimento, que o Estado atendia os interesses da classe dirigente, visando à formação daqueles que iriam dirigir o país e dando poucas oportunidades à classe trabalhadora para o acesso ao ensino secundário.

O próximo capítulo aborda o ensino secundário em Campo Grande no período de 1930 a 1961 e nele será explanada a história do município e o ensino secundário privado nesse momento histórico.

4 – ENSINO SECUNDÁRIO EM CAMPO GRANDE (1930 – 1961)

Este capítulo tem por objetivo analisar a relação público e privado no ensino secundário de Campo Grande. No primeiro tópico, aborda-se a história da cidade de Campo Grande. O segundo tópico explana sobre a instalação e a expansão do ensino secundário em Campo Grande e o terceiro explicita os recursos públicos destinados ao ensino secundário. Nesse período, havia poucas instituições de ensino secundário na cidade, porém, no início da segunda década do século XX, iniciou-se a escolarização dessa etapa de ensino em instituições privadas e, posteriormente, foram criadas instituições públicas.

4.1 História de Campo Grande

No ano de 1872, Campo Grande, localizada na região sul de Mato Grosso, recebeu migrantes de origem mineira: José Antônio Pereira, seus dois filhos e mais algumas pessoas que saíram da cidade de Monte Alegre, Minas Gerais. Como as terras eram férteis, deu-se início ao cultivo de milho e arroz. Em 1873, Pereira retornou a Minas Gerais para buscar seus familiares, e João Nepomuceno ficou no local para cuidar das terras.

Em 1875, chegou ao território Manuel Vieira de Souza, que negociou com Nepomuceno as terras de José Antônio Pereira. Como Nepomuceno não tinha esperança de que Pereira retornasse, aceitou o acordo, porém ressaltando os direitos de José Antônio Pereira com relação à posse da terra.

Nepomuceno permaneceu no seu pôsto, fiel aos compromissos assumidos, quase 3 anos, até que, a 23 de junho de 1875, chegou ao rancho, Manoel Vieira de Souza (vulgo Manoel Oliveira) mineiro que vinha, como os seus antecessores, de mudança para os famosos campos de Vacaria, em companhia de sua mãe, 5 filhos e alguns escravos. Nepomuceno, não obtendo do viajante qualquer informação de José Antônio, e, desesperançado do seu retorno, dado o longo tempo decorrido, entrou em negociação com Manoel Vieira de Souza, com quem depois de explicar a situação daquela posse, acertou a sua transferência pelo preço de "300\$000" (trezentos mil réis), não sem antes ressaltar os direitos de José Antônio, caso este voltasse, com o que concordou plenamente o adquirente. (IBGE, 1958, p. 113).

No mesmo ano, Pereira voltou para Campo Grande com uma expedição, trazendo vários tipos de produtos para cultivar, como café e cana-de-açúcar. Pereira e Vieira de Souza se aproximaram e se uniram para organizar a ocupação da região.

Não haviam ainda decorridos 4 anos do assentamento daquelas primeiras famílias e o "pau-a-pique" já marcava o início da construção da igreja que, na cobertura, recebeu telhas de barro, que José Antônio fôra buscar com seus carros nas ruínas abandonadas de Camapuã. Pronta a igreja, José Antônio foi a Nioaque, onde contratou o padre Julião Urquia, vigário de Miranda, que veio

celebrar o santo sacrifício da missa, a primeira naquele templo, sob a invocação de Santo Antônio de Campo Grande, em cuja ocasião batizou as primeiras crianças nascidas no arraial e abençoou o entrelaçamento das famílias Pereira e Vieira de Souza, realizando os primeiros casamentos sucedidos no povoado: do viúvo Manoel Vieira de Souza e suas filhas Maria Elena e Ana Luiza de Sousa, respectivamente com Francisca de Jesus, Joaquim Antônio e Antônio Luiz Pereira, todos filhos de José Antônio Pereira, cerimônias essas realizadas a 4 de março de 1878. A igreja foi dotada de um sino que, querem uns, José Antônio haja trazido também das ruínas de Camapuã, e outros, que o tenha mandado adquirir em Corumbá, e, em 1888, o templo recebia outro sino, dádiva de João Pereira Martins. (IBGE, 1958, p. 115).

A primeira Igreja de Campo Grande pertencia à religião Católica, denominada Santo Antônio, isso evidencia a influência da religião na população.

Em relação à economia, a primeira atividade lucrativa do território foi a pecuária, sendo assim os boiadeiros e as comitivas começaram a ser atraídos pelo desenvolvimento do local e, dessa forma, a população começou a aumentar com a chegada de novos habitantes.

O desenvolvimento do arraial de Santo Antônio de Campo Grande, não tardou em polarizar as atenções dos fazendeiros dos campos das Vacarias e de todo o planalto de Maracaju, e, dada a excepcional qualidade de suas terras, para cultura e criação, auxiliada pela admirável amenidade do seu clima, foi se tornando uma espécie de centro de unificação nacional, com a aproximação de inúmeras pessoas procedentes de Minas, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de outras províncias brasileiras, corroborando para êsse evolutivo acontecimento, a sua magnífica localização geográfica, que o tornou, desde cedo, ponto intermediário do intercâmbio comercial entre o Triângulo Mineiro, especialmente Uberaba e tôda a região Sul de Mato Grosso, atividade que se fazia cada vez mais intensa. (IBGE, 1958, p. 115).

As terras da região eram de qualidade produtiva e o clima também era favorável. Além disso, a migração propiciada pela vinda de pessoas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e de outros lugares do país contribuiu para a prosperidade econômica no final do século XIX. Além disso, iniciaram-se na região de Campo Grande outras atividades lucrativas como a abertura de pensões, casa de jogos e armazéns.

Com o aumento populacional, tornou-se necessária a criação de escolas para formar os filhos dos comerciantes, dos fazendeiros e funcionários públicos. Dessa forma, “Em princípio de 1889, atendendo ao apêlo de 25 cidadãos do arraial, chegou a Campo Grande o mestre José Rodrigues Bonfim, que abriu a primeira escola na localidade”. (IBGE, 1958, p. 115).

Como resultado da expansão econômica e populacional, a Lei n. 792, de 1889, instituiu no município de Nioaque o Distrito da Paz de Campo Grande e “[...] dez anos depois, a Lei n. 225, de 26 de agosto de 1899 eleva Campo Grande, à categoria de vila e determina a criação do município, desanexando-o da comarca de Nioaque”.

(WEINGÄRTNER, 1995, p. 05). Em 1899, a cidade contava com 600 habitantes, mas, de acordo com Costa (1999), dez anos depois, esse número dobrou para 1200 habitantes.

O município teve maior crescimento econômico no início do século XX, quando ocorreu a visita dos engenheiros da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, com o objetivo de inserir Campo Grande na rota da nova ferrovia.

Em 1914, a inauguração da ferrovia que ligava Campo Grande a Bauru acelerou o desenvolvimento da região e possibilitou o escoamento da produção local, principalmente gado, e também facilitou a chegada de mercadorias, fortalecendo o comércio local, que passou a ser regional, além de facilitar as viagens para São Paulo e para a então capital federal, Rio de Janeiro. Com isso, ampliou-se o número de estradas boiadeiras em direção a Campo Grande. (REZENDE; VASQUES, 1999, p. 125).

Com a instalação da ferrovia, conforme Costa (1999), a economia da cidade melhorou, aumentou o número de moradores, surgiram modernas lojas comerciais, e a vila ganhou seu primeiro traço urbano, executado pelo engenheiro Nilo Javari Barém. Também foram construídas as ruas 7 de Setembro, 15 de Novembro, Marechal Hermes (depois Afonso Pena) e, do leste para oeste, arquitetaram-se as ruas José Antônio, 15 de Agosto (atual Pe. João Crippa), Pedro Celestino, 24 de Fevereiro (atual Rui Barbosa), 13 de Maio, 14 de Julho e Santo Antônio (atual Avenida Calógeras).

Barbosa (1964, p. 33) assinala que “Iniciada a construção da Noroeste, em seus pontos extremos, novo ânimo acelerou o ritmo da vida local a ponto de, em 1912, num abaixo assinado com 1.500 assinaturas, ser solicitado ao governo à elevação da vila a cidade [...]”. No entanto, apenas em 1918 Campo Grande foi elevada à condição de cidade pela Lei n. 772.

No período de 1910 a 1920, o município, além de inaugurar a Estrada de Ferro, também recebeu a mudança do Comando da Circunscrição Militar (1921) e houve a implantação do primeiro sistema de abastecimento de água para uso próprio, por meio da captação hídrica na cabeceira do córrego Jacinto, entre os anos de 1922 e 1923. O intendente Arnaldo Estevão Figueiredo (1924-1926) implantou, em 1926, a rede de abastecimento de água, que, no início, atendeu a 179 domicílios.

Nesse período, o exército abriu caminho para a área da saúde de Campo Grande, momento em que ocorreu a construção de um hospital e houve a realização de concurso para médicos. O primeiro hospital da cidade foi denominado Hospital Geral de Campo Grande (HGCG), inaugurado em 1924 e, no mesmo ano, começou a ser construída a Santa Casa, cuja abertura aconteceu em 1928. O campo educacional também contribuiu para a consolidação de Campo Grande:

Nos anos 20, tivemos também significativos acontecimentos que viriam a consolidar a nossa condição de cidade. Surgem os grandes colégios, como o Pestalozzi, (atual Dom Bosco), o Osvaldo Cruz e Colégio N. Sa. Auxiliadora, o que começa a atrair moradores, vindos das cidades do Sul do Estado, com o fim de proporcionar melhor educação a seus filhos, por meio de renomados professores, a maioria advinda do corpo do Exército. (COSTA, 1999, p. 75).

O instituto Pestalozzi foi criado em 1917, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em 1926 e Colégio Osvaldo Cruz em 1927, conforme será abordado no próximo tópico. Além das conquistas no campo educacional, no que diz respeito à saúde, a cidade possuía um corpo médico, clínicas e hospitais. Na década de 1930, Campo Grande tinha 12 mil habitantes e era considerada a capital econômica do estado de Mato Grosso.

O comércio, o ensino, a organização social e outros fatores de conforto citadino, ampliavam-se no meio urbano, ao mesmo tempo que surgiam as primeiras indústrias; em 1930, a cidade que se desenvolvia obedecendo a moderníssimo traçado, em que os confortáveis prédios residenciais se destacavam pelo gosto arquitetônico, contava já com mais de 200 casas comerciais, 3 agências de bancos, Correios, Telégrafos e outras repartições públicas, vários estabelecimentos de ensino primário, públicos e particulares, cursos secundário e superior, abastecimento d'água canalizada, telefones e vários clubes recreativos e desportivos, rivalizando já, em desenvolvimento, com a própria Capital do Estado. (IBGE, 1958, p. 117).

Nesse momento histórico, o município não parava de crescer e o comércio era o alicerce da economia da cidade. Com a Revolução Constitucionalista de 1932⁴⁰, de acordo com Costa (1999), os políticos e coronéis decidiram romper de vez com o poder centralizador de Getúlio Vargas e unir-se a São Paulo, declarando-se um estado independente, tendo Campo Grande como capital. Os revolucionários foram derrotados e os líderes refugiaram-se nas fazendas e muitos fugiram para o Paraguai.

Em relação à educação, na virada da década de 1930, conforme Cabral (1999), os salesianos haviam criado o Colégio Dom Bosco⁴¹ (1930) e as irmãs da mesma ordem, assumiram a educação feminina no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1926), que funcionavam em regime de externato e internato, fazendo com que atraíssem para a cidade os filhos de fazendeiros do sul de Mato Grosso. Porém, as famílias com mais recursos encaminhavam seus filhos para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. O

⁴⁰ Revolução Constitucionalista de 1932 foi tratada no segundo capítulo.

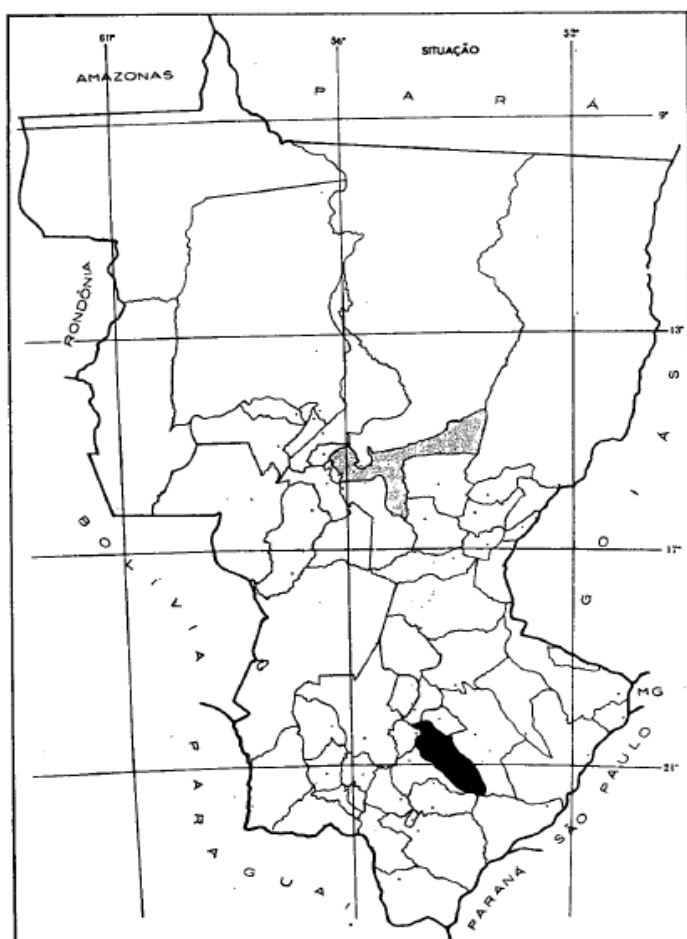
⁴¹ De acordo com Lourenço (2014), a missão salesiana “em 1875, orientados pelas representações acerca do continente americano, mais precisamente o Brasil, como um local ensolarado e repleto de tribos selvagens carentes de civilização, teve início o trabalho das missões, quando a Congregação Salesiana fundou uma inspetoria para organizar sua ação na América Latina. [...] o projeto salesiano de civilização para Mato Grosso atendeu ao apelo do progresso modernista sonhado pelas elites locais, assim como a defasagem vivida pelo estado, para proporcionar educação à sociedade mato-grossense. A catequese indígena, motivo primeiro pelo qual os salesianos foram convidados, posteriormente foi ampliada, constituindo-se de internatos para os filhos dos índios, dos agricultores, dos fazendeiros, dos comerciantes, dos dirigentes locais”.

Colégio Osvaldo Cruz era importante para a preparação de estudantes e o Grupo Escolar Joaquim Murtinho foi o precursor da educação pública do município.

Nos anos de 1940, iniciou-se a construção de edifícios na cidade, denominados de arranha-céus e, também, recomeçaram os movimentos para a divisão do estado de Mato Grosso. O avanço para a divisão começou em 1958, porém foi enfraquecido, visto que o então presidente Jânio Quadros, em 1961, opunha-se a ela. Apenas 16 anos depois, em 1977, ocorreu de fato a divisão, pela Lei complementar n. 31, tornando Campo Grande a capital do estado de Mato Grosso do Sul como explicado no capítulo anterior.

Em 1950, as construções comerciais, que antes estavam exclusivamente na Rua 14 de Julho, se expandiram para as ruas 13 de Maio e Avenida Calógeras, que começaram a se transformar em ruas comerciais; além disso, as ruas travessais do centro também estavam desenvolvendo o comércio.

Figura 1 - Localização de Campo Grande no estado de Mato Grosso (1958)



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Mato Grosso. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1958).

O mapa da localização de Campo Grande no estado de Mato Grosso indica que a cidade estava no centro da região sul do estado, o que contribuía para o seu desenvolvimento. Cabral (1999) afirma que o censo de 1940 registrou no município 49.629 habitantes, distribuídos igualmente entre as zonas rural e urbana. De acordo com o IBGE (1958), em 1950 a cidade contava com uma população de 57.033 habitantes, sendo 29.276 do sexo masculino e 27.757 do feminino; no setor urbano havia 23.875 habitantes e no rural um total de 23.779 pessoas.

Como assinalado anteriormente, a Religião Católica era predominante no município, como evidenciam os dados do IBGE (1958, p. 127):

O sentimento religioso predominante no município, é o católico romano, sendo a cidade, sede de 5 paróquias: de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, fundadas em 1912 e 1932, respectivamente, confiadas aos padres da Ordem dos Redentoristas; a de São João Bosco, fundada em 1939, e a de São José, em 1949, entregues aos padres Salesianos e a paróquia de São Francisco, instalada em 1950, e confiada aos padres Franciscanos. As igrejas costumam realizar as festas dos seus respectivos padroeiros, precedidas, quase sempre, de novenas, das quais constam rezas e quermesses, encerradas com concorridas e bem organizadas procissões. O dia de São João, o Santo mais tradicionalmente festejado no Brasil, é comemorado em Campo Grande com fogos de artifício e ainda pelas memoráveis "Noites Juninas", com bailes típicos, realizados nos clubes. Nos arrabaldes e nas localidades do interior, são levantadas as tradicionais fogueiras, com a ida do Santo ao batismo. A data do Natal, comemorativa do nascimento de Jesus, é uma festa popular de cunho espiritualista e de conagração, durante a qual é realçado o sentimento cristão de solidariedade humana, organizando-se várias comissões que promovem festas dedicadas à infância e às classes menos favorecidas.

Conforme mostram os dados, existiam cinco igrejas católicas em Campo Grande, sendo elas Santo Antônio (1912), Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (1932), São João Bosco (1939), São José (1949) e a paróquia São Francisco (1950). A Igreja exercia influência entre os moradores do município e atuava também na educação, como será evidenciado no próximo tópico. Além dessas entidades eclesásticas, também se instalaram instituições protestantes no município, como a Igreja Presbiteriana (1935) e a Igreja Assembleia de Deus (1944).

No que se refere à produção industrial, de acordo com o IBGE (1958), era representada, principalmente, pela indústria de transformação (produtos alimentares).

Em 1955, segundo apuração do Departamento Estadual de Estatística, foram arroladas 53 unidades de produção naquele ramo, distribuídas entre máquinas de beneficiamento de arroz, café, mate, fábricas de pães, macarrão, farinha de mandioca, rapadura, charque, mortadela, salame, linguiça, gordura suína e bovina, laticínios, vinagre e mel de abelha. [...] Destaca-se na indústria de transformação um moderníssimo matadouro destinado ao abate de gado bovino, com aproveitamento total, inaugurado em 1950. Sua capacidade média de matança é de 300 cabeças por dia, achando-se em andamento a ampliação de suas instalações. Segundo levantamento industrial relativo ao ano de 1955, o

referido matadouro concorreu com mais de 41% para o valor da produção industrial do Município. (IBGE, 1958, p. 122-123).

Com o desenvolvimento da agroindústria, Campo Grande destacou-se dos demais municípios do estado de Mato Grosso, como apresenta a tabela a seguir:

Tabela 44 - Produção Industrial de Mato Grosso de 1955

Municípios	Recursos
Campo Grande	307 857
Corumbá	173 629
Aquidauana	112 864
Ponta Porã	66 022
Várzea Grande	61 185
Cuiabá	59 043
Porto Murtinho	51 862

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Mato Grosso. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A tabela indica que Campo Grande era o maior produtor industrial do estado em gerando milhares de cruzeiros, conforme o IBGE (1958), e esse valor correspondia a 24,5% sobre o total de Mato Grosso.

Porém, não só se destacava a indústria no município, a economia de Campo Grande, de acordo com o IBGE (1958), se firmava também em atividades agropecuárias, conforme os dados a seguir:

Segundo elementos destinados ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, para 1956, os seus rebanhos foram avaliados em 318 milhões e 746 mil cruzeiros, realçando-se, nesse total, a parcela de 275 milhões e 30 mil cruzeiros, relativa a 110 000 cabeças de bovinos, seguida pelos eqüinos, asininos e muare, com 13 900 animais, no valor de 38 milhões e 500 mil cruzeiros; 5 800 suínos, avaliados em 4 milhões e 930 mil cruzeiros, e 1 200 ovinos e caprinos no valor de 286 mil cruzeiros. Os bovinos, concorreram ainda com uma produção de 2 300 000 litros de leite, no valor de 11 milhões e 500 mil cruzeiros, sendo parte dessa produção consumida no fabrico de 12 500 quilos de queijo e 3 500 quilos de manteiga, no valor total de 560 mil cruzeiros. [...] A produção agrícola de 1956, segundo a mesma fonte, foi estimada em mais de 46 milhões de cruzeiros, devendo-se salientar que o café, cujo valor vem, já há vários anos, liderando a relação dos principais produtos agrícolas, teve um sensível decréscimo, superior a 60% da produção esperada, motivado pelas intempéries. Em virtude desse fato, o arroz, que apresentou uma produção de 2 700 000 quilos, no valor aproximado de 16 milhões e 200 mil cruzeiros, assumiu a liderança dos valores, seguindo-se o café, com 9 milhões de cruzeiros, relativos a uma produção de 300 000 quilos beneficiados; cana-de- açúcar, com 12 000 toneladas, no valor de 4 milhões e 800 mil cruzeiros; mandioca, com 3 695 toneladas - 4 milhões e 400 mil cruzeiros; milho, com 1 044 000 quilos - 3 milhões e 480 mil cruzeiros; batata-doce, com 710 000 quilos - 1 milhão e 600 mil cruzeiros; feijão, com 132 000 quilos - 930 mil cruzeiros; banana, com 55 000 cachos - 825 mil cruzeiros; alho, com 25 500 quilos - 629 mil cruzeiros; tomate, com 58 000 quilos - 406 mil cruzeiros; cebola, com 38 250 quilos - 382 mil e 500 cruzeiros; frutas cítricas, 31 700 centos - 1 milhão e 106 mil cruzeiros; manga, com 28 000 centos - 1 milhão e 120 mil cruzeiros; além de outras culturas menos expressivas, como abacaxi, abóbora, amendoim, batatinha, cana forrageira, ervilha, soja, melancia, melão, abacate, figo e pêssego. (IBGE, 1958, p. 122).

A economia campo-grandense, conforme os dados apresentados, era baseada na atividade agropecuária e, na pecuária, se destacava a criação de bovinos, seguida pelos equinos, asininos e muares. E entre os principais produtos agrícolas estavam café, cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, batata-doce, banana, cebola, alho e tomate.

Observa-se que demorou décadas para que a região sul de Mato Grosso conseguisse a emancipação do norte, mas os avanços obtidos na cidade de Campo Grande contribuíram para que isso acontecesse. No próximo tópico, será abordado o ensino secundário em Campo Grande.

4.2 O Ensino Secundário em Campo Grande

Para compreender o desenvolvimento histórico do ensino secundário em Campo Grande, torna-se indispensável apresentar a expansão da educação na cidade.

A história da instituição escolar deve ser relacionada ao contexto em que ela emerge; isso implica compreender e analisar o seu desenvolvimento de acordo com a expansão e as mudanças que ocorreram na sociedade, bem como compreender a história do povo a que está ligada e sua cultura. (FURTADO; MARQUES, 2015, p. 152).

Primeiro, foram criadas no município instituições de ensino primário, visto que era a primeira etapa da educação. No início, essas instituições eram escolas isoladas⁴² (urbanas e rurais), pouco requintadas, no entanto, com o desenvolvimento econômico e populacional, foi necessária a criação de escolas reunidas⁴³ e grupos escolares⁴⁴ na cidade para atender um número maior de alunos. No período analisado, foram instaurados quatro grupos escolares. “Os representantes da região sul do estado reclamavam que o governo

⁴² “Essas escolas não eram isoladas apenas por serem classes autônomas, mas também por serem unidades de funcionamento. Embora houvesse uma regulamentação que estabelecia parâmetros para seu funcionamento, elas não apresentavam rigidez, mostrando-se, na maioria das vezes, flexíveis às necessidades locais.” (ROSSI, 2017, p. 319).

⁴³ Rossi (2017, p. 320) define as escolas reunidas da seguinte maneira: “[...] reunindo-se várias escolas em um só prédio, sob a direção de um professor, desapareceriam muitos inconvenientes que se encontravam na escola isolada. Tornava-se mais intensa a fiscalização do trabalho do professor. Por outro lado, haveria um emprego das energias desse professor que, desobrigado de outros deveres a ele impostos pela escola isolada, teria mais tempo para se dedicar exclusivamente aos trabalhos de sua classe, agora seriada. A existência da ação de uma direção ofereceria maior assistência pedagógica aos professores e daria, como consequência, orientação ao ensino e à uniformização didática. As escolas reunidas corrigiam, ainda, os defeitos higiênicos das instalações das escolas isoladas, além de assegurar sua instalação definitiva. Assim, configuravam-se em espaços mais modestos e buscavam aliar menores gastos à racionalidade funcional dos grupo” .

⁴⁴ “Houve uma valorização do grupo escolar em relação às demais instituições, ou seja, este era a representação e a materialização do que se poderia entender por modernização no campo educacional. [...] o grupo escolar era símbolo de modernidade e progresso”. (ROSSI, 2017, p. 322).

não priorizava a educação para essa região, que contava, até a década de 1920, com nove estabelecimentos de Ensino Primário, sendo seis estaduais e três municipais”. (PESSANHA; SILVA, 2014, p. 1027). O primeiro grupo escolar do município foi instituído pelo Decreto n. 669, de 1924, o Grupo Escolar Joaquim Murinho. O segundo grupo escolar de Campo Grande foi o General Malan, em 1930, e na década de 1950 foram inauguradas as duas últimas instituições públicas estaduais: Grupo Escolar Vespasiano Martins (1953) e Grupo Escolar Nicolau Fragelli (1955).

No âmbito municipal, entre 1930 e 1961, foram instaladas as seguintes instituições de ensino primário:

Quadro 20 - Escolas municipais de ensino primário criadas em Campo Grande (1930 – 1961)

	Unidade Escolar	Ato Legal (Criação)	Ano da Extinção
1	Escola Municipal Leovegildo de Melo	Ato n. 23, de 12/05/1936	---
2	Escola Municipal de Primeiro Grau José Roberto	Ato n. 60, de 16/10/1936	1981
3	Escola Municipal José do Patrocínio	Decreto n. 45, de 11/06/1948	---
4	Escola Municipal Pe. José de Anchieta	Decreto n. 44, de 21/11/1949	---
5	Escola Municipal de Primeiro Grau Luis Gama	Decreto n. 71, de 01/03/1950	1999
6	Escola Municipal Cel. Sebastião Lima	Decreto n. 276, de 18/02/1952	---
7	Escola Municipal Bernardo Franco Baís	Decreto n. 282, de 27/02/1952	---
8	Escola Municipal de Primeiro Grau Aureliano Pereira da Rosa	Decreto n. 358, de 31/01/1953	1981
9	Escola Municipal Isauro Bento Nogueira	Decreto n. 609, de 05/03/1955	---
10	Escola Municipal Santos Dumont	Decreto n. 779, de 03/03/1956	---
11	Escola Municipal Geraldo Castelo	Decreto n. 1.075 de 16/04/1959	---
12	Escola Municipal Kamé Adania	Decreto n. 1.111 de 03/05/1960	---
13	Escola Municipal José Rodrigues Benfica	Decreto n. 1.355 de 06/09/1961	---

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande⁴⁵ (2019). Quadro elaborado pela autora.

O quadro indica a expansão de ensino primário municipal com 13 escolas criadas para atender a população escolar, porém, para os habitantes abastados do município, apenas o ensino primário não era o suficiente.

Segundo os resultados do Censo de 1950, o município de Campo Grande contava, na época, 48 082 pessoas de 5 anos e mais, das quais, 24 731 do sexo masculino e 23 351 do sexo feminino, de cujo total, 66,15%, ou sejam 31 807

⁴⁵ Documento fornecido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) por meio de um ofício impresso contendo a lista das escolas no período de 1936 a 1961.

peessoas, sabiam ler e escrever, sendo 17 350 homens e 14 457 mulheres. Declararam-se analfabetas, 16 275 pessoas, sendo 7 381 homens e 8 894 mulheres. Com relação à população total do município, o grupo de alfabetizados corresponde a 55,76%, maior, portanto, que a percentagem de alfabetizados do Estado, que era de 36,76%. Das 31 708 pessoas recenseadas na cidade, 27 328 tinham a idade de 5 anos e mais e, nesse grupo de idade, 76,36%, ou sejam 20 870, sabiam ler e escrever. Considerando o total da população da cidade (31 708 habitantes), a percentagem de alfabetizados era de 65,81 %. No quadro rural, o aspecto era diferente, conforme se vê: dos 23 779 recenseados na época, 42,47%, ou sejam 10 100 habitantes, sabiam ler e escrever. O número de alfabetizados na zona rural representava 17,70% da população total do município, enquanto que, dentro do grupo de idade de 5 anos e mais, essa percentagem era de 51,86%; com relação a esse grupo, no quadro rural, era de 21% com referência ao mesmo grupo no total da população da comuna. No grupo de idade de 10 anos e mais, o número de alfabetizados, no município, era de 30 058 habitantes, correspondendo a 74,13% da sua população nesse grupo de idade, percentagem essa que lhe dava uma posição de relêvo no quadro nacional, sendo que a percentagem correspondente para o Estado de Mato Grosso atinge 51%. (IBGE, 1958, p. 126).

O censo de 1950 evidenciou que a porcentagem total da população da cidade alfabetizada era de 55,76%, maior que a porcentagem do estado, que era de 36,76% e 66,15% dos habitantes de cinco anos ou mais do município sabiam ler e escrever. Entretanto, a população rural alfabetizada correspondia a apenas 17,70% da população de Campo Grande.

Em 1956, o ensino fundamental comum foi ministrado por 73 estabelecimentos, dos quais, 29 estaduais, 26 municipais e 18 particulares, ocupando 262 professores. Segundo a categoria, eram 4 Grupos Escolares estaduais, 3 Escolas Reunidas municipais, 15 Escolas Particulares equivalentes a grupos escolares e 51 Escolas Isoladas. De acordo com os principais resultados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, no fim do primeiro mês letivo daquele ano, estavam matriculados 4 243 alunos na primeira série; 1 806, na segunda série; 1 306, na terceira série e 969, na quarta série, totalizando 8 324 alunos de ambos os sexos. (IBGE, 1958, p. 126).

No ano de 1956, existiam no município 73 estabelecimentos de ensino primário, em sua maioria públicos, sendo 29 estaduais, 26 municipais e 18 particulares e, dentre eles, 51 instituições eram isoladas. Também havia 4 grupos escolares estaduais, Joaquim Murtinho, General Malan, Vespasiano Martins e Nicolau Fragelli, e 3 escolas reunidas no âmbito municipal. Enfatiza-se que o ensino primário era gratuito e obrigatório; isso explica o elevado número de instituições públicas.

Como consequência da expansão do ensino primário, foi indispensável a criação do ensino normal para preparar os docentes que atuariam na primeira etapa da escolarização. Em 1930, instalaram-se em Campo Grande duas escolas normais, uma pública e a outra católica, Joaquim Murtinho e a Escola Normal Dom Bosco⁴⁶, respectivamente.

⁴⁶A Instituição pertencia à Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, ala feminina dos Salesianos.

A Escola Normal Joaquim Murtinho foi instalada em 1930 e organizada não em um prédio novo, mas no edifício do Grupo Escolar Joaquim Murtinho, na Avenida Afonso Pena, região central da cidade. No entanto, este edifício foi desativado na década de 1960 e as aulas da escola normal foram transferidas para um prédio improvisado na mesma avenida. (SIMÕES, 2014, p. 90)

A escola normal Joaquim Murtinho (1930), inaugurada pelo governo Dr. Anibal Toledo, que ficou no poder apenas em 1930, situava-se na Avenida Afonso Pena (1930) e se destinava a formar futuros docentes do ensino primário. De acordo com a explicação de Múcio Teixeira Júnior, citado na obra de Sá Rosa (1990):

Em 1930, foi fundada em Campo Grande a Escola Normal Joaquim Murtinho, pelo então presidente do Estado, Dr. Anibal Toledo. Naquele ano, funcionou aqui apenas o curso complementar. Fui seu Primeiro Diretor. O corpo docente era de primeira. João Tessitori lecionava Ciências, Jorge Nachreiner, Matemática, Tertuliano Meirelles, História Natural, Souza Júnior, Português, Luís Alexandre de Oliveira, Geografia e História Geral do Brasil, Nicolau Fragelli, Francês. Eram pessoas de extrema competência e responsabilidade. (TEIXEIRA JÚNIOR apud SÁ ROSA 1990, p. 47).

A instituição foi a primeira escola normal do sul do estado de Mato Grosso, porém foi fechada em 1940 e apenas sete anos depois, em 1947, pela Lei 834, foi reaberta.

Em relação ao número de alunos nas instituições escolares, a tabela a seguir retrata os estabelecimentos educacionais no período de 1933.

Figura 2 - Estabelecimentos de ensino em Campo Grande (1933)

NOME DO ESTABELECIMENTO	PRIMARIO	GINASIAL	NORMAL	COMERCIAL	TOTAL
Ginasio Municipal	191	171	—	—	362
Colegio N. S. Auxiliadora	204	—	85	67	356
Internato Osvaldo Cruz	28	101	—	14	143
Escola Modelo e Normal	654	—	28	—	682
Escola Ativa Visconde de Taunay	321	—	—	—	321
Patronato B. do Rio Branco	66	—	—	—	66
Escola Visconde de Cuiú	97	—	—	—	97
Escola Antonio João	177	—	—	—	177
Externato São José	44	—	—	—	44
Escola Propedeutica	53	—	—	—	53
7 Escolas mantidas pelo Governo .	279	—	—	—	279
	2.114	272	113	81	2.580

Fonte: Revista Mensal Ilustrada. Folha da Serra (1933). Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

A figura indica que, em 1933, existiam 17 estabelecimentos em Campo Grande: dois com curso ginásial, o Ginásio Municipal, que depois passou a ser denominado Dom Bosco e o Internato Osvaldo Cruz, sendo que o maior número de alunos pertencia ao Ginásio Municipal. A Escola Modelo e Normal Joaquim Murtinho tinha o curso normal destinado a formar professores do ensino primário, já o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora possuía o normal e o comercial. Enfatiza-se que todos eles contavam com o

ensino primário, pois, naquele período, o maior recurso público era destinado para esse fim, visando à diminuição da taxa de analfabetismo da população.

Em 1941, após dez anos de funcionamento, foram fechadas as escolas normais implantadas no sul do estado. A “Escola Normal Dom Bosco” foi reaberta, com outra denominação, diante da aprovação do Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal), e passou a funcionar como “Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora”, curso de segundo ciclo, com três anos de duração, autorizado pelo Decreto n. 227 de 06/02/1946 e publicado no Diário Oficial de Mato Grosso em 29/04/1946. Por meio deste, foi oficializada a reabertura, mantendo-a como única escola Normal particular na cidade de Campo Grande. Em linhas gerais, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora era representado pela sociedade como referência em formação feminina na cidade em todos os segmentos, vistas as peculiaridades dos ensinamentos “adequados” às moças “bem nascidas”. (PASA; BRITZ, 2014, p. 04).

A Escola Normal Dom Bosco, que havia sido fechada em 1941, passou a denominar-se Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, quando voltou a funcionar em 1946, continuando com a educação das moças oriundas de famílias abastadas da região.

O desenvolvimento econômico, cultural e populacional de Campo Grande motivou a necessidade de criação de escolas de ensino secundário, visto que as camadas médias ligadas ao comércio e aos setores de serviço, bem como os fazendeiros, demandavam esse tipo de instituição para seus filhos. A seguir apresentamos os primeiros colégios de ensino secundário instalados na cidade.

a) Instituto Pestalozzi e Colégio Salesiano Dom Bosco:

Figura 3 - Colégio Salesiano Dom Bosco



Fonte: Missão Salesiana. História do Colégio Dom Bosco. Disponível em: www.missaosalesiana.org.br.

Por intermédio de Arlindo Lima⁴⁷, em 1917, ocorreu o descolamento do Instituto Pestalozzi de Aquidauana para a cidade de Campo Grande.

⁴⁷De acordo com Pais (2022), Arlindo Alberto de Lima, natural de Batatais (São Paulo), foi fundador do Instituto Pestalozzi, que marcou época na história de Aquidauana, porém, resolveu transferir o Instituto

Ao ‘Instituto Pestalozzi, em virtude da Resolução n. 116, de 5 de julho de 1917, a Intendência dava a subvenção de Rs. 400\$000 (quatrocentos réis) mensais, isto pelo esforço limitado de dois anos, ou seja, até julho último. Estatui a subvenção mensal de 200\$000 (duzentos réis) à ‘Escola Republicana’, uma casa particular de ensino, bem como outra de igual quantia ao ‘Instituto Pestalozzi’ e que entrou a vigorar depois de extinto o prazo estabelecido pela Resolução acima citada (CONGRO, 2003, p. 90).

A referida instituição foi implantada em Campo Grande com recursos públicos, fomentando a iniciativa privada, porém oferecia ensino gratuito aos jovens do município. De acordo com Britez (2015), a transferência do Instituto para Campo Grande obedeceu a interesses econômicos. Foi estabelecido um acordo entre o município e o proprietário, mediante o qual ficou acordado que a escola deveria ministrar ensino secundário e, em troca, obteria vantagens oferecidas pela prefeitura.

Conforme o depoimento de Luiz Alexandre de Oliveira, publicado na obra de Sá Rosa (1990), em 1918 Arlindo Lima foi a São Paulo e contratou professores e duas normalistas paulistas para trabalhar no Instituto Pestalozzi. Oliveira (1990) afirma que, com a vinda desses professores, a instrução da instituição foi ampliada até o nível de primeiro ginásial.

Vale ressaltar que o início do ensino secundário em Campo Grande se deu por intermédio do Instituto Pestalozzi, porém a instituição enfrentou algumas dificuldades, já que seus professores eram de São Paulo e, quando regressavam ao seu estado, não havia outros professores que pudessem substituí-los. Além disso, os exames do Instituto não possuíam validade e os alunos tinham que realizar a avaliação em escolas de outras localidades para que o seu diploma fosse reconhecido. Só com a aprovação da Lei dos Preparatórios, em 1918, os alunos da instituição foram autorizados a prestar os exames em Campo Grande.

Em 1923, quando Arlindo Lima já havia arrendado o colégio ao professor Henrique Correa, o MEC enviou uma banca examinadora que reconheceu os cursos dos alunos. Vieram professores ilustres do Pedro II. [...]. O Prefeito de Campo Grande, Arnaldo Estêvão de Figueiredo, pagou todas as despesas da banca. (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 31).

De acordo com Oliveira (1990), as mudanças econômicas e sociais que Campo Grande estava experimentando com a urbanização, a partir de 1920, motivou a necessidade de preparar os jovens para trabalhar em diferentes setores das atividades econômicas e da administração pública.

Pestalozzi para Campo Grande, onde passou a receber uma subvenção financeira aprovada pela Câmara Municipal.

Em 1925, o Instituto foi transferido para o professor João Tessitori e, a partir de 1927, a instituição novamente recebeu fomento do município, como já havia acontecido nos anos de 1917 a 1920, e passou então a se denominar Ginásio Municipal de Campo Grande.

Em 1926, foi promulgada a Lei n. 950 (MATO GROSSO, 1926), que autorizou o estado de Mato Grosso a fomentar a construção do prédio destinado ao Instituto Pestalozzi e a instituição tinha um prazo de dez anos para a devolução de uma parte do dinheiro aos cofres públicos e a outra parte deveria destinar-se a pagar a taxa de frequência a alunos que não tinham condições financeiras.

Artigo 1 – E o Poder Executivo autorizado a, mediante prévio contracto, auxiliar a construção do prédio destinado ao Instituto Pestalozzi, de Campo Grande, concorrendo com quotas parceladas em proporção às obras feitas e verificadas por profissional da confiança do Governo, até a quantia de cem contos de réis (100:000\$000). [...]

Art. 3 – A importância mutuada será devolvida ao Estado, em prestações que serão estabelecidas no contracto, dentro do prazo máximo de dez annos, e os juros de 7% ao anno, sobre o mutuo, serão pagos em taxa de frequencia dos alumnos pobres matriculados nos diferentes cursos do Instituto pelo Governo do Estado. (MATO GROSSO, 1926).

Esse subsídio foi importante para que ocorresse a construção do prédio do Instituto. Conforme Oliveira (2014), fomentar a educação pública e privada foi uma ação efetiva dos governos estaduais como parte de um projeto de modernização de Mato Grosso. A subvenção às instituições privadas no governo de Mario Corrêa da Costa (1926-1930) foi denominada de “auxílio do estado”. O recurso destinado ao Ginásio Municipal de Campo Grande, no ano de 1928, foi de dez contos de réis (10:000\$000).

Britez (2015) explica que a Resolução n. 203, de 1929, em seu 2º artigo, determinou que o Ginásio, para manter as verbas obtidas também pelo município, deveria oferecer ensino secundário gratuito para 10 alunos pobres e, também, oferecer um desconto de 50% nas taxas de exames. Ou seja, a instituição era privada, porém recebia fomento público municipal e, em contrapartida, ofereceria algumas bolsas de estudos. Essa era uma alternativa que visava benefício e lucro para as duas partes, pois a instituição privada recebia recursos financeiros e, o município, estadeava para a população que tinha interesse em promover a educação e formação dos jovens, mesmo que o ensino secundário não era legalmente responsabilidade da esfera municipal. Além do mais, subsidiar a escolarização de estudantes pobres era menos custoso que construir e manter uma instituição pública de ensino secundário.

Em 1930, o Ginásio Municipal de Campo Grande foi vendido para a Missão Salesiana Dom Bosco, passando a denominar-se Ginásio Municipal Dom Bosco. O

crescimento da Instituição foi rápido, visto que o trabalho pedagógico desenvolvido pelo Instituto Pestalozzi já era reconhecido na cidade. Dessa forma, aumentou o número de alunos e, de acordo com Oliveira (2014), em 1933, a instituição atuava sob regime de internato, semi-internato e externato, oferecendo ensino primário, ginásial e comercial.

Com relação à expansão de matrículas no Ginásio Municipal Dom Bosco, a tabela a seguir apresenta os dados relativos ao exame de admissão no período de 1930 a 1943.

Tabela 45 - Exame de Admissão ao curso secundário do Ginásio Dom Bosco (1930 - 1943)

Ano	Nº Candidatos	Nº Reprovados	Nº Admitidos
1930	10	2	30
1931	24	2	
1932	21	6	32
1933	17	0	
1933	25	8	36
1934	32	13	
1934	31	5	52
1935	28	2	
1935	44	0	96
1936	59	7	
1936	44	3	77
1937	43	7	
1937	45	5	75
1938	51	16	
1938	37	2	84
1939	56	7	
1939	57	7	85
1940	40	5	
1940	43	2	88
1941	54	7	
1941	44	1	96
1942	64	11	
1942	41	0	89
1943	48	0	

Fonte: ACTA (1926/1947) apud Andrade (2021).

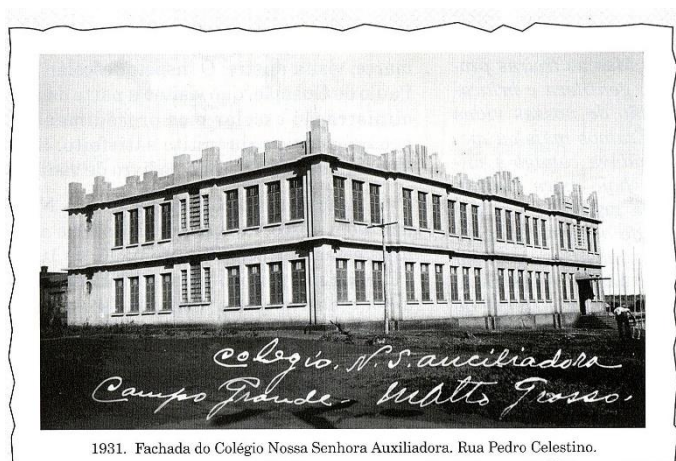
A instituição tinha dois períodos para a realização do exame de admissão, sendo um no final do ano, no mês de novembro, e outro em março, início do período letivo. É importante frisar a seletividade do exame de admissão, dado o número de reprovação nele ocorrido. Apesar da dinâmica de exclusão dos jovens que a instituição considerava não aptos a frequentar o ensino secundário, a tabela evidencia que houve um aumento dos números de admissões. O Ginásio mudou para sua própria sede somente em 1936, além disso, ocorreram duas ampliações no estabelecimento, uma em 1951 e outra em 1962.

Verifica-se que a primeira instituição de ensino secundário de Campo Grande foi privada, instalada e construída com recursos das anuidades dos alunos e também com verbas públicas, como analisaremos no próximo tópico. Essa dicotomia mostra que,

apesar de a escola ser privada, apenas o pagamento das mensalidades dos discentes não era suficiente para suprir suas despesas, sendo preciso encontrar outra fonte de renda. Para o estabelecimento educativo, essa situação era favorável, pois, aumentando o número de matrículas, ampliava-se também o número de pessoas que queriam estudar nessa instituição devido ao fato de que sua reputação pedagógica crescia na cidade.

b) Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Figura 4 - Colégio Nossa Senhora Auxiliadora



1931. Fachada do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Rua Pedro Celestino.

Fonte: PENTEADO (1996).

A segunda instituição privada de ensino secundário inaugurada em Campo Grande, em 1926, foi o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que acolhia a demanda feminina na época. O Colégio foi criado por intermédio de um projeto desenvolvido pela Congregação Salesiana Filhas de Maria Auxiliadora, com a finalidade de atender estudantes mulheres. O Colégio contemplava a educação infantil, ensino primário e um ano de curso complementar.

Em 1928, as salesianas abriram a Escola de Comércio Dom Bosco com os cursos Admissão (à Escola de Comércio), Secretariado e Contador. Em 1930, anexa ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, foi inaugurada a Escola Normal Dom Bosco, funcionando até 1940, fechada por decisão do governo estadual que extinguiu todas as Escolas Normais de Mato Grosso⁴⁸. O colégio feminino das salesianas em Campo Grande oferecia também aulas particulares de pintura, música e arte aplicada, sediava o Oratório Festivo e a Associação das ex-alunas. (OLIVEIRA, 2014, p. 128).

⁴⁸ Segundo as autoras Simões e Rodríguez (2013 apud OLIVEIRA, 2014, p. 128), Julio Strübing Müller instituiu uma nova política de formação de professores em Mato Grosso, transformando a Escola Normal em Seção Normal da escola secundária ginasial. Essa mudança, legalizada pelo Decreto n. 112, 29/12/1937, acarretou o fechamento gradual das instituições de ensino normal, privadas e públicas, entre 1937 e 1940, quando se deu sua completa extinção em todo o estado. Somente em 1947, durante a interventoria de José Marcelo Moreira, que lançou novo Regulamento das escolas normais do estado, com o Decreto n. 287, de 26 de março de 1947, as escolas normais voltaram a vigorar de forma autônoma em Mato Grosso.

Enfatiza-se que, além do colégio feminino, as salesianas instituíram a Escola de Comércio com curso de Admissão em 1928. A instituição também oferecia cursos de pintura, música e artes aplicadas, porém, para que acontecesse a ampliação dessa instituição escolar, também contou com recursos públicos, pois, em 1927, a Câmara Municipal de Campo Grande determinou a transferência de um terreno para a construção de um prédio para o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Ao estabelecer a diferenciação do ensino secundário feminino que deveria "tomar em consideração a natureza da personalidade feminina e a missão da mulher dentro do lar" e determinar "a separação das classes, sempre que na mesma escola secundária houver aluno dos dois sexos". Capanema impedia a coeducação. Isso agradava especialmente aos católicos que davam a mulher, por ser mais facilmente religiosa e por servir "a vida, transmitindo-a a outros seres, na tarefa mais sublime de sua natureza" e, também, "como educadora nata da infância", relevante papel na formação e preservação da família católica. Essa preocupação era compreensível porque a Primeira Guerra Mundial havia levado um número considerável de mulheres a buscar empregos nas fábricas e no comércio. Era importante trazê-las de volta ao lar, livres de prováveis influências que pudessem prejudicar sua tradicional atuação enquanto educadoras da família cristã brasileira. (BARBOSA, 1992, p. 182).

Observa-se que havia diferença entre as instituições masculinas e femininas, já que o colégio feminino era voltado mais para o desenvolvimento da arte e educação da família, "Assim como as instalações, os métodos modernos, a moral religiosa, a idoneidade e a qualificação do corpo docente eram argumentos utilizados para a ampliação do corpo docente". (ANDRADE, 2021, p. 118). Ressalta-se que as instituições femininas educavam as moças para o lar (ter uma família e cuidar da casa e dos filhos) e para exercer a profissão docente e, em contrapartida, os colégios masculinos eram voltados para exercer os diferentes trabalhos da sociedade capitalista e preparar para o ingresso em universidades. Além disso, o estabelecimento visava à preparação dos alunos para o exame de admissão. Para atrair e tornar apto esses alunos em sua instituição, na década de 1930, criou-se um curso gratuito.

Apenas em 1946 ocorreu a autorização de funcionamento do curso ginásial da instituição, o que era importante naquele momento, dando o prestígio do estabelecimento, pois, para receber essa autorização, passava por uma fiscalização.

A tabela a seguir contém o quadro geral de matrículas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no período de 1947 a 1950.

Tabela 46 - Matrículas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no período de 1947 a 1950

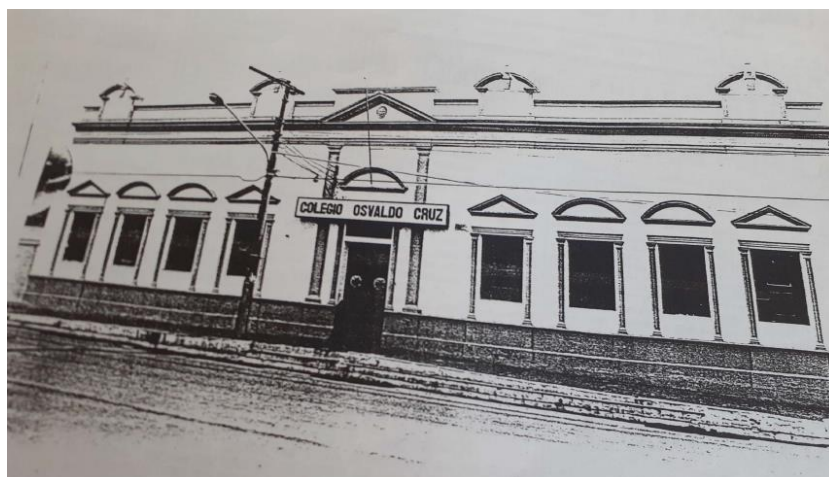
Ano	Etapa	1º	2º	3º	4º	Total
1947	Ginasial	98	47	45	32	222
	Colegial	12	14	-	-	26
1948	Ginasial	51	40	55	51	224
	Colegial	-	-	-	-	-
1950	Ginasial	99	73	48	30	250
	Colegial	10	-	7	-	17

Fonte: Relatório (1947); Relatório (1948); Relatório (1950) apud Andrade (2021).

Verifica-se na tabela que a maioria das matrículas concentravam-se no Ginásio, portanto ocorria a necessidade de ampliação para o curso Colegial, visto que havia poucas matrículas para essa etapa de ensino. No ano de 1948 não há registro de dados sobre matrículas no curso colegial e uma hipótese explicativa para isso pode ser que não houve um número suficiente de estudantes para abrir turma.

c) Colégio Osvaldo Cruz:

Figura 5 - Colégio Osvaldo Cruz



Fonte: Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA⁴⁹), 1938.

Em 1927, foi inaugurado o Colégio Osvaldo Cruz, por iniciativa do professor Henrique Correa, porém, naquele período, a instituição era denominada de Instituto Osvaldo Cruz, em virtude da Reforma de Rocha Vaz⁵⁰ de 1925, que determinou que as instituições privadas deveriam seguir os parâmetros do Colégio Pedro II.

Assim, em 15 de março de 1927 iniciaram-se as atividades no Instituto Osvaldo Cruz, com características de internato. Um ponto a considerar é que com o internato o Instituto criou instalações próprias para esse tipo de educação, por exemplo, o dormitório era um amplo salão, bem higienizado, separado em dois

⁴⁹ Encontra-se na pasta 9.0 do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

⁵⁰ Decreto n. 16.782-A, de 1925, última reforma educacional da Primeira República, determinava em seu “Art. 30: “O ensino secundario, oficialmente mantido nas duas secções do Collegio Pedro II (Internato e Externato) sera ministrado na fôrma deste regulamento” (BRASIL, 1925),

grupos, quer dizer, os estudantes médios ficavam de um lado, enquanto os maiores do outro. (ROCHA, 2010, p. 71).

Ressalta-se a importância do internato, porque uma grande parcela da população habitava na zona rural, sendo assim, a instituição oferecia segurança para os alunos, dado que as outras instituições eram distantes de suas residências.

Em fevereiro de 1929, o seu primeiro proprietário e diretor, o professor Henrique Corrêa solicitou a inspeção do estabelecimento com a intenção de obter reconhecimento oficial, conforme o Decreto nº 16.782-A, de 1925. Ao mesmo tempo em que a referida Reforma permitia equiparação ao Ginásio Nacional somente para as instituições públicas, aceitava a organização de juntas examinadoras para avaliarem os estabelecimentos particulares que pretendiam obter o reconhecimento oficial. (ROCHA, 2010, p. 72).

Dessa forma, deu-se início aos exames de admissão realizados pela instituição, e o estabelecimento começou a se denominar Ginásio Osvaldo Cruz.

Conforme Oliveira (1990), o professor Henrique Correa transferiu o Ginásio Osvaldo Cruz para Augusto Cardoso, um oficial do exército do município de Ponta Porã, que, por sua vez, vendeu a instituição para Antonio Leite de Campos. Dessa forma, entre os anos de 1929 a 1933, o estabelecimento teve dois donos.

Nota-se que as três primeiras instituições de ensino secundário de Campo Grande foram privadas e, para que elas pudessem funcionar, era necessário passar por inspeção contínua. Em 1934, “[...] o Colégio Dom Bosco e o Colégio N. S. Auxiliadora [...] foram classificados como bom. O principal concorrente de ambas as instituições, o Colégio Osvaldo Cruz, no período sob inspeção preliminar foi classificado como sofrível”. (ANDRADE, 2021, p. 119). Nota-se que os colégios religiosos obtiveram melhor avaliação e a única instituição laica era considerada de forma negativa.

Na década de 1930, o Ginásio Osvaldo Cruz foi vendido a um grupo de professores e, de acordo com a explicação de Oliveira (1990), dentre esses docentes estavam Argemiro Fialho, Tertuliano Meireles, Teixeira Campos, Múcio Teixeira Júnior, entre outros.

A Resolução n. 18, de 31, de julho de 1936, autorizou “[...] o poder executivo a abrir, no corrente exercício, o crédito parcial da quantia de 25:000\$000, para pagamento das despesas feitas com o transporte e hospedagem dos estudantes do Instituto Osvaldo Cruz,” (MATO GROSSO, 1936).

Verifica-se, com isso, que os recursos públicos fomentavam a iniciativa privada e infere-se que essa ação contribuía para a manutenção do estabelecimento, para assegurar a frequência dos alunos que precisavam desse auxílio e, além disso, significava uma

medida mais barata do que o investimento na criação de escolas públicas para suprir a demanda.

Entretanto, além de receber recursos públicos, a instituição era mantida também pelos pais dos alunos, como apresenta a tabela da Receita Orçamentária para 1939 a seguir.

Tabela 47 - Receita Orçamentária previstas para 1939: Instituto Osvaldo Cruz

Tipo de Curso	Descrição	Preço	Total
Curso Primário	200 Alunos, ao preço médio de 20\$000. 10 meses	40:000\$000	43:000\$000
	Matrícula de 200 alunos, a 15\$000 cada	3:000\$000	
Curso Comercial	100 alunos ao preço médio de 50\$000, 9 meses	45:000\$000	51:600\$000
	Matrícula de 100 alunos a 30\$000	3:000\$000	
	Taxa de Inspeção	3:600\$000	
Curso Ginásial	60 alunos 1ª série a 45\$000, 9 meses	24:300\$000	99:360\$000
	40 alunos 2ª série a 50\$000, 9 meses	18:000\$000	
	30 alunos 3ª série a 55\$000, 9 meses	14:850\$000	
	30 alunos 4ª série a 65\$000, 9 meses	17:550\$000	
	12 alunos 5ª série a 70\$000, 9 meses	7:560\$000	
	Matrícula de 170 alunos, a 30\$000, cada	5:100\$000	
	Taxa de Inspeção Federal	12:000\$000	
Datilografia	30 alunos a 20\$000, 10 meses	---	6:000\$000
Internos	50 alunos: lucro provável de 50\$000, cada, por mês, 9 meses.	---	22:500\$000

Fonte: Relatório do Instituto Osvaldo Cruz. 1938. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA). Organizado pela autora.

O total da receita elaborada no dia 31 de dezembro de 1938 e prevista para 1939 era de 222:460\$000. Enfatiza-se que, ao longo do curso ginásial, o valor ia aumentando e o número de alunos diminuindo. Porém, também existiam despesas, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 48 - Despesas Previstas para 1939 – Instituto Osvaldo Cruz

Tipos de Despesas	Valor
Aluguel do Prédio	12:000\$000
Taxa de Fiscalização: Curso Ginásial	15:600\$000
.....12:000\$000	
Curso Comercial e	
Perito.....3:600\$000	
Propaganda e Impressos	4:000\$000
Iluminação e Expediente	4:000\$000
Limpeza e Higiene	6:000\$000
Aposentadoria dos Professores e Empregados	3:600\$000
Vencimentos dos Empregados e Auxiliares de Escritório	16:000\$000
Vencimento dos Professores	70:500\$000
Provável “Deficit” na Gestão da Revista do Colégio	2:000\$000
Material de Esportes	5:000\$000
Despesas Imprevistas	5:000\$000
Despesas Imprevistas	2:760\$000
Alunos Gratuitos, por conta do estabelecimento	10:000\$000
Descontos contas não pagas	10:000\$000
Total provável da Despesa	166:460\$000

Fonte: Relatório do Instituto Osvaldo Cruz. 1938. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA). Organizado pela autora.

Evidencia-se que o lucro provável seria de 56:000\$000, porém o documento informa que esse valor ficaria para investir em material escolar, pois não havia retirada de dividendos. “Segundo o Relatório de 1939, expedido pela direção do Ginásio, o estabelecimento não recebia subvenções de nenhuma natureza do poder público. Desta forma, dependia exclusivamente das anuidades pagas pelos alunos internos e externos”. (ROCHA, 2010, p. 78). A tabela destaca também que existiam alunos que não pagavam, pois a instituição oferecia bolsas de estudos.

Ressalta-se que no primeiro ano da década de 1940, o Ginásio foi comprado e dirigido em sociedade pelos senhores José Fontanillas Fragelli e Wilson Barbosa Martins e posteriormente foi comprado, em 1942, pelo professor Luís Alexandre de Oliveira. (ROCHA, 2010, p. 76).

Sendo o Professor Luiz Alexandre de Oliveira dono do estabelecimento, foram implementadas diferentes medidas para atrair os alunos, dentre elas, a criação do primeiro curso noturno de ensino secundário do município, além de assistência e atendimento odontológico para todos os alunos.

No final da década de 1940 já na Presidência de Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951), mais precisamente em 1948, o senador pelo Estado de Mato Grosso, Vespasiano Martins, intercedeu em nome do estabelecimento solicitando ao Ministério da Educação e Saúde, a elevação do Ginásio Osvaldo Cruz para Colégio, o que possibilitaria que a instituição pudesse atender o ensino primário, comercial e os dois ciclos do ensino secundário, no âmbito da Reforma Capanema (Decreto-Lei nº 4.244 de 1942) que criou os dois tipos de estabelecimentos denominados de ginásial e colegial. (ROCHA, 2010, p. 76).

Em 1949, pelo Decreto Federal n. 26.402, de 24 de fevereiro, a instituição foi elevada à categoria de colégio. Segundo o artigo 1.º desse documento, “O Ginásio

Osvaldo Cruz, com sede em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, fica autorizado a funcionar como colégio”. (BRASIL, 1949). Com essa elevação para colégio, a instituição aumentou a visibilidade, bem como o interesse dos pais para que seus filhos estudassem no colégio.

d) Liceu Campograndense

Figura 6 - Liceu Campograndense



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=441997>.

Em 1939, foi inaugurada pelo Interventor do Estado, Júlio Muller (1937-1945), a primeira instituição de ensino secundário pública de Campo Grande, de acordo com o relato de Maria Constança Barros Machado, na obra de Sá Rosa (1990):

Em 1939, propus ao interventor Júlio Muller e ao Dr. João Ponce de Arruda, secretário de fazenda do Estado a criação de um ginásio estadual, que pudesse resolver os problemas dos que precisavam continuar o primário e não tinham meios de pagar a escola. Naquela época, havia apenas três ginásios particulares em Campo Grande: Osvaldo Cruz, o Dom Bosco e o Colégio das Irmãs. [...] Obtida a autorização em 1939, na qualidade de diretora, instalei e organizei o Liceu Campograndense, mais tarde denominado Ginásio Estadual Campo-Grandense. (MACHADO apud SÁ ROSA 1990, p. 62).

Entretanto, para frequentar o ensino secundário, era obrigatório passar pelo exame de admissão, como evidencia Pessanha e Silva (2014):

Os alunos que quisessem estudar no primeiro ginásio público da cidade precisavam submeter-se aos então denominados Exames de Admissão ao Ginásio, obrigatórios para o ingresso no ensino secundário. Vale destacar que, pelo seu caráter público, seria uma escola voltada para atender às famílias que não podiam pagar para seus filhos estudarem nos ginásios particulares já existentes. Esses alunos seriam, em sua maioria, filhos de operários e funcionários públicos que não tinham condições de ampliar a escolaridade para além do curso primário. Assim, o Colégio parecia ser percebido como um espaço de “compensação” para uma desvantagem inicial, rompendo a circularidade da reprodução. Dito de outro modo, se usasse todos os seus recursos pedagógicos com intuito de atender todos os estudantes, ele poderia colocar em condições de igualdade, ou menos desiguais, para aqueles que chegam até o Colégio desprovidos ou, talvez, menos providos de capital cultural. (PESSANHA; SILVA, 2014, p. 1028-1029).

Não era de interesse do Estado usar seus recursos para colocar em igualdade os discentes de origem humilde, pois não foram só os alunos pobres que frequentaram a instituição. Na verdade, muitos alunos de famílias abastadas conseguiam passar no exame por estarem mais bem preparados, porque seus progenitores poderiam arcar com professores particulares e assim ficavam nas melhores colocações.

Contraditoriamente, os candidatos de renda alta e média-alta tinham melhores condições de enfrentar os exames de admissão, por estarem mais bem preparados, pois, além de terem cursado os quatro do ensino primário, ainda frequentavam durante um ano inteiro os denominados cursos preparatórios para os exames de admissão. (PESSANHA; SILVA, 2014, p. 1029).

Além da dificuldade no acesso por causa do exame de admissão e os candidatos abastados conseguirem as limitadas vagas oferecidas pela instituição, o Liceu Campograndense, apesar de ser uma instituição pública estatal, não era gratuito, como aponta Oliveira (2014):

Embora o Liceu Campograndense fosse uma escola pública o ensino era pago, bem como a taxa de matrícula e os exames. No entanto, o Decreto-lei nº 254, de 15/03/1939, voltando-se exclusivamente para o ensino secundário mantido pelo estado, dispensou dessas taxas os “filhos de operários pobres”. (OLIVEIRA, 2014, p. 112).

Mas o que quer dizer filhos de operários pobres? “O sentido de ‘pobre’ estava baseado nos moldes civilizatórios de regeneração do brasileiro ocioso, moralização do desocupado e valorização da urbanidade muito em voga na época”. (OLIVEIRA, 2014, p. 112). Dessa forma, os filhos dos trabalhadores poderiam obter a chance de ascensão social por meio dos estudos.

[...] os critérios de seleção dos alunos para a entrada neste nível de ensino incorporam a premissa de educar os mais capazes, ao estabelecer exames de seleção, ao mesmo tempo, que o Estado ao reconhecer o direito à educação de todos, no entanto, impôs uma barreira camuflada pela ideia da elitização, do aproveitamento e da preparação dos dirigentes. (SILVA; WENCESLAU, p. 234).

Apesar da gratuidade prevista para os discentes pobres, o exame de admissão selecionava os alunos considerados mais capazes, escondendo a intenção de preparar a classe dirigente para o comando da sociedade capitalista.

O estabelecimento emprestado, que foi a sede do Liceu Campograndense, abrigava a escola normal, o grupo escolar e, posteriormente, o curso ginasial. Não era internato, tratava-se de uma instituição apenas para fins educativos.

O quadro a seguir mostra a transferência de alunos de instituições privadas para o Liceu Campograndense no ano de 1942.

Quadro 21 - Transferência de alunos para o Liceu Campograndense 1942

Quantidade de Alunos	Instituição de Origem
9 alunos	Ginásio Dom Bosco/ Campo Grande
23 alunos	Ginásio Osvaldo Cruz/Campo Grande
1 aluno	Colégio dos Santos Anjos/ Rio de Janeiro
7 alunas	Ginásio N. S. Auxiliadora/ Campo Grande
1 aluno	Ginásio do Estado/Araraquara
1 aluno	Ginásio Municipal / São Carlos

Fonte: Relatório (1942) apud Oliveira (2014).

Os dados do quadro demonstram que os alunos foram para o Liceu Campograndense transferidos de outras instituições. As três escolas secundárias privadas de Campo Grande que tiveram maior número de transferência foram: Ginásio Osvaldo Cruz, Ginásio Dom Bosco e Ginásio N. S. Auxiliadora. Cogita-se que esse acontecimento devia-se ao fato de que os estudantes pretendiam finalizar o ensino secundário de maneira mais acessível, pois os custos das taxas eram menores que nas instituições privadas.

Em 1942, o Liceu passou a denominar-se Ginásio Estadual Campograndense. No período de 1939 a 1954 o Colégio Estadual funcionou no prédio do Grupo Escolar Joaquim Murtinho. Em 1954, ganhou um novo edifício, o que fez aumentar seu prestígio junto à população.

[...] podendo servir aos novos habitantes que vinham compor a população da cidade, como filhos de militares, dos ferroviários, dos trabalhadores do campo e outras tantas pessoas que faziam parte desta cidade, naquele tempo. Além da gratuidade, estudar no Maria Constança⁵¹ passa a ser condição de aprovação nos vestibulares, correspondendo aos esforços da professora Maria Constança em sua luta para que o Governo construísse uma escola secundária para atender aos alunos das classes populares. (ADIMARI, 2005, p. 73).

Observa-se a importância dessa instituição de ensino para a classe trabalhadora, pois, naquele período, estudar no prestigiado Colégio Estadual era sinônimo de aprovação na educação superior. Porém, os estudantes, em sua maioria, eram oriundos de famílias abastadas, conforme a manchete do jornal, em 1961:

⁵¹ Em 1971, a instituição passa a denominar-se Maria Constança Barros Machado.

Figura 7 - Ensino Secundário – Grave problema na cidade (1961)



Fonte: Jornal do Comércio (1961).

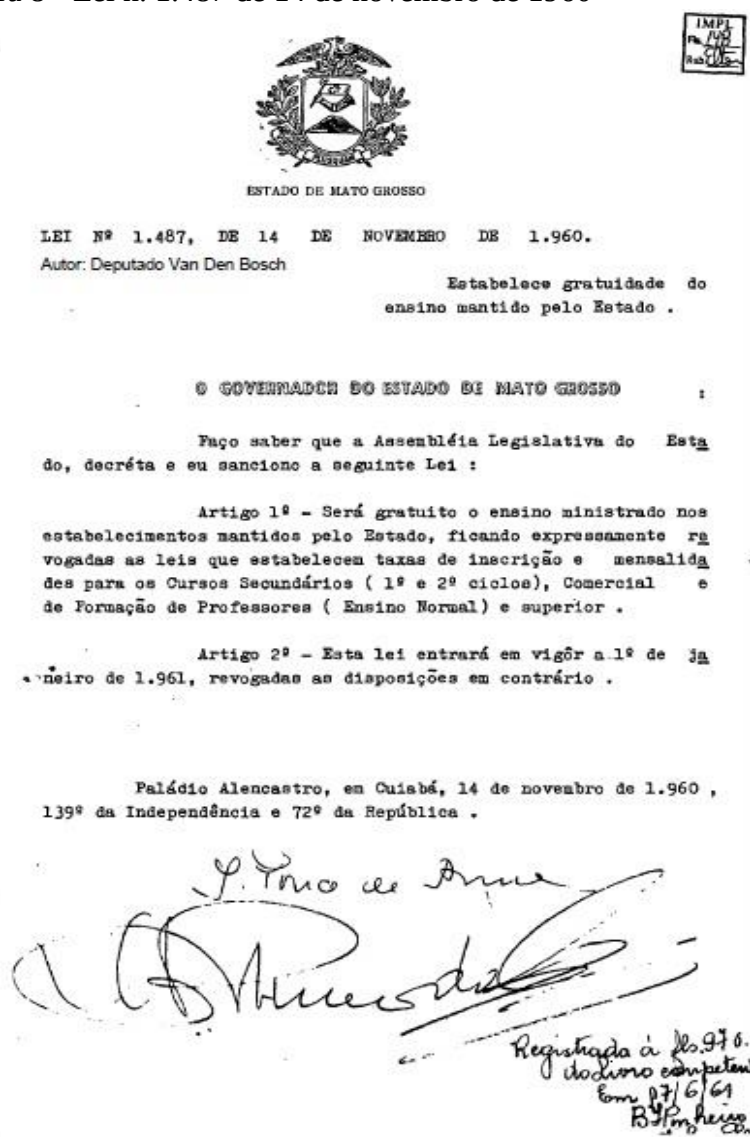
A manchete evidencia que o colégio estadual era frequentado apenas por ricos e reivindica o curso noturno, conforme trecho da reportagem a seguir:

Estamos em plena fase do reinício do período escolar, e mais de um chefe de família ou do próprio aluno interessado nos tem trazido as suas reclamações no tocante ao preço das matrículas e anuidades nos estabelecimentos de ensino da cidade, quase proibitivo as pessoas de poucos recursos. Um só filho na primeira série ginásial acarretaria aos seus pais uma despesa anual de mais de 10 mil cruzeiros entre matrículas, mensalidades e material escolar. O único estabelecimento de ensino secundário com possibilidades favoráveis à classe estudantil, pela taxa mínima que cobra, o Ginásio Estadual, está superlotado em dois turnos, por alunos em sua maioria filhos de família abastadas, de situação econômica mais que suficiente para matriculá-los em colégios particulares, e ali estão, em prejuízo de outros mais necessitados e de menores recursos financeiros. Diante dessa situação, e sem o incessante aumento da nossa juventude estudiosa, seria justo que os poderes estaduais estudassem de imediato a ampliação daquele educandário para um curso ginásial noturno, a exemplo dos demais, dando oportunidade a tantos jovens ávidos de saber e impossibilitados por falta de recursos materiais de seus pais. Aqui fica a nossa sugestão, com a nossa confiança em que a mesma será levada em consideração que merece. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1961).

O Jornal do Comércio destacou que o ensino secundário era para a classe dominante, porque as despesas para manter um aluno da primeira série ginásial numa instituição privada correspondiam a mais de 10 mil cruzeiros anualmente. No Ginásio Estadual, as taxas eram mínimas se comparadas àquelas cobradas pelas instituições privadas, porém os alunos oriundos de classe abastadas eram a maioria. O estabelecimento não tinha curso noturno e essa era uma reivindicação feita pela sociedade, a fim de que os alunos que necessitavam trabalhar no período diurno pudessem cursar o ensino secundário a noite.

Entretanto, essa situação se manteve até que a Lei n. 1.487, de 14 de novembro de 1960, estabeleceu a gratuidade do ensino mantido pelo estado.

Figura 8 - Lei n. 1.487 de 14 de novembro de 1960



Fonte: Mato Grosso (1960). Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/>.

A partir de janeiro de 1961, essa Lei entrou em vigor e, dessa forma, ficou determinado que as instituições estatais seriam gratuitas à população para os cursos secundários, comercial, formação de professores e curso superior.

e) Ginásio Barão do Rio Branco

Figura 9 - Ginásio Barão do Rio Branco



Fonte: Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto (2018) apud ASTOFE (2019).

Em 1949, foi inaugurado por Oliva Enciso o Ginásio Barão do Rio Branco, fundado por Felipe Tiago Gomes para atender jovens pobres. Para Alves e Assis (2015), essa instituição foi uma iniciativa da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, originada em Recife, em 1943. Porém, em 1969, passou a se chamar Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, atendendo em todo o território nacional na condição de sociedade civil sem fins lucrativos, com prazo de duração ilimitado.

[...] compreendemos que a Campanha contribuiu para a expansão do ensino secundário em Mato Grosso, com sede em seis cidades do estado e em especial em Campo Grande, com o Ginásio Barão do Rio Branco. A referida Campanha se destinava à classe trabalhadora, aos “desprovidos de recursos financeiros”, e mantinha-se firme em sua finalidade de democratizar o curso ginasial, denominando-se uma instituição privada sem fins lucrativos, dessa maneira, ligada ao que se denomina terceiro setor atualmente. (ASTOFE, 2019, p. 150).

A instituição era gratuita, destinada aos alunos oriundos da classe trabalhadora, porém, era privada sem fins lucrativos, financiada com recursos públicos, com objetivo de desenvolver o ensino secundário e, assim, democratizar o curso ginasial.

Durante seu funcionamento, o Ginásio Barão do Rio Branco teve quatro sedes, como sinaliza o quadro a seguir:

Quadro 22 - Sedes do Ginásio Barão do Rio Branco em Campo Grande (1949 – 1966)

Ano	Instituição
1949	Escola Particular da D. Ana Luísa Prado Bastos
19??	Escolar Particular de D. Simpliciana Corrêa
1954	Grupo Escolar Joaquim Murtinho
1966	Prédio próprio na avenida Afonso Pena

Fonte: Enciso (1986) apud Astofe (2019).

Até possuir o prédio próprio, o Ginásio teve sede em três escolas diferentes. Não se tem exatamente a informação a respeito do ano em que esteve funcionando na Escola Particular de D. Simpliciana Corrêa, porém permaneceu durante oito anos no prédio do Grupo Escolar Joaquim Murtinho.

O Ginásio recebeu recursos públicos, como evidencia a Lei n. 265, de 28 de abril de 1952, que concedeu auxílio ao Ginásio Barão do Rio Branco:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado subvencionar o Ginásio Barão do Rio Branco, desta cidade, com a importância de Cr\$ 40 000,00 (quarenta mil cruzeiros), anuais, e ficando com direitos de encaminhar para aquele Ginásio todos os alunos que necessitarem de ajuda dos cofres públicos para o seu cultivo intelectual do primeiro ciclo secundário. (CAMPO GRANDE, 1952).

Enfatiza-se que o município instrumentalizava medidas paliativas, em vez de construir instituições públicas para que os alunos que não tinham recursos pudessem usufruir do ensino secundário.

f) Balanço Geral do Ensino secundário:

O quadro a seguir traz as instituições secundárias que funcionavam em Campo Grande no período de 1920 a 1960:

Quadro 23 - Instituições secundárias em Campo Grande no período de 1920 a 1960

Instituição	Período de Funcionamento	Iniciativa	Curso
Instituto Pestalozzi	1917-1927	Privada	Ensino Secundário Ensino Profissional
Gymnasio Municipal de Campo Grande	1927-1930	Privada	Ensino Secundário Ensino Profissional
Ginásio Municipal Dom Bosco	1930	Privada	Ensino Secundário
Colégio N. S. Auxiliadora	1926	Privada	Ensino Normal Ensino Profissional
Instituto Osvaldo Cruz	1927 – 2008	Privada	Ensino Secundário
Escola Normal Joaquim Murtinho	1931-1971	Pública	Ensino Normal
Liceu Campograndense	1939-1942	Pública	Ensino Secundário
Ginásio Estadual Campograndense	1942-1971	Pública	Ensino Secundário Ensino Profissional
Ginásio Barão do Rio Branco	1949-1954	Privada	Ensino Secundário

Fonte: Britez (2014).

Verifica-se que algumas instituições apenas tiveram a denominação mudada: o Instituto Pestalozzi (1917-1927) passou a se chamar Gymnasio Municipal de Campo Grande (1927-1930) e, depois que os Salesianos compraram a instituição, foi nomeado de Ginásio Dom Bosco. Já o Ginásio Campograndense (1939-1942) passou a denominar Ginásio Estadual Campograndense até 1971, depois passou a ser nomeado como Maria Constança Barros Machado. Dessa forma, no período de 1920-1960, existiam quatro instituições privadas: Dom Bosco, Nossa Senhora Auxiliadora, Instituto Osvaldo Cruz e Ginásio Barão do Rio Branco; e duas instituições públicas: Liceu Campograndense e Escola Normal Joaquim Murtinho.

Destaca-se que, nesse momento histórico, ocorreu o aumento populacional urbano na cidade, ocasionado pela vinda de pessoas de outros lugares do país e, assim, houve a necessidade de expansão de instituições escolares de ensino secundário. “Campo Grande passou de aproximadamente 2.000 mil habitantes no início do século XX para cerca de 30.000 mil residentes em 1930. Já em 1960 eram quase 75.000 mil habitantes” (MORO, 2016, p. 539). Durante um período de 41 anos (1920-1961), foram estas as instituições de ensino secundário instaladas em Campo Grande: Ginásio Dom Bosco, Colégio Maria Auxiliadora, Instituto Osvaldo Cruz, Ginásio Campograndense, Ginásio Barão do Rio Branco e Escola Normal Joaquim Murtinho.

Vale lembrar que, por ser esse grau de ensino, em sua maioria ministrado por instituições privadas, poucos alunos da classe trabalhadora conseguiam usufruir dele. Sendo assim, o Estado custeava as despesas das instituições em troca de bolsas de estudos. A seguir, aborda-se a distribuição dos recursos públicos para as instituições de ensino secundário de Campo Grande.

4.3 Dados sobre os recursos públicos destinados ao ensino secundário

Ao longo do período analisado, observa-se que, no município de Campo Grande, a expansão do ensino secundário ocorreu mediante oferta das instituições privadas. Entre elas duas confessionais, que foram Colégio Maria Auxiliadora (1926) e Colégio Dom Bosco (1930), sendo o mesmo fenômeno observado em outras regiões do país, ou seja, o oferecimento desse grau de ensino por instituições confessionais, fato já discutido nos capítulos anteriores. Porém, vale ressaltar ainda as contribuições de Cunha (1985, p. 132) para explica como se deu a expansão de instituições privadas confessionais:

Com a separação entre a Igreja e o Estado, desde a Proclamação da República, o ensino nas escolas públicas passou a ser totalmente laico, vedado o ensino da religião. Essa situação começou a mudar por iniciativa de ambas as partes. O Estado buscou apoio político e ideológico na Igreja, quando as ameaças à ordem capitalista atingiram o ápice ao fim e logo após a Primeira Guerra Mundial, prolongando-se a crise com as insurreições militares dos anos 20. A Igreja, por outro lado, procurava utilizar o aparelho de Estado para exercer influência religiosa. [...] com um decreto de Vargas, logo após a instituição do governo provisório, introduzindo o ensino da religião no currículo das escolas públicas primárias e secundárias estaduais. O ensino da religião seria obrigatório para o credo declarado (a menos que não houvesse número suficiente de crentes na escola), só havendo dispensa das aulas mediante requerimento dos pais. Apesar da grande oposição a essa medida da política educacional, o decreto não foi só mantido como também incorporado à Constituição de 1934, fruto da eficácia mobilizadora da Liga Eleitoral Católica.

Nos anos 1920, começou a expansão de instituições confessionais em todo o território nacional, uma tendência que também foi verificada em Campo Grande. É importante frisar que, no município, desde o início da implantação do ensino secundário, as instituições disponibilizaram vagas gratuitas ao município em troca de recursos públicos. Dessa forma, as escolas privadas abriam um determinado número de vagas aos alunos oriundos da classe trabalhadora e, com os recursos públicos obtidos, as instituições poderiam investir na compra de terrenos, em reformas de prédios e no pagamento de docentes.

O quadro a seguir apresenta os recursos públicos estaduais destinados ao ensino secundário no município de Campo Grande:

Quadro 24 - Recursos Públicos Estaduais a instituições de ensino secundário

Legislação	Data	Ementa
Lei n. 956	12/07/1926	Concede à Congregação das Irmãs Salesianas um auxílio para a construção de um prédio em Campo Grande.
Lei n. 167	08/10/1951	Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para atender às despesas da construção dos ginásios “Campo-grandense” e “Maria Leite” e dá outras providências.
Lei n. 168	08/10/1951	Autoriza o Poder Executivo a Construir, em Campo Grande, um prédio para sede própria do ginásio estadual Campo-grandense e dá outras providências.
Lei n. 197	23/10/1951	Dispõe sobre um auxílio de Cr\$ 180.000,00 ao Ginásio Barão do Rio Branco com sede em Campo Grande, fundado pela C.N.E.G seção de Mato Grosso.
Lei n. 201	27/10/1951	Autoriza o poder executivo a conceder um auxílio aos estabelecimentos de ensino que menciona (incluindo o ginásio Oswaldo Cruz, de Campo Grande).
Lei n. 265	28/04/1952	Concede Auxílio ao Ginásio Barão do Rio Branco
Decreto-Lei n. 19	1956	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito de Cr\$ 200.000,00 para a pavimentação da praça de esporte do Colégio Estadual Campo-grandense.
Lei n. 1.040	12/12/1957	Abre no corrente exercício o crédito especial de Cr\$ 127.500,00 (pagamento de gratificação aos professores do curso científico noturno do Colégio Campo-grandense).
Lei n. 1.086	25/06/1958	Abre o crédito especial de Cr\$ 411.900,00 (pagamento de vencimentos dos professores do Colégio Estadual Campo-grandense).
Lei n. 1.468	12/11/1960	Abre, no Tesouro do Estado, o crédito especial na importância de Cr\$ 240.000,00, para o fim que especifica (incluindo auxílio anual ao Ginásio Barão do Rio Branco, de Campo Grande).
Lei n. 1.509	14/07/1961	Abre, no Tesouro do Estado, o crédito especial, na importância de Cr\$ 200.000,00, para o fim que especifica (pagamento de subvenções ao Ginásio Barão do Rio Branco de Campo Grande).
Lei n. 1.543	08/09/1961	Abre, no Tesouro do Estado, o crédito especial de Cr\$ 540.000,00 (incluindo pagamento de subvenção anual do Ginásio Barão do Rio Branco de Campo Grande).
Decreto-Lei n. 410	1961	Autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio de Cr\$ 400.000,00 ao Colégio Oswaldo Cruz, para fim que especifica.
Decreto-Lei n. 432	1961	Concede o auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 para o Ginásio Barão do Rio Branco, em Campo Grande.

Fonte: Assembleia Legislativa – Instituto da Memória de Mato Grosso. Quadro elaborado pela autora.

As instituições privadas que receberam recursos públicos advindos do Estado foram: Colégio Dom Bosco⁵², Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (irmãs Salesianas), Ginásio Oswaldo Cruz e Ginásio Barão do Rio Branco. O Ginásio Barão do Rio Branco era uma instituição privada, porém sem fins lucrativos.

Organizações não-governamentais são instituições privadas sem fins lucrativos que, ao obter algum resultado econômico de suas atividades, devem reinvesti-lo na atividade-alvo da organização. Apesar de não-governamentais, os fins a que essas instituições se dedicam têm características de serviço público, ainda que em escala diferente do realizado pelo Estado. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 31).

⁵² Conforme mostrado no tópico anterior.

O referido Ginásio privado recebia verbas públicas e era gratuito à população, contribuindo com a educação da classe trabalhadora. Em relação ao Ginásio Osvaldo Cruz, destaca-se o pouco recurso público destinado à instituição; o principal fomento do estabelecimento era a anuidade dos alunos.

Cabe frisar que o Colégio Dom Bosco e o Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora eram instituições confessionais, ou seja, oriundas da Igreja Católica, a qual, naquele momento, travava embates com intelectuais liberais laicos a respeito dos recursos públicos destinados para a educação.

De acordo com Buffa (1979), o argumento do clero católico contra a educação estatal (pública) era que: “[...] a educação e a instrução da criança competem primeiramente à família, que é lógica e cronologicamente anterior ao Estado.” (BUFFA, 1979, p. 34). A Igreja entendia que ao Estado cabe uma obrigação e uma interferência meramente supletiva. “Dizer que os católicos devem manter suas próprias escolas é exigir deles um duplo ônus: o de contribuir com impostos para a manutenção de uma escola inconveniente pública, e o de arcarem com o custeio do ensino que preferirem”. (BUFFA, 1979, p. 34). Portanto, não era de interesse da Igreja manter suas próprias escolas e ainda pagar impostos.

No Brasil, a Igreja Católica teve uma atuação marcante na educação e recebeu também subsídio oriundos da União. No município de Campo Grande, verificou-se o mesmo fenômeno, como evidencia a tabela a seguir:

Tabela 49 - Recursos financeiros destinado ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Ano	Dependência Administrativa	Recurso
1936	União	15:000\$000
1937	União	30:000\$000
1939	União	50:000\$000
1939	União	30:000\$000
1940	União	20:000\$000
1940	União	30:000\$000
1941	União	20:000\$000

Fonte: Ministério da Fazenda. Contas da Gestão Financeira de 1937; Balanço Geral dos Exercícios de 1939; Balanço Geral dos Exercícios de 1940. Organizado pela autora.

Nota-se que houve muitas transferências de verbas da União para o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e a justificativa para isso devia-se ao fato de uma questão sociocultural, ou seja, o argumento era que o auxílio estatal “contribuía” com a gratuidade de escolarização dos alunos da classe trabalhadora que não podiam arcar com os custos de matrícula e anuidade das escolas privadas. Porém, isso evidencia o caráter elitista da

educação, pois com esse apoio financeiro aumentava a qualidade de ensino secundário privado da classe dominante e perpetuava as diferenças de classe.

Uma vez garantida a iniciativa (privada) católica no ensino superior e no ensino secundário, estavam assegurados os objetivos educacionais católicos que se resumiam em preparar as elites para, repito, criar e manter as bases de uma sociedade cristã. Acrescente-se que as instituições escolares mantidas pela Igreja eram bastante onerosas e, por definição, quem podia arcar com o alto custo dessa educação já era membro da elite. (BARBOSA, 1992, p. 184-185).

Apesar dos repasses de recursos públicos para as instituições, enfatiza-se que a maior parcela da sociedade que usufruía do ensino secundário era a classe dominante, aprofundando e conservando o acesso desigual da população aos bens culturais e sociais.

Tabela 50 - Recursos financeiros destinado ao Colégio Dom Bosco

Ano	Dependência Administrativa	Recurso
1939	União	5:000\$0
1940	União	5:000\$0

Fonte: Ministério da Fazenda. Balanço Geral dos Exercícios de 1939; Balanço Geral dos Exercícios de 1940; Balanço Geral dos Exercícios de 1941. Organizado pela autora.

Além do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, o Colégio Dom Bosco também recebeu recursos financeiros da União.

Durante esse período, a Igreja Católica assumiu a responsabilidade da educação secundária das elites, afirmando que somente uma educação baseada nos princípios de moralidade e amparada na fé poderia colocar o Brasil nos rumos do desenvolvimento e do progresso[...] No sul do estado de Mato Grosso, o ensino secundário ficou sob a responsabilidade da iniciativa privada, em sua maioria salesiana, uma vez que a falta de recursos tornava mais fácil o apoio financeiro do governo a essas instituições, por meio de subvenções, para que aceitassem alunos economicamente desfavorecidos, do que abrir uma nova instituição. (SANTOS; ASSIS, 2015, p. 256).

A missão salesiana em Campo Grande iniciou suas atividades educativas mediante a instalação dos Colégios Dom Bosco (1930) e Nossa Senhora Auxiliadora (1926), conseguindo subvenção da União em troca de bolsas a estudantes economicamente desfavorecidos, como evidenciou os balanços do Ministério da Fazenda.

A tabela a seguir ilustra os recursos públicos do município de Campo Grande destinados às instituições de ensino secundário.

Tabela 51 - Recursos do município de Campo Grande destinados às instituições de ensino secundário

Ano	Iniciativa	Instituição	Recurso	Lei
1948	Pública	Ginásio Campograndense e Escola Normal Joaquim Murtinho	--	Lei n. 28, de 13 de julho de 1948.
1949	Privada	Instituto Osvaldo Cruz	Cr\$ 24.000,00	Lei n. 109, de 9 de dezembro de 1949.
1953	Privada	Instituto Osvaldo Cruz	Cr\$ 10.000,00	Lei n. 339, de 24 de outubro de 1953.

Fonte: Atas da Câmara Municipal de Campo Grande. Organizado pela Autora.

A Lei n. 28, de 13 de julho de 1948, “Autoriza a Prefeitura Municipal a doar ao Estado de Mato Grosso a quadra n. 91, da planta oficial da cidade”. (CAMPO GRANDE, 1948). A quadra n. 91 foi doada para que fosse construída nela o novo prédio destinado ao Ginásio Campograndense e à Escola Normal Joaquim Murtinho, instituições de dependência administrativa pública.

Em 9 de dezembro de 1949 foi promulgada na Câmara Municipal de Campo Grande a Lei n. 109, que concedeu auxílio de Cr\$ 24 000,00 ao Instituto Osvaldo Cruz.

Art. 1º - Fica concedido ao Instituto Osvaldo Cruz, desta cidade, auxílio anual de Cr\$ 24 000,00 como contribuição do Município para manutenção de alunos pobres dos cursos básico, ginasial e comercial do seu estabelecimento de ensino.

Art. 2º - O Instituto beneficiado obriga-se a receber 25 alunos gratuitos nos seus vários cursos, que serão indicados pela Secção de Educação e Assistência, com a aprovação do Executivo Municipal.

Art. 3º - O instituto Osvaldo Cruz, obriga-se também, a fornecer, mensalmente, uma relação destes alunos gratuitos, indicando a frequência de cada um, notas de aproveitamento e demais informações que a respeito possam interessar sobre a vida escolar do aluno beneficiado. (CAMPO GRANDE, 1949).

Essa Lei entrou em vigor em janeiro de 1950, já que o governo municipal não mantinha instituição de ensino secundário público e fomentava instituições privadas em troca de bolsa de estudos para alunos pobres, que, para continuar seus estudos, deveriam comprovar bom rendimento escolar.

Em 24 de outubro de 1953, a prefeitura sancionou a Lei n. 339, que entrou em vigor em janeiro de 1954, autorizando “[...] o pagamento ao Instituto Osvaldo Cruz de Cr\$ 10.000,00”. (CAMPO GRANDE, 1953). Esse fomento era destinado a bolsas de estudos de alunos pobres. “Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Campo Grande autorizada a pagar ao Instituto Osvaldo Cruz, desta cidade, a importância de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), correspondentes a bolsas de estudos de alunos pobres mantidos pela prefeitura” (CAMPO GRANDE, 1953).

Nota-se que o município não construiu nenhuma instituição de ensino secundário no período analisado, visto que não era sua obrigação, porém contribuiu com recursos para a instalação de prédio de estabelecimento público e fomentou bolsas para alunos pobres. Isso mostra que o município não assumiu o compromisso efetivo com essa etapa da educação e materializou medidas paliativas mediante a contribuição financeira para que alguns poucos alunos oriundos da classe trabalhadora pudessem frequentar escolas de ensino secundário.

A próxima tabela apresenta os recursos financeiros da União destinados às escolas privadas durante o período de 1950 a 1969.

Tabela 52 - Recursos da União destinados às instituições privadas de Campo Grande (Adendos de 1950 a 1969)

Instituições	Recursos Financeiros
Colégio Dom Bosco	4.000
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	2.000
Colégio Oswaldo Cruz	800
Ginásio Barão do Rio Branco	200
Ginásio Dom Bosco	200
Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora	200
Colégio Dom Bosco	3.000
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	2.000
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	4.000
Contribuição em favor da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, mediante convênio geral, para obras e equipamentos, nos seguintes estabelecimentos: Ginásios: Treze de Junho (Rondonópolis) – Barão do Rio Branco (Campo Grande) – D. Aquino Correia (Cuiabá)	80.000

Fonte: Adendos do Ministério da Finança. 1950 a 1969. Brasil. Organizado pela autora.

Vale ressaltar que esses adendos do Ministério da Finança não identificam o ano específico do fomento que foi atribuído às instituições privadas; eles informam apenas o montante da verba pública. Verifica-se que os maiores recursos foram destinados às instituições confessionais, porém, em relação à contribuição em favor da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, não há dados que expliquem como foi realizada a distribuição dos recursos. O que se pode observar é que o financiamento público das instituições privadas sempre privilegiava os estudantes oriundos das famílias de alta renda:

Fazer com que os recursos públicos subsidiem escolas particulares para os ricos terem nelas ensino gratuito é fazer os pobres pagarem pela situação discriminatória da escola particular, de que tanto precisam os setores sociais antidemocráticos, aqueles que abominam a mistura social. (CUNHA, 1985, p. 129).

Ao longo do período estudado (1930-1961), analisa-se que o estado não tinha responsabilidade efetiva de manter o ensino secundário e, na cidade de Campo Grande, dado as condições histórico e social, essa etapa da educação teve início com a iniciativa privada. Porém, observa-se que, para o poder público, era oportuna essa situação, pois tirava de sua obrigação o compromisso de instalar instituições para esse fim. Desse modo, para indicar que fazia algo pela população, fomentava a iniciativa privada (em especial as instituições confessionais) em troca de bolsas de estudos para alunos de baixa renda.

Numa sociedade de classes em que o Estado é controlado por uma classe politicamente dominante, a educação – um dos veículos usados pelo Estado para impor sua vontade que prevalece é aquela voltada ao atendimento dos interesses dessa classe. A educação é então, além de uma prática social, uma questão política e, por isso mesmo, tende a se distanciar do interesse geral da sociedade. (BARBOSA, 1992, p, 123).

Em suma, não havia uma política pública que tivesse como objetivo a escolarização da classe trabalhadora, perpetuando as diferenças econômicas e sociais existentes nesse momento histórico. Considerando que uma população com consciência de classe pode contribuir para mudar a sociedade, o Estado não favorecia de forma significativa a formação crítica e política dos trabalhadores.

Para compreender melhor como poucos usufruíram do ensino secundário, a tabela a seguir apresenta o quantitativo populacional da faixa etária de 10 a 19 anos em 1960. Nota-se, nesse caso, que a questão econômica se sobressaía, visto que financiar a iniciativa privada acarretava um investimento menor se comparado ao ato de instituir e manter estabelecimentos públicos de ensino secundário.

Tabela 53 - Faixa etária populacional de Campo Grande de 10 a 19 anos em 1960

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
10 a 14 anos	4.504	4.675	9.179
15 a 19 anos	4.180	4.501	8.681
Total	8.684	9.176	17.860

Fonte: CABRAL, 1999. Organizado pela autora.

Existiam 17.860 pessoas no município na faixa etária para frequentar o ensino secundário, sendo 51,40% das crianças em idade de 10 a 14 anos e 48,60% entre os jovens de 15 a 19 anos. Em relação ao sexo masculino, a porcentagem era de 48,61% e 51,39% do sexo feminino.

Ao longo do período (1920-1961), foram criadas instituições públicas de ensino secundário, porém continuou o fomento da iniciativa privada. O Estado⁵³ se mostrou responsável por perpetuar as diferenças sociais oriundas da sociedade capitalista e os avanços educacionais da classe trabalhadora demoram a ser materializados.

Numa sociedade de classes em que o Estado é controlado por uma classe politicamente dominante, a educação - um dos veículos usados pelo Estado para impor sua vontade que prevalece é aquela voltada ao atendimento dos interesses dessa classe. A educação é então, além de uma prática social, uma questão política e, por isso mesmo, tende a se distanciar do interesse geral da sociedade. (BARBOSA, 1992, p, 123).

Durante os anos de 1930 a 1961, o Estado tanto no âmbito nacional, estadual ou municipal controlou as políticas educacionais em apoio aos interesses da classe dominante, e o aumento de instituições de ensino secundário teve como propósito atender as demandas da sociedade capitalista, em vez de apoiar e materializar a escolarização da classe trabalhadora. Dessa forma, observa-se que, nesse momento histórico, o ensino secundário tinha um caráter elitista e meritocrático.

Por fim, o ensino secundário em Campo Grande se expandiu em decorrência do aumento populacional e do desenvolvimento econômico do município, porém, inicialmente, mediante escolas privadas, com ênfase nas instituições confessionais, comprovando que a singularidade de Campo Grande no que diz respeito ao financiamento da educação ocorreu da mesma forma que na esfera nacional, dentro dos parâmetros da sociedade capitalista, na qual o Estado reproduz as diferenças de classe para a sua perpetuação.

⁵³ Podendo referir-se aqui à União, ao Estado e ao Município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo entender a dinâmica público e privado no ensino secundário na cidade de Campo Grande, no período de 1930-1961. O objetivo foi compreender a relação do ensino secundário público e privado no que diz respeito à sua expansão, bem como as tensões e interesses existentes para o fomento do ensino secundário privado no referido período no município de Campo Grande. As categorias de análise foram: relação entre Público e Privado, Política Educacional e Estado.

O problema da pesquisa a ser respondido foi: “Qual o interesse estatal no fomento de escolas privadas de ensino secundário no período de 1930-1961 em vez de se criarem mais escolas secundárias públicas?” A tese que guiou este trabalho foi a de que, apesar de haver recursos financeiros para se criarem novas escolas públicas de ensino secundário, isso não acontecia, pois elas não eram obrigatórias, visto que a demanda existente era pouca, porque a produção capitalista na região sul de Mato Grosso era baseada na atividade pecuária e agricultura extensiva.

Assim sendo, tornava-se desnecessária a força de trabalho qualificada, o que fazia com que os governantes objetivassem atender as demandas de ensino secundário dos filhos da classe dominante. Por causa disso, financiavam as escolas privadas e, em troca, eram concedidas bolsas de estudo para um número mínimo de alunos da classe trabalhadora. Os governantes não expressavam também o interesse em criar escolas secundárias públicas, pois sua manutenção era custosa, devido ao fato de terem que dispor de recursos para a construção de prédios, compra de mobiliários, pagamentos de salários de professores e profissionais da educação. Desse modo, financiavam as escolas privadas, pois o custeio era menor.

Salienta-se que, nesse período, o ensino secundário se constituía como a continuação da escolarização, que se iniciava no ensino primário e era destinado aos jovens que queriam finalizar a escola e prosseguir seus estudos na educação superior. Essa etapa escolar não era obrigatória e nem gratuita e, desse modo, havia alto número de instituições privadas em detrimento das públicas e os estabelecimentos privados recebiam recursos financeiros em troca de bolsas de estudos.

No período analisado, ocorreram debates a respeito do fomento do ensino secundário, estando de um lado os privatistas (com ênfase a Igreja Católica) e, do outro, os liberais que defendiam a escola gratuita, obrigatória e laica. A Igreja, além dos recursos financeiros, queria também a obrigatoriedade do ensino religioso nas instituições públicas

para perpetuar sua hegemonia. O momento histórico evidenciou o poder da Igreja em sua totalidade. O país, predominantemente católico, fez com que os políticos no poder se aliassem à Igreja para conseguir aprovação popular em troca de favores. Assim, a Igreja supostamente “neutra” contribuía e apoiava os políticos que estavam no poder na época para obter regalias, como, por exemplo, a implantação da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas ou o financiamento, mediante subsídios de diversas naturezas, tais como recursos para a construção de prédios ou concessão de posse de terrenos públicos, dentre outros benefícios.

Com o ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja conseguiu suprir as deficiências religiosas de estudantes em idade escolar. A princípio essa era a reivindicação principal da Igreja em torno da educação. Porém, ao longo dos anos, passou a focar seus interesses na captação de recursos públicos para ajudar na manutenção das instituições confessionais. A Igreja considerava que o Estado servia para perpetuar e proteger os direitos das instituições religiosas e dos pais. Para que isso acontecesse no âmbito educacional, tornava-se necessário a implantação de instituições escolares que deveriam estar de acordo com a concepção religiosa da Igreja e os valores da família cristã e, para tanto, era preciso instituir o ensino religioso em escolas estatais, visto que ajudaria a perpetuar sua autoridade religiosa.

Durante o governo de Vargas, intensificou-se o confronto educacional, uma vez que de um lado se encontravam os defensores da escola pública estatal, laica, obrigatória e gratuita, que queriam impedir que as verbas públicas também ficassem com os privatistas; do outro, estavam os defensores das escolas privadas, que apontavam que a família tinha o direito da escolha e, por isso, o destino do dinheiro público deveria contribuir para o ensino privado. Apesar dos embates, as instituições privadas receberam, ao longo de todo o período analisado, recursos públicos para as suas instituições.

Os avanços na expansão das instituições públicas só ocorreram após da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961), sendo este um marco que contribuiu para o desenvolvimento do ensino público gratuito, porém as instituições privadas continuavam a receber auxílio em troca de bolsas de estudos. Assim sendo, é necessário compreender a história da educação para entender os motivos que levaram a escola a se organizar dessa forma dual, bem como entender o interesse de se lutar por uma educação laica, gratuita e obrigatória, além de demonstrar a importância dos recursos públicos serem investidos para o desenvolvimento de instituições públicas.

Os dados estatísticos e financeiros do período analisado demonstram que muitos recursos públicos foram destinados a instituições privadas. Essas políticas de financiamento estatal contribuíram para o fortalecimento das diferenças e desigualdades sociais. Infere-se, a partir desse entendimento, que o Estado atendia os interesses da classe dirigente, visando à formação daqueles que iriam dirigir o país e dando poucas oportunidades à classe trabalhadora para o acesso ao ensino secundário.

No primeiro capítulo, evidenciou-se o ensino secundário no Brasil e a relação entre público e privado. Durante o período analisado, foram aprovadas normas legais no âmbito nacional para regulamentar o ensino secundário. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), foram promulgados dois decretos-leis. O primeiro, Decreto n. 19.890, conhecido como Reforma Francisco Campos (1931), determinou a divisão do ensino secundário em secundário fundamental, com duração de cinco anos e complementar com dois anos, além de introduzir o exame de Admissão.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), Decreto-lei n. 4.244, estabeleceu que essa etapa de ensino seria organizada em dois ciclos: o primeiro compreenderia o curso ginásial e o segundo, o colegial, com dois cursos paralelos: o curso Clássico e o curso Científico. Durante o governo de João Goulart (1961-1964) foi aprovada a Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o ensino secundário passou a ser parte do ensino médio, com duas ramificações: secundária e técnica.

O segundo capítulo tratou da questão do ensino secundário em Mato Grosso, apresentando a história do estado a partir de 1930 até a sua divisão, discutindo os aspectos econômicos e sociais daquele momento histórico. Depois, abordou como se iniciou o Ensino Secundário em Mato Grosso, que começou no período do Brasil Imperial, com a implantação do primeiro colégio estatal denominado Liceu Cuiabano, criado em 1880. Por muitos anos, esta foi a única instituição do estado, que naquele período era denominado de Província. Em 1961 já existiam 42 instituições de ensino secundário no estado, destas, 7 na capital Cuiabá e 7 em Campo Grande. Observa-se que, nesse momento histórico, também ocorreram repasses de recursos financeiros públicos estaduais destinados à iniciativa privada.

O capítulo apontou que as instituições privadas que recebiam mais recursos públicos eram confessionais. As ações da Igreja Católica estavam voltadas para atender as demandas educacionais da classe dominante e exerciam um papel assistencialista com relação às necessidades dos filhos dos trabalhadores. Sendo assim, manteve essa atuação

institucional até a década de 1950. As principais reivindicações da Igreja Católica se centravam na defesa do ensino religioso nas escolas públicas, aspecto que foi sistematicamente apoiado nas diversas normas legais implementadas a partir de 1930.

O terceiro capítulo evidenciou a história de Campo Grande, desde sua criação até 1961, demonstrando sua evolução no número de habitantes, nas atividades econômicas e sociais. Foi apresentado como se expandiu a educação, a princípio com o ensino primário, mediante as escolas isoladas urbanas e rurais, bem como por meio de escolas reunidas e grupos escolares, além de treze escolas municipais primárias. O município também contou com a criação da Escola Normal Joaquim Murtinho, em 1930, e da Escola Normal Dom Bosco, em 1930. Ao longo dos anos existiram as seguintes instituições privadas de ensino secundário: Colégio Dom Bosco (1930), Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1926), Instituto Osvaldo Cruz (1927) e o Ginásio Barão do Rio Branco (1949). Em 1939 foi criado o Liceu Campograndense, primeiro estabelecimento público. Foram encontradas outras duas escolas inauguradas depois: o Ginásio do Instituto Coração Eucarístico, em 1956 e o Ginásio Batista Mato-grossense, em 1961, porém, em relação a essas duas instituições não há muitos dados, principalmente em relação à sua criação.

No decorrer do período analisado, evidencia-se que os governos não tiveram responsabilidade efetiva com a expansão do ensino secundário, assim sendo, na cidade de Campo Grande, iniciou essa etapa da educação mediante a iniciativa privada. Porém, para o Estado era oportuna essa situação, pois tirava de si a responsabilidade da criação e da manutenção das escolas secundárias, apenas fomentando a iniciativa privada (em especial as instituições confessionais) em troca de bolsas de estudos a alunos oriundos da classe trabalhadora.

Em Campo Grande, o ensino secundário se expandiu conforme houve o crescimento populacional e econômico da cidade em sua área urbana e, entre as instituições privadas, enfatizam-se duas escolas confessionais da Igreja Católica, pois no período a população era predominantemente católica. Vale ressaltar que o ensino na instituição estatal Liceu Campograndense não era gratuito e seu público contava também com alunos de origem de famílias abastadas. Isso comprova que a singularidade que constitui a cidade de Campo Grande não se diferenciou da realidade de todo o país na perspectiva da expansão dessa etapa educacional, comprovando que o Estado na sociedade capitalista reproduz as diferenças de classe.

Durante o período estudado, as normas regulatórias do ensino secundário não previam a gratuidade dessa etapa de ensino e os governos não assumiram esse encargo,

mesmo com recursos financeiros para instalar e manter instituições escolares. Mas o estado de Mato Grosso e o município de Campo Grande tiveram iniciativas de fomentar essa etapa educacional mediante financiamento de iniciativa privada, preferencialmente. Apesar de a cidade não instituir estabelecimentos no âmbito municipal, fomentavam-se as iniciativas privadas para a promoção do ensino secundário no município. Apenas em 1939 foi inaugurado o primeiro colégio de ensino secundário público estadual de Campo Grande, ficando visível, com isso, que o Estado visava atender a classe dirigente em detrimento da educação popular em larga escala. Convém ressaltar que a subvenção aos estabelecimentos privados contribuiu com bolsas de estudos para os alunos pobres e favoreceu aos donos das instituições, evidenciando, por outro lado, a relação contraditória entre o público e privado.

Os resultados mostram que havia dificuldade de acesso para o ensino secundário, além do fato de não ser gratuito e obrigatório e de as instituições estarem localizadas na zona urbana e a maioria da população do estado de Mato Grosso habitar na região rural. Além disso, havia o fato de os professores serem de outros estados, em sua predominância de São Paulo e, quando voltavam para seus estados, as instituições ficavam sem professores.

Essa pesquisa é significativa, pois analisa a história da educação do ensino secundário ao longo dos anos, explicitando que o fomento público foi se perpetuando para a iniciativa privada. Seria de grande relevância que futuros trabalhos de história da educação do estado, pesquisassem como ocorreu o fomento do ensino secundário em outras cidades importantes de Mato Grosso, investigando a respeito das instituições a respeito das quais ainda não foram encontrados dados, tais como o Ginásio do Instituto Coração Eucarístico, criado em 1956, e o Ginásio Batista Mato-grossense, em 1961.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. A Escola Média No Brasil: Aspectos quantitativos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. – v. 38, n. 88 p. 33-35, out./dez. 1962.

ADIMARI, M. F. **Escola e cidade**: os sentidos dos espaços no Maria Constança, Campo Grande. 2005. 145 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.

ALBUQUERQUE, A. C. C. de. **Terceiro Setor**: história e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006.

ALVES, G. L. **Mato Grosso do Sul**: do Universal ao Singular. Campo Grande: Uniderp, 2003.

ALVES, G. L. **A Inovação nas Práticas Educativas das Escolas Estatais e Particulares**: Subsídios para a discussão da relação entre o público e o privado na educação brasileira. In: José Claudinei Lombardi; Mara Regina M. Jacomelli; Tânia Mara T. da Silva (Org.). O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2005, v. 1, p. 99-123.

ALVES, A. F.; ASSIS, J. H. do V. P. **Ginásio Barão do Rio Branco nas memórias de Oliva Enciso**: um estudo sobre uma instituição de ensino secundário organizada pela Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos. In: Jacira Helena do Valle Pereira Assis; Alice Felisberto da Silva (Org.). Memórias do ensino secundário no sul de Mato Grosso no século XX. 1ed. Campo Grande, MS. Ed. Oeste, 2015, v.1. p. 125-150.

ALVES, L. M. A.. **Nas trilhas do ensino**: Educação em Mato Grosso 1910-1946. Cuiabá: EdUFMT. 1998.

ANDRADE, H. V. de. **Cultura Escolar Católica do Antigo Mato Grosso: em foco o curso secundário nas instituições escolares salesianas (1931 -1961)**. Orientadora: Jacira Helena do Valle Pereira Assis. 2021. 264 f. Relatório de tese da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Faculdade de Educação

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**. São Paulo : Moderna, 1989.

ARQUIVO HISTÓRICO DE MATO GROSSO. **Relatório do Colégio Osvaldo Cruz**. Campo Grande, 1938.

ASSIS, J. H. do V. P. **Ensino Secundário no sul de Mato Grosso no século XX**: itinerários de pesquisa com fontes memorialísticas. In: Jacira Helena do Valle Pereira Assis; Alice Felisberto da Silva (Org.). Memórias do ensino secundário no sul de Mato Grosso no século XX. 1ed. Campo Grande, MS. Ed. Oeste, 2015, v.1. p. 125-150.

ASTOFE, A. F. A. **Campanha Nacional de Educandários Gratuitos**: em perspectiva o ensino secundário no sul de Mato Grosso (1949-1963). Orientadora: Jacira Helena do Valle Pereira Assis. 152 f. Relatório da Dissertação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação. 2019.

ASSIS, J. H. do V. P.; SILVA, A. F. da. **Memórias do Ensino Secundário no Sul de Mato Grosso no Século XX**. Campo Grande/MS. Editora Oeste. 2015.

AZEVEDO, F. de. et. al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.

BARBOSA, E. G. **Esboço Histórico e Divagações sobre Campo Grande**. Campo Grande MS: Tipografia “Pindorama”, 1964.

BARBOSA, F. G. **A Relação Estado-Igreja e a Política Educacional Brasileira nos anos 1937-1955**. Orientador: José Silvério Baia Horta. 1992. Relatório de Dissertação Fundação Getúlio Vargas.

BARROS, E. L. de. **O Brasil de 1945 a 1964**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1991.

BENEVIDES, M. V. de M. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade financeira (1956-1961)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

BITTAR, M. **Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso**. Multitemas (UCDB) , Campo Grande, MS, p. 93-124, 1999.

BORDIGNON, T. F. **AS AÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL (1946-1971)**. Orientador: José Luis Sanfelice. 2012. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Disponível em: http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO_DO_PENSAMENTO_MARXISTA_TOM_BOTTOMORE.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL. **DECRETO Nº 16.782-A, DE 13 DE JANEIRO DE 1925**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm. Acesso em: 21 de set. de 2020.

BRASIL. Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização do ensino secundário**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em 11 set. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.244 – de 9 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%20E1rio.htm . Acesso em: 11 set. 2020.

BRASIL. Diário Oficial da União. Novembro de 1930. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. abril de 1931. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Maio de 1931. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Junho de 1931. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Dezembro de 1931. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Setembro de 1932. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Maio de 1933. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Junho de 1934. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Dezembro de 1934. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Junho de 1935. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Janeiro de 1936. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Dezembro de 1936. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Janeiro de 1937. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Fevereiro de 1938. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Dezembro de 1938. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Novembro de 1939. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Fevereiro de 1940. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Abril de 1941. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Janeiro de 1942. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Dezembro de 1943. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Janeiro de 1946. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Março de 1946. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Agosto de 1947. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Novembro de 1947. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Dezembro 1951. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Outubro 1952. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Outubro 1954. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Novembro de 1954. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Janeiro de 1956. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. Diário Oficial da União. Dezembro de 1957. PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

BRASIL. **Contas da Gestão Financeira de 1932 e Relatório da Contadoria Central da República**. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1933.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso: 30 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso: 01 out. 2017.

BRASIL. **Contas da Gestão Financeira de 1937 e Relatório da Contadoria Central da República**. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1938.

BRASIL. **Balanços Gerais da União Relativos ao Exercício de 1939**. Ministério da Fazenda. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1940.

BRASIL. **Balanços Gerais da União Relativos ao Exercício de 1940**. Ministério da Fazenda. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1941.

BRASIL. **Balanços Gerais da União Relativos ao Exercício de 1941**. Ministério da Fazenda. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1942.

BRASIL. **Balanços Gerais da União Relativos ao Exercício de 1945**. Ministério da Fazenda. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1946.

BRASIL. **Contas da Gestão Financeira de 1946 e Relatório da Contadoria Central da República**. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1947.

BRASIL. **Decreto nº 26.402 de 24 de fevereiro de 1949**. Autoriza o Ginásio Oswaldo Cruz com sede em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, a funcionar como colégio. Rio de Janeiro, DF, 1949.

BRASIL. **Contas da Gestão Financeira de 1951 e Relatório da Contadoria Central da República**. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1952.

BRASIL. **Contas da Gestão Financeira de 1954 e Relatório da Contadoria Central da República**. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1955.

BRASIL. **Estatística das Despesas com o Ensino e a Cultura: 1956.** Ministério da Fazenda. Órgão do Conselho Nacional de Estatística, São Paulo. 1957.

BRASIL. **Estatística das Despesas com o Ensino e a Cultura: 1957.** Ministério da Fazenda. Órgão do Conselho Nacional de Estatística, São Paulo. 1958.

BRASIL. **Estatística das Despesas com o Ensino e a Cultura: 1959/1960.** Ministério da Fazenda. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1960

BRASIL. **Adendos 1950 a 1969.** Ministério da Fazenda. Órgão do Conselho Nacional de Estatística. 1970.

BRASIL. **Organização do Ensino Primário e Normal XVIII Estado de Mato Grosso. Ministério da Educação e Saúde.** Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Boletim n.º 22 – 1942.

BRASIL. **Galeria dos Presidentes.** Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/galeria-de-presidentes>. Acesso em: 02 de jan. de 2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** - 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Plano do Carvão Nacional.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-do-carvao-nacional>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

BOTTOMORE, Tom (org), et al. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2001.

BRITZ, A. E. **A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialista (1920-1960).** Orientadora: Jacira Helena do Valle Pereira Assis. 2014. 202 f. Relatório de Dissertação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais.

BRITZ, A. E. **Memória e História:** a educação secundária em Campo Grande sob a ótica de seus agentes sociais (1920-1960). In: Jacira Helena do Valle Pereira Assis; Alice Felisberto da Silva (Org.). *Memórias do ensino secundário no sul de Mato Grosso no século XX*. 1ed. Campo Grande, MS. Ed. Oeste, 2015, v.1. p. 125-150.

BRITO, S. H. A. **Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil:** Corumbá (1930-1954). 2001, 393. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BRITO, S. H. A.; SILVA, S. S. de O. **Percursos e Singularidades da Expansão do Ensino Secundário em Mato Grosso (1942-1961).** In: Eurize Caldas Pessanha,

Fabiany de Cássia Tavares Silva (org). **Implantação e expansão regional do ensino secundário brasileiro**. Campo Grande, MS : Ed. Oeste, 2021. 468 p.

BUFFA, E. **Ideologias em Conflito: Escola Pública e Escola Privada**. São Paulo: Editora Cortez e Moraes. 1979.

BUFFA, E. **O público e o privado como categoria de análise da educação**. In: José Claudinei Lombardi; Mara Regina M. Jacomelli; Tânia Mara T. da Silva (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2005, v. 1, p. 41-58.

Buzato, G. F. **Transformações urbanas em Cuiabá e a formação do cidadão moderno (1937-1945)**. Orientadora: Elizabeth Figueiredo de Sá. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2017.

CABRAL, P. E. **Formação Étnica e Demográfica**. In: Campo Grande 100 anos. Campo Grande: Matriz Editora. 1999.

CAMPO GRANDE. **Lei n. 28, de 13 de julho de 1948**. Ata da Câmara Municipal de Campo Grande.

CAMPO GRANDE. **Lei n. 109, de 9 de dezembro de 1949**. Ata da Câmara Municipal de Campo Grande.

CAMPO Grande. **Lei n. 265 de 9 de abril de 1952**. Ata da Câmara Municipal de Campo Grande.

CAMPO GRANDE. **Lei n. 339, de 24 de outubro de 1953**. Ata da Câmara Municipal de Campo Grande.

CARONE, E. **A Primeira República**. Rio de Janeiro. ed: Difel, 1976, 399 p.

CAVALCANTE, E. **História de Mato Grosso**. 3 ed. Cuiabá-Mato Grosso. Carlini e Caniato, 2013.

CAVALCANTE, J. A. D.; LUIZ, L. F.; SILVA, E. A. **Fronteira Urbana: a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e as Discrepâncias socioespaciais em Três Lagoas /MS**. Disponível em:

http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468272606_ARQUIVO_FronteiraUrbana-aestradaferroNoroestedoBrasileasdiscrepanciassocioespaciaisemTresLagoas-MS.pdf. Acesso em 20 jan. 2020.

CÉDULAS BR. **O Seu Site Das Cédulas do Brasil**. Disponível em:

<https://cedulasbr.com.br/index.php/2012-11-07-17-53-43/2012-11-07-18-06-56/2012-11-08-17-16-56/2012-11-08-17-55-58>. Acesso 18 out. 2021.

CONGRO, R. **O Município de Campo Grande**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.

CORRÊA FILHO, V. **Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Hist. e Geogr. Brasileiro, [s/d].

COSTA, C. **Evolução Urbana**. In: CAMPO GRANDE. 100 Anos de Construção. Campo Grande: Matriz Editora. 1999. p. 71-82.

CUNHA, L. A. **Limites da Escola Particular na Democratização do Ensino**. In: CUNHA, L.A. Escola pública, escola particular e a democratização do ensino. São Paulo, Cortez/Autores Associados. 1985.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1985

CURY, C. R. J.; NOGUEIRA, M. A. L. G. **O atual discurso dos protagonistas das redes de ensino**. In: CUNHA, L.A. Escola pública, escola particular e a democratização do ensino. São Paulo, Cortez/Autores Associados. 1986. p. 65-93.

CURY, C. R. J. **Ideologia e Educação Brasileira**: Católicos e Liberais. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

DELGADO, L. de A. M. **O Governo de João Goulart e o Golpe de 1964**: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. Revista Grafia Vol. 9 - enero-diciembre 2012 - pp. 175-191 - ISSN 1692-6250. Disponível em: http://www.fuac.edu.co/recursos_web/descargas/grafia/grafia9/175-191.pdf. Acesso em 20 jan. 2020.

DOURADO, N.S. **Entre caminhos e memórias**: narrativas e cotidiano de itinerantes rumo a Poxoréu-MT: Primeira metade do século XX. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.

ENSINO SECUNDÁRIO – grave problema da cidade. **Jornal do Comércio**. Campo Grande, MT. 24 de fev. 1961.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FRANCO, C. A. N. da S. **Do Confessionário ao Laico, do Privado ao Público**: Escola Estadual Nossa Senhora das Graças, Campina Verde, MG – 1950-80. Orientador: Carlos Henrique de Carvalho. 225 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia.

FURTADO, A. C.; MARQUES, I. V.. **A emergência do ensino secundário público em Dourados na década de 1950**: o Ginásio Estadual Presidente Vargas. Notandum, São Paulo/Porto, ano XVIII, n. 37, jan./abr., 2015. p. 151-164.

GÓES, M. Escola Pública: **História dos Católicos**. In: CUNHA, L.A. Escola pública, escola particular e a democratização do ensino. São Paulo, Cortez/Autores Associados. 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística de Povoamento**. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>. Acesso em: 30 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. p. 221.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912)**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v3.pdf.

Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1936**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1936.pdf. Acesso: 30 de ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1939-1940**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1939_1940.pdf. Acesso: 30 de ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1941-1945**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf. Acesso: 30 de ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1948**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1948.pdf. Acesso: 30 de ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1950**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf. Acesso: 30 de ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1954**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1954.pdf. Acesso: 30 de ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos Municípios**. XXXV Volume. Rio de Janeiro. 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1960**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1960.pdf. Acesso: 30 de ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1961**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1961.pdf. Acesso: 30 de ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística do século XX. Rio de Janeiro**. 2006. Disponível em:

<https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>. Acesso: 30 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Catálogo: Colégio Estadual Campograndense**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=441997>. Acesso em: 18 jan. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. – v. 38, n. 88 p. 33-35, out./dez. 1962.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **A educação nas mensagens presidenciais (1890 1986)**. Brasília, INEP, 1987.

JACOMELI, M. R. M. **A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891-1927**. Campinas: 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

JOFFILY, B. **Atlas Histórico. Brasil 500 anos**. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/apresentacao>. Acesso em: 03 de maio de 2023.

LARA, R.; SILVA, M. A. da. **A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.

LEÃO, M. A.; SILVA, R. T.; C. **As Revoltas Populares na Primeira República (1889-1930): Exclusão, Cidadania e Resistência**. Cadernos PDE. Os desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE. 2014. Volume 1. ISBN: 978-85-8015-080-3

LESSA, S. **Capital e o Estado de Bem-Estar: O caráter de classe das políticas públicas**. São Paulo. Instituto Luckács, 2013.

LEVINE, R. M. **Pai dos Pobres? O Brasil na Era Vargas**. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOMBARDI, J. C., JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. da. **O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: Concepções e práticas educativas**. Campinas, SP. Autores Associados. HistedBr; Unisal, 2005.

LOURENÇO, A. **A atuação salesiana em Mato Grosso, Brasil**. Revista Tempo, Espaço, Linguagem. V. 5, n. 2, Mai. - Ago, 2014. pp. 59-79.

NAGLE, J. **Educação e a Sociedade na Primeira República**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MACHADO, M. C. de B. Campo Grande. In: SÁ ROSA, M. da G. **Memórias da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

MARÇAL, J. A. **A Gênese da Escola Rotary: Interlocações entre o público e o privado – 1956/1971**. Orientador: Márcio Danelon. 220 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia.

MARX, K. **18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo. Martins Fontes. 1983.

MATO GROSSO. **Constituição Estadual 1935**. Arquivo Público de Mato Grosso

MATO GROSSO. **Constituição Estadual 1947**. Arquivo Público de Mato Grosso

MATO GROSSO. **Lei n. 536, de 3 de dezembro de 1879**: Cria o Liceu Cuiabano na Província de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província de Mato Grosso**. 4 de outubro de 1880. Arquivo Público de Mato Grosso

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Decreto n. 10 de 7 de novembro de 1891**. Arquivo Público de Mato Grosso. Livro de Leis e Decretos. Lino n. 2, p. 22-43.

MATO GROSSO. **Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Mato Grosso. Decreto n 68, de 20 de junho de 1896**. Arquivo Público de Mato Grosso. Livro n. 4 – Leis e Decretos de 1893 a 1896.

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso**. Decreto n. 265 de outubro de 1910. Arquivo Público de Mato Grosso. Livro 213, p. 119 a 153.

MATTO GROSSO, Lei nº 950 de 30/06/1926b. Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a construção do prédio destinado ao Instituto Pestalozzi, de Campo Grande. In: **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Matto Grosso do Anno de 1926**. São Paulo: Editora Limitada, p. 74.

MATO GROSSO. **Resolução n. 18 de 31 de julho de 1936**. Autoriza o Poder Executivo a auxiliar o Ginásio Osvaldo Cruz. In: Gazeta Oficial.

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública de 1942**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114997/Regulamento%20MT%201942%2C%20outubro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 19 de jan. 2022.

MATO GROSSO. **História de Mato Grosso**. Disponível em: <http://www3.mt.gov.br/imprime.php?cid=70485&sid=825>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

MATO GROSSO. Lei n. 1.487 de 14 de novembro de 1960. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-1487-1960-mato-grosso-estabelece-gratuidade-do-ensino-mantido-pelo-estado>. Acesso em jan. de 2023.

MENEZES, F. V. **Das análises em Dissertações e Teses (2004-2015) à história comparada sobre a constituição do ensino secundário (Belo Horizonte e Campo**

Grande). Orientadora: Fabiany de Cássia Tavares Silva. 2018. 164 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Faculdade de Educação.

MÉSZÁROS, I. A reconstrução necessária da dialética histórica. In: JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Orgs.). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo. 2015.

MILIBAND, R. Análise de classes. In: GIDDENS, A. e TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MISSÃO SALESIANA. **História do Colégio Dom Bosco**. Disponível em: <https://www.missaosalesiana.org.br/colégio-salesiano-dom-bosco-campo-grande-ms/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

MORO, N. D. **Cidade de Campo Grande: Cotidiano Urbano (décadas 1960-70)**. *El Futuro del Pasado*, 7, 533-551.

NUNES, Clarice. **Escola e dependência**: o ensino secundário e a manutenção da ordem. Rio de Janeiro :Achiame, 1980.

OFFE, C. **Algumas contradições do Estado Social Moderno**. Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. vol. 2, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OLIVEIRA, S. S. de. **Implantação e organização do curso ginásial no Sul de Mato Grosso**: Expressões de um projeto de modernização (1917-1942). Orientadora: Eurize Caldas Pessanha. 2014. 282 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais.

OLIVEIRA, L. A. de. Campo Grande. In: SÁ ROSA, M. da G. **Memórias da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

PAIS, L. C. **Instituto Pestalozzi de Aquidauana (1915)**. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/7554849> Acesso em: 22 de jan. de 2023.

PASA, F. R. O.; BRITEZ, A. E. . **Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora no sul de Mato Grosso**: em relevo a educação de moças em Campo Grande (1946-1961). In: XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste - Reunião Científica Regional da ANPED, 2014, Goiânia. 2014. v. 1. p. 1-12.

PASSINATO, D. **Política e Educação de 1930-1961**: a concepção do Público no Manifesto dos Educadores de 1959. Orientadora: Flávia Eloísa Caimi. 2014. 145 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo.

PENTEADO, Y. **Auxiliadora: 70 anos**. Campo Grande: Ruy Barbosa, 1996.

PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. de . FERNANDES, M. D. E. ; **Estado e terceiro setor**: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. Educação & Sociedade (Impresso) , v. 30, p. 761-778, 2009.

PESSANHA, E. C; ASSIS, W. da S. (org.) **Repositório de Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande, MS: Ed: Oeste, 2015. DVD.

PESSANHA, E. C; SILVA, F. de C. T. **Implantação e expansão regional do ensino secundário brasileiro**. Campo Grande, MS : Ed. Oeste, 2021. 468 p.

PESSANHA, E. C.; ASSIS, W. da S.; SILVA, S. S. de O. **História do ensino secundário no Brasil**: o caminho para as fontes. ROTEIRO , v. 42, p. 311-330, 2017.

PESSANHA, E. C.; SILVA, F. de C. T. **História de uma instituição escolar**: democratização ou elitização do ensino secundário (1939-1971)?. Perspectiva (UFSC), v. 31, p. 1021-1041, 2014.

PINHEIRO, M. F. **O público e o privado na educação**: um conflito fora de moda? In; FÁVERO, Osmar (org.). A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988). Campinas: Autores Associados, 1996.

POMAR, W. **Era Vargas: A modernização conservadora**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.

PONCIANO, N. P. **Fronteira, religião, cidade**: o papel da igreja católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul (1943-1965). Editora Seriema, 2007.

RAHE, M. B. **Inovações incorporadas ou “modernidades abandonadas”? Uma investigação dos materiais didáticos para as aulas de línguas vivas em dois ginásios de Campo Grande, Sul de Mato Grosso (1931-1961)**. Orientadora: Eurize Caldas Pessanha. 2015. 199 f. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais.

Revista Mensal Folha da Serra. **Estabelecimentos de ensino em Campo Grande**. 1933.

REZENDE, D. F.; VASQUES, A. C. Infra-estrutura urbana. In: **CAMPO GRANDE. 100 Anos de Construção**. Campo Grande: Matriz Editora. 1999.

RIBEIRO, S. de A. **Habitus Estudantil e Distinção no Colégio Maria Constança de Barros Machado (1950-1970)**. Orientadora: Jacira Helena do Valle Pereira Assis. 2013. 126 f. Relatório de Dissertação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais.

ROCHA, M. P. **O Ensino Secundário no Sul do Estado de Mato Grosso no Contexto das Reformas Educacionais**: o Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949). Orientadora: Regina Tereza Cestari de Oliveira. 2010. 97 f. Relatório de Dissertação da Universidade Católica Dom Bosco.

ROCHA, P. R. **Criação e Expansão do Ensino Primário Público em Três Lagoas: Sul de Mato Grosso (1920-1970)**. Orientadora: Margarita Victoria Rodríguez. 2019. 103 f. Relatório de Dissertação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 8.ed. Petrópolis: Vozes. 1986.

ROSSI, E. R. **Escolas reunidas e grupos escolares: traços da modernidade técnico-científica no ensino elementar (1889-1929)**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 39, núm. 3, p. 317-325, 2017.

SANFELICE, J. L. **História e Historiografia de Instituições Escolares**. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639716/7283>. Acesso em 20 dez. 2020.

SANFELICE, J. L. **Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas**. In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani; Maria Isabel Moura Nascimento (Orgs.). *Escola Pública no Brasil: História e Historiografia*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 89-105.a

SANFELICE, J. L. **A Problemática do Público e do Privado na História da Educação Brasileira**. In: José Claudinei Lombardi; Mara Regina M. Jacomelli; Tânia Mara T. da Silva (Orgs.). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2005, v. 1, p. 41-58.b

SANTOS, L.C. dos. **Análise do Plano de Metas de JK com Enfoque no Planejamento Estratégico**. Orientadora: Maria da Conceição Maggioni Poopé. 2008. 40 f. Trabalho de Especialização em Gestão Pública. Universidade Candido Mendes.

SANTOS, W. J. L. dos. **A Responsabilidade Fiscal e a Ausência do Aspecto Social**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 20 - p. 30, set./dez., 2011. ISSN 1984-3291.

SANTOS, J. S. C. dos.; ASSIS, J. H. do V. P. **A cultura da escola de ensino secundário no sul de Mato Grosso: Leituras na historiografia regional e em fontes memorialísticas**. In: Jacira Helena do Valle Pereira Assis; Alice Felisberto da Silva (Org.). *Memórias do ensino secundário no sul de Mato Grosso no século XX*. 1ed. Campo Grande, MS. Ed. Oeste, 2015, v.1. p. 125-150.

SÁ ROSA, M. da G. **Memórias da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

SAVIANI, D. **História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa**. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. ; NASCIMENTO, M.I.M.. (Org.). *A escola pública no Brasil: história e historiografia*. 1ed. Campinas: Autores Associados, 2005, v. 1, p. 1-29.

SAVIANI, D. O legado educacional do 'longo século XX' brasileiro, 3ª ed.. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T.. (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3ªed.Campinas: Autores Associados, 2014, v. 1, p. 9-54.

SAVIANI, D. **Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 4 ed. 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE. **Escolas municipais de ensino primário criadas em Campo Grande (1930-1961)**. 2019.

SIMÕES, C. H. **A Formação de Professores na Escola Normal Joaquim Murtinho No Sul de Mato Grosso no Período de 1930 a 1973**. Orientadora: Margarita Victoria Rodríguez. 2014. 141 f. Relatório de Dissertação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais.

SILVA, C. de F. **O 15 de novembro na imprensa carioca**. Aedos - ISSN 1984- 5634. Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011.

SILVA, F. C. T. ; WENCESLAU, M. E. . **Uma Configuração para o Ensino Secundário (1930-1960): cultura, formação humana e boa educação**. História da Educação , v. 22, p. 232-245, 2018.

SILVA, O. J. da. **Um Estudo sobre a História de Mato Grosso**. Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso. 1982.

SILVA, M. C. S. **Agentes e Ações Curriculares na História da Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado (1941-1966): A Construção da Representação de “Exemplaridade”**. Orientadora: Jacira Helena Do Valle Pereira Assis. 2016. 221 f. Relatório de Dissertação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas Editora. 2017.

STREMEL, S. **A constituição do campo acadêmico da política educacional**. [Tese de Doutorado]. Ponta Grossa-PR: Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual, 2016.

TASCHNER, N. P. **Gripe espanhola: 100 anos da mãe das pandemias**. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/cientistas-explicam/gripe-espanhola-100-anos-da-mae-das-pandemias/>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

TEIXEIRA JÚNIOR, M. Campo Grande. In: SÁ ROSA, M. da G. **Memórias da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Paz & Terra. 1987.

VENTURINI, M. A. **Estado e a política em Karl Marx**. Revista Mosaico Social. Dezembro de 2006. Número 3.

WEINGÄRTNER, A. A. dos S. **Campo Grande**. Revista ARCA. n. 5. Editora UFMS. 1995.